



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

# 128ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama.

Brasília/DF.  
28 de Fevereiro de 2018.

*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

1 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** – Bom  
2 dia, amigos e amigas. Grande satisfação estar aqui. E eu declaro aberta a 128ª  
3 Reunião Ordinária do CONAMA. Quero aproveitar essa oportunidade nesse  
4 primeiro encontro do ano, e que provavelmente, como ministro Sarney Filho será o  
5 último, porque eu estou me descompatibilizando para ser candidato ao Senado,  
6 pelo Maranhão, no começo de abril, conforme a Lei exige, eu gostaria de fazer um  
7 breve balanço da minha gestão à frente do Ministério do Meio Ambiente. Foi um  
8 período de duros desafios, também de conquistas na execução da Política  
9 Nacional de Meio Ambiente, em diferentes frentes de atuação. No plano  
10 internacional, além da aprovação e promulgação do Acordo de Paris sobre  
11 mudança do clima, ratificamos a Convenção de Minamata sobre mercúrio,  
12 assumimos o compromisso voluntário na ONU do combate ao lixo no mar,  
13 ratificamos a emenda Doha ao Protocolo de Kyoto e aderimos ao desafio de bom  
14 para restauração de 12 milhões de hectares. Na Conferência do Clima, COP 23,  
15 realizada na Alemanha, reafirmamos o protagonismo do Brasil, diante dessa grave  
16 questão enfrentada pela humanidade, demonstramos com excelente repercussão  
17 os avanços que nosso País vem apresentando, lançamos o RenovaBio e o  
18 Planaveg, e fizemos a oferta para receber a COP 25, em 2019, que deverá ser  
19 sediada em País da América Latina ou do Caribe, nós estamos tendo problema,  
20 porque a Venezuela está vetando a indicação do Brasil, mas creio que vamos  
21 superar esse problema. Internamente, entre os avanços, tivemos a redução em  
22 16% do índice de desmatamento na Amazônia, e anunciamos ainda a redução  
23 mais contundente de 28% nas unidades de conservação federais. A queda chegou  
24 a alcançar 65% na área mais crítica da Amazônia, a Floresta Nacional do  
25 Jamanxim, que foi, durante cinco anos, a unidade de conservação que mais  
26 desmatou no Brasil. Também há indicadores seguros de que já temos dados de  
27 que neste biênio, que é o biênio que se mensura o desmatamento na Amazônia,  
28 nós vamos diminuir ainda mais em relação a queda de 16%, a previsão é de uma  
29 queda de 20%, e agora que nós temos tido o levantamento mensal do IPI, a gente  
30 já pode afirmar com segurança que a curva do desmatamento, ela continua  
31 decrescendo, um grande ganho, portanto, todos estão de parabéns,  
32 principalmente o IBAMA, que é responsável por essa política de contenção do  
33 desmatamento, é lógico, e eu tenho dito sempre, comando e controle é muito  
34 importante, é necessário, mas não é a solução. Nós vamos definitivamente  
35 resolver o problema do desmatamento na Amazônia, no dia em que nós  
36 valorizaremos a floresta em pé, no dia em que a floresta em pé valer mais do que  
37 a floresta derrubada, no dia em que os serviços ambientais que a floresta  
38 amazônica presta ao Brasil, ao continente e ao mundo, for reconhecido e  
39 devidamente remunerado. Aí, sim, nós teremos definitivamente resolvido o  
40 problema do desmatamento da Amazônia, por enquanto nós temos agido em duas  
41 vertentes: a vertente do poder de polícia, do comando e controle, e a vertente da  
42 sustentabilidade, aumentando os planos de manejo, qualificando as RESEX,  
43 dando a elas um preço, conseguimos aumentar o preço dos produtos oriundos da  
44 biodiversidade, mesmo com toda essa luta com a parte econômica do Governo, e  
45 também estamos estruturando as RESEX, a RESEX é muito importante, porque

46 ao contrário de um parque, na RESEX, as pessoas são consolidadas morando  
47 dentro das unidades de conservação, e quanto maior é o sucesso do seu negócio,  
48 significa que é melhor para o meio ambiente também, por exemplo, numa RESEX  
49 de catadores de caranguejo não pode tirar o mangue, porque se tirar o mangue  
50 acaba o negócio dos catadores, e eu mesmo tive a oportunidade de visitar  
51 algumas RESEX em que está havendo o replantio do manguezal, replantio de  
52 matas nas lagoas de reprodução de peixe, e há uma consciência muito grande de  
53 é preciso que os serviços ecológicos estejam equilibrados para que as populações  
54 possam melhorar o seu negócio. Então essa também é uma ação que a gente tem  
55 dado uma ênfase muito grande. Outro resultado que avaliamos como positivo foi  
56 no combate aos incêndios florestais, com reforço logísticos e coordenação  
57 eficiente, mesmo sob condições climáticas muito mais severas e adversas, e  
58 tendo de lidar, às vezes, com incêndios criminosos, a área queimada total  
59 manteve-se inferior a do ano passado. Agora, com a edição da Medida Provisória  
60 809 será possível incrementar as ações com as novas regras para contratação de  
61 brigadistas. Concluímos o povoamento do Cadastro Ambiental Rural, o CAR, com  
62 4,7 milhões de imóveis rurais, e lançamos o módulo de Programa de  
63 Regularização Ambiental, o PRA, disponibilizado para todos os Estados, isso é  
64 muito importante, talvez seja a melhor coisa no novo Código Florestal, e também  
65 vai nos ajudar muito a cumprirmos os nossos compromissos assumidos em Paris.  
66 O SINAFLOR, sistema que integra informações de imóveis rurais, com  
67 informações de toda a cadeia produtiva florestal, rastreando a madeira desde  
68 autorizações de explorações, veio e vai contribuir significativamente na redução da  
69 pressão de exploração legal sobre as florestas nativas, e nos dá também a  
70 tranquilidade de podermos estendermos a concessão do manejo para pequenos e  
71 médios produtores. Com a caravana verde, procuramos lidar com o combate ao  
72 desmatamento indo até onde o problema se apresenta, na dimensão estadual e  
73 municipal, por isso o conjunto dos dirigentes do Ministério e de suas vinculadas,  
74 foi aos Estados da Amazônia para discutir os melhores caminhos de  
75 enfrentamento do desmate da floresta a partir da compreensão, da negociação e  
76 do diálogo das realidades locais. Entre e criação e ampliação de unidades de  
77 conservação aumentamos em 350 mil hectares as áreas protegidas no Brasil,  
78 mais do que triplicamos o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a Estação  
79 Ecológica do Taim e Reserva Biológica da União. Criamos o Refúgio de Vida  
80 Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, e o Parque Nacional dos Campos  
81 Ferruginosos, estamos em estágio avançado para a ampliação das áreas  
82 marinhas protegidas, com a criação das áreas de proteção ambiental e  
83 monumento natural do arquipélago São Pedro e São Paulo, e do arquipélago  
84 Trindade e Martim Vaz. Além da questão da biodiversidade, esse ato representa a  
85 afirmação da soberania brasileira sobre o seu marco territorial. É nesse aspecto,  
86 hoje, vamos ter a última reunião com a Marinha, e está bastante avançado, nós  
87 vamos passar de 1,5% de áreas protegidas nos mares, para mais de 25%, é um  
88 salto gigantesco, histórico e um legado que nos alegra muito, que vamos deixar aí  
89 na nossa gestão. Também estamos sendo finalizados os estudos e providências  
90 legais, faltando apenas, já está no Palácio, a assinatura dos decretos, para a  
91 criação da três reservas extrativistas marinhas, duas na Amazônia, e mais um

92 parque e um refúgio de vida silvestre na caatinga. Deixo bem claro que nenhuma  
93 atividade finalística do Ministério foi comprometida nessa gestão, apesar do  
94 contingenciamento de despesas, diante da crise econômica que o Governo, sobre  
95 o comando do presidente Temer tem enfrentado com sucesso, obtivemos  
96 aumento de mais de 10% na Lei Orçamentária anual para 2018, comparada com o  
97 ano passado. Isso representa mais 82 milhões de reais para a área ambiental. É  
98 importante aqui salientar que, hoje, se você perguntar para a Suely ou para o  
99 Ricardo Suavinski, se está havendo problema de recursos financeiros para manter  
100 a fiscalização, para manter as atividades do órgão funcionando, a resposta  
101 seguramente vai ser não, não há falta de recursos. Nós, praticamente, triplicamos  
102 os recursos para esses órgãos, e é por isso que a presença do Estado na região  
103 amazônica deu resultado. Eu tenho dito sempre que comando e controle é decisão  
104 política, daí a nossa preocupação com a continuidade dessas políticas, que estão  
105 sendo bem sucedidas, é preciso haver uma força de vontade política, é preciso  
106 dar recurso, é preciso dar liberdade para que as ações elas tenham, como tem  
107 tido durante a nossa gestão, o sucesso em reverter expectativas negativas de  
108 desmatamento. Instituímos o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação  
109 Nativa, Planaveg, como já disse foi lançado lá na COP, para ampliar e fortalecer  
110 as ações de recuperação de 12 milhões de hectares de áreas degradadas até  
111 2030, que é o nosso compromisso. Aprovamos o RenovaBio, que estabelece a  
112 nova Política Nacional de Biocombustíveis para aumentar a eficiência de produção  
113 de biocombustíveis, e ao mesmo tempo reduzir as emissões. A proposta foi  
114 elaborada em parceria com o Ministério da Agricultura. Avançamos na agenda de  
115 resíduos sólidos, com a assinatura do Decreto que garante isonomia entre  
116 fabricantes, importadores e comerciantes de produtos que são objetos de  
117 sistemas de logística reversa obrigatória. Estamos presentes, desde o primeiro  
118 momento, na coordenação dos trabalhos de reparação dos impactos causados  
119 pelo desastre na bacia do rio Doce, em Mariana, existem, hoje, 42 programas de  
120 reparação ambiental e socioambiental, sendo executados sobre as vistas do  
121 Ministério do Meio Ambiente. Como vocês sabem, tão logo eu tomei posse, o  
122 primeiro lugar que me dirigi não foi para o gabinete do Ministro na Esplanada dos  
123 Ministérios, foi para Mariana, eu tive uma reunião de audiência pública lá no  
124 município de Mariana, onde todos os envolvidos naquela tragédia criminosa, eles  
125 estiveram presentes, e de lá para cá, nós temos cumprido com a nossa obrigação  
126 com o rigor que a Lei determina, com a boa vontade que temos que ter e com  
127 planejamento e participação da sociedade civil, dos entes federados atingidos  
128 naquela tragédia, e também do Ministério Público e do poder judiciário. Tornamos  
129 realidade o programa de conversão de multas ambientais, que além de  
130 proporcionar a aplicação de recursos financeiros de monta em serviços ambientais  
131 sem onerar o orçamento público, e de permitir intervenções robustas na  
132 recuperação de ambientes degradados irá fomentar a economia. 5. Porque as  
133 ações demandarão insumos e mão de obra com geração de renda e empregos.  
134 As senhoras e os senhores estão sendo chamado para uma nova missão, que é a  
135 de indicar os nomes de representantes da sociedade civil organizada, que irão  
136 compor a Câmara Consultiva Nacional do Instituto Chico Mendes. A Câmara  
137 Consultiva Nacional, instância criada para subsidiar a estratégia de

138 implementação do programa, será chamada a se manifestar sobre temas e áreas  
139 prioritárias a serem beneficiados com o serviço decorrentes da conversão de  
140 multas, além de opinar sobre estratégias de monitoramento, observadas as  
141 diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente. O ICMBio e o IBAMA  
142 regulamentaram os procedimentos relativos aos tipos de conversão de multa,  
143 simples, direta ou indireta, em serviços de preservação, melhoria e recuperação  
144 da qualidade do meio ambiente no âmbito de suas respectivas atividades. É bom  
145 lembrar que não haverá conversão para ações de reparação de dano decorrentes  
146 da própria infração. Nas duas autarquias, a modalidade de conversão indireta,  
147 aquela em que o autuado responde por cotas de projetos de maior porte, será  
148 formulada e realizada por organizações públicas e privadas sem fins lucrativos  
149 selecionadas por chamamento público. É importante dizer que esse recurso da  
150 conversão de multa, ele não entra no Governo, ele é apenas coordenado, e ele vai  
151 ser diretamente aplicado. Nos próximos dias será lançado o primeiro edital que  
152 contemplará a revitalização das bacias hidrográficas dos rios São Francisco e  
153 Parnaíba, o Nordeste, como sabem, sofreu seis anos de seca inclemente, e  
154 precisa de ações que tenham resultados consistentes, e não apenas de ações  
155 emergenciais, a água é um tema prioritário neste momento em nosso País, e em  
156 todo o mundo. Há alguns anos, a crise hídrica atingiu seriamente a região  
157 Sudeste. Em 2017, foi a vez do Centro-Oeste enfrentar situações difíceis para  
158 preservar o nível mínimo de abastecimento, pode-se afirmar sem alarmismo e  
159 considerando a ameaça das mudanças climáticas, que a água é hoje um tema de  
160 segurança nacional. Estamos às vésperas do 8º Fórum Mundial de Água, um  
161 evento que será realizado pela primeira vez no Hemisfério Sul, receberemos  
162 chefes de Estado, pesquisadores, políticos, juristas e muitos representantes da  
163 sociedade organizada de todas as partes do planeta aqui em Brasília. O  
164 CONAMA, diante da conexão dos vários assuntos aqui tratados como a qualidade  
165 da água e distribuição dos recursos hídricos, tem muito a contribuir com o Fórum.  
166 Na ordem do dia dessa reunião, retorna a pauta a minuta de resolução que define  
167 critérios de marcação de fauna silvestre em cativeiro, após pedido de vistas  
168 realizado por diversas entidades na reunião Plenária passada. Para o IBAMA e  
169 para o Ministério do Meio Ambiente, a definição dos padrões de marcação desses  
170 animais tem a intenção não só de introduzir no âmbito do Conselho discussão  
171 técnica necessária sobre o uso da fauna no País, como também e principalmente  
172 definir critérios técnicos de marcação de forma a deixar clara a separação dos  
173 animais provenientes de cativeiro autorizado, e daqueles advindos da ilegalidade.  
174 Outro assunto na pauta de votação da plenária é a revisão da Resolução 474 de  
175 2016, que trata do coeficiente de rendimento volumétrico no processamento da  
176 madeira, um instrumento de controle, fiscalização e atuação das madeiras  
177 ilegais, que confere ao mesmo tempo impulso à atividade ilegal. Tenho a certeza  
178 de que esse e outros temas que possam surgir serão tratados com critérios  
179 técnicos, seriedade e o aprofundamento necessário. Ao longo de toda a nossa  
180 gestão, procurei estar presente nesse Plenário, procurei fortalecer o CONAMA,  
181 ouvindo e participando das discussões, pois defendo a valorização do diálogo  
182 como um dos caminhos fundamentais para a sustentabilidade. Pretendo, continuar  
183 nesse rumo, quando voltar ao Congresso Nacional, onde continuarei a defender,

184 como tenho feito ao longo de toda a vida, o meio ambiente e o desenvolvimento  
185 sustentável. Muito obrigado. (*Palmas!*). Passo a palavra, agora, à Adriana, para  
186 que ela possa dar continuidade à apresentação. Então, o presidente Deusdará, o  
187 uso da palavra agora para a apresentação dos novos conselheiros.

188

189

190 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,  
191 senhor Ministro. Bom dia, senhoras e senhores. Hoje, nós temos uma pauta  
192 densa, espero que seja densa, não tensa. Gostaria de continuar tendo a  
193 colaboração de vocês, são itens importantes. Nós temos aí, antes de fazer a  
194 apresentação dos novos conselheiros, só para que vocês possam já ir se  
195 ajustando, só na tribuna livre, nós temos cerca de vinte pessoas inscritas, esse  
196 Conselho definiu que o tempo máximo da fala são três minutos, eu, normalmente,  
197 e o ministro também, deixamos que as coisas aconteçam conforme o calor das  
198 discussões, mas, hoje, nós vamos precisar tentar ser o mais objetivo possível para  
199 que a gente possa levar a cabo as nossas informações. Ministro, me permite, Dra.  
200 Suely e Adriana, ao nosso lado está o Romeu Mendes, que é o Secretário-  
201 Executivo do Ministério, que naturalmente seria o presidente que presidiria essa  
202 unidade, mas ele tem um compromisso, um chamamento para uma reunião muito  
203 importante, o Romeu está substituindo o Marcelo Cruz, que era o Secretário-  
204 Executivo anterior que, a convite do ministro, assumiu a Diretoria da ANA, o  
205 Romeu, são daqueles grupos de gestores públicos que fazem as coisas  
206 acontecerem. Há um ditado de uma grande emissora que a televisão que você vê  
207 é feita por gente que você não vê, e o Romeu é um desses gestores que fazem as  
208 coisas acontecerem. Bom, passando para o segundo ponto de pauta, a  
209 apresentação dos novos conselheiros. Por favor, Adriana.

210

211

212 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** –  
213 Bom dia a todos, bom dia ministro, bom dia Suely, Romeu, Deusdará, Rafael. Vou  
214 passar a leitura dos novos conselheiros, se alguns deles estiverem aqui, poderiam  
215 levantar para facilitar o conhecimento de todos. Aproveito que nos mande aquela  
216 fotografia, que é uma fotografia simplesinha, que a gente coloca isso no site e  
217 facilita muito, o CONAMA tem uma volatilidade grande de conselheiros, e isso  
218 facilita o conhecimento de todos. Pela Agência Nacional de Águas, o Marcelo Cruz,  
219 que era o nosso Secretário-Executivo que assumiu a diretoria na ANA, todos os  
220 conhecem. Comando da Aeronáutica, Tenente-Coronel aviador Wagner Luiz  
221 Soares Hamester. Tenente Vitor Carlos Sousa Mundim. Tenente-Coronel Marcos  
222 Pego, Sousa Pego. Pelo MCTIC, a Andreia Ferreira Portela Nunes. Pelo MDH,  
223 Maria Helena de Sousa Tavera, bem-vinda. Pelo MDIC, Leonardo Beovino Pova,  
224 bem-vindo, Leonardo, já era o nosso conselheiros por outros Ministérios, alguns  
225 outros. Pelo MMA, o próprio Ministério está mudando o seu conselheiro, entra o  
226 Hugo Vercílo, que não está aqui hoje. Pelo IBAMA, a Maria Isabel Soares Gomes  
227 da Silva, já tem toda uma atuação na Câmara Técnica de Biodiversidade. Pelos  
228 Estados Governo de Brasília entra Igor Tokarski, bem-vindo, Igor. Eliza Maria Lima  
229 Meirelles, bem-vindos. A Nazaré Lima Soares já foi do Ministério do Meio

230 Ambiente, a nossa companheira. Governo do Espírito Santo, Jader Mutzig Bruna,  
231 bem-vindo. Sérgio Fantini de Oliveira. Governo de Minas Gerais, Antônio Augusto  
232 Melo Malar. Governo de Roraima, Luiza Maura Faria de Oliveira. E a Flávia  
233 Furtado Alves. Bom dia. Pela CNM, Priscila Bernardes Alvares. CNC,  
234 Miguelângelo Sousa Martins. Bom dia. Pela CNI, Jorge Vicente Peron Mendes, e  
235 pela CNT, Érica Vieira Marcos. Entidade dos Trabalhadores, pelo CNCG, nós  
236 temos o Coronel Alberto Mafi Sardilli, e o Capitão Júlio César Araújo Sousa...  
237 Araújo da Silva. Ministério Público Federal já participando da Câmara Técnica de  
238 Qualidade Ambiental, Fátima Aparecida de Sousa Borg, bem-vinda. E Alessander  
239 Wilckson Cabral Sales. Deusdará, encerrada a relação dos novos conselheiros.

240

241

242 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigada,  
243 Adriana. Sejam todos bem-vindos. Passamos ao terceiro ponto de pauta, que  
244 seria a aprovação e transcrição *ipsis verbis* da reunião nº 127 do CONAMA.  
245 Alguém tem alguma consideração, alguma retificação? Não havendo nenhuma  
246 manifestação, consideramos aprovada a ata da reunião 127 do CONAMA. Vamos  
247 entrar na tribuna livre, nós temos uma demanda do Governo do Distrito Federal,  
248 de fazer a apresentação de um vídeo de trinta segundos, de trinta e de um,  
249 normalmente a gente evita esse tipo de apresentação em vídeo, mas o  
250 compromisso com o Igor Tokarski, é que é um vídeo de trinta segundos e um  
251 vídeo de um minuto, então está dentro do vídeo da tribuna livre. Eu peço licença  
252 aos senhores e senhoras, para que o Governo do Distrito Federal faça a  
253 apresentação desse vídeo e, aí, nós daremos continuidade à tribuna livre. Ok?  
254 Perfeito, já está pronto? Secretário Edson. Por gentileza, enquanto estamos com  
255 esses probleminhas, sempre dá esses probleminhas, o Igor já faz a apresentação.

256

257

258 **O SR. IGOR DANIN TOKARSKI (Governo do Distrito Federal)** – Bom dia a  
259 todos e a todas. É uma alegria muito grande tomar posse nesse respeitável  
260 Conselho, Conselho de Meio Ambiente brasileiro, Ministro Sarney Filho, parabéns  
261 pelo balanço, pela exposição que fez da sua gestão frente ao Ministério do Meio  
262 Ambiente. Senhoras e senhores, em nome do Ministro, eu cumprimento toda a  
263 mesa, todos os diretores do Ministério do Meio Ambiente, aqueles que fazem com  
264 que esse Conselho seja uma pauta extremamente importante, produtiva para o  
265 meio ambiente e desenvolvimento sustentável brasileiro. Bom, eu trago aqui,  
266 Ministro, algumas informações importantes que nós, ao assumirmos a Secretaria  
267 de Meio Ambiente do Distrito Federal, conseguimos realizar, principalmente em  
268 relação à Política Nacional de Resíduos Sólidos, eu digo ao convênio com o  
269 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), para que  
270 possamos construir centros de triagens e centros de comercialização para a  
271 inclusão dos catadores em um processo produtivo. Falo do Acordo Setorial do  
272 Vidro, para que nós pudéssemos criar uma cadeia aqui no Distrito Federal, afim de  
273 que esse material, cem por cento, reciclável, deixe de ser aterrado, aumentando,  
274 assim, a vida útil do Aterro Sanitário de Brasília, que nós vamos assistir ao vídeo,  
275 e teremos a realidade em que nós passamos no Distrito Federal, um salto

276 civilizador, que foi o fechamento do Lixão da Estrutural, o segundo maior lixão do  
277 mundo, só perdendo para a Jakarta, na Indonésia. Outro grande desafio, Ministro,  
278 também se reverbera em relação à coleta seletiva, fazendo com que toda a  
279 população da Brasília crie a coincidência, tenha a coincidência da separação do  
280 material, trazendo qualidade a esse material aos catadores, gerando renda às  
281 famílias desses catadores, e, além disso, também os ganhos sociais e ambientais.  
282 Aprovamos no Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal uma Resolução  
283 para que tenhamos um licenciamento simplificado para os pontos de entrega de  
284 diversos materiais, são eles: lâmpadas, pneus, baterias, vidros, eletroeletrônicos e  
285 outros produtos. E uma outra conquista muito importante é o Recupera Cerrado,  
286 conseguimos junto à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, Terracap,  
287 em caráter de compensação ambiental, mais de dois milhões de reais, e uma área  
288 equivalente a 500 mil hectares, para que pudéssemos fazer um trabalho  
289 importante de recuperação de APPs em áreas degradadas, e ainda um problema  
290 de recuperação de nascentes do nosso bioma cerrado, ainda esquecido pela  
291 nossa Constituição Brasileira. E, por fim, iremos agora, em março, lançar um  
292 importante problema para o Distrito Federal que vai fazer parte, que é o (...)   
293 Cidades Sustentáveis, afim de que nós possamos ampliar programas importantes  
294 de recuperação de nascentes, implantação do programa Brasília Solar e também  
295 o Sistema Distrital de Informações Ambientais, avanços importantes em relação a  
296 planos e elaboração de políticas públicas em relação a mudanças climáticas.  
297 Então, agradeço a oportunidade, e peço que todos tenham atenção no vídeo que  
298 nós vamos apresentar agora.

299

300

301 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Infelizmente o  
302 vídeo está travando, então a gente vai dar continuidade a tribuna livre, no  
303 momento em que nós conseguirmos resolver tecnologicamente a questão do  
304 vídeo, eu peço licença aos senhores Conselheiros e Conselheiras para que  
305 possamos colocar o vídeo. Então na ordem da tribuna livre, nós temos inscritos o  
306 Soares da FURPA, o Ronaldo, Ponto Terra, só para ficarem preparados, e a  
307 Lisiane, Mira-Serra, ok? Então vamos começar pelo nosso conselheiro Francisco  
308 Soares da FURPA.

309

310

311 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Quero aproveitar o  
312 momento para cumprimentar a mesa e todos os presentes em nome do Ministro  
313 Sarney Filho, que vai deixar essa Casa, não é Ministro? Mas, antes vamos cobrar  
314 dele lá no Congresso, na Câmara dos Deputados a continuidade. Pois bem,  
315 Ministro, nós gostaríamos de começar a nossa fala tratando de um assunto muito  
316 importante, uma dívida que se tem ao Piauí, há mais de dez anos, e ao Maranhão  
317 e ao Ceará, é exatamente a criação do Comitê da Bacia do rio Parnaíba.  
318 Finalmente, na semana passada, o Ministro viabilizou a assinatura do pacto pelo  
319 Comitê da Bacia do rio Parnaíba, o que nós queremos agora, Ministro, é que  
320 determine a Agência Nacional de Águas e a Secretaria de Recursos Hídricos a  
321 complementação do processo do Comitê da Bacia, e que o Ministro deixe,



322 inclusive, Ministro, antes de se afastar, o Decreto assinado pelo Presidente da  
323 República da instituição do Comitê da Bacia do rio Parnaíba. Um outro problema  
324 que nós estamos trazendo aqui, é um problema, um assunto muito grave, que não  
325 foi possível ter sido incluído na pauta dessa reunião de hoje, é o que refere a  
326 preservação, a conservação, a proteção do Arquipélago de Fernando de Noronha,  
327 o Arquipélago de Fernando de Noronha, objeto de uma solicitação da FURPA para  
328 que fosse incluído na pauta, mas não foi possível o DConama justificou os  
329 motivos, as razões. Não foi possível, que nós esperamos que na próxima reunião  
330 o CONAMA, este assunto (...) que conta inclusive com uma assinatura de todas as  
331 ONGs do CNEA, alguns secretários de Estado já assinaram, pedindo que o  
332 Instituto Chico Mendes, o IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente, o Governo do  
333 Pernambuco, e agora eu acrescento mais o SPU, Serviço de Patrimônio da União,  
334 faça um relato nesse plenário, mostrando a situação em que se encontra  
335 Fernando de Noronha, porque as denúncias de informações que nós temos são  
336 muito graves, a capacidade de suporte da ilha foi superada, se nós tínhamos, em  
337 2008, 450 visitantes, hoje nós estamos tendo não é mais 6 mil, é 8 mil  
338 visitantes/mês, o Arquipélago não tem infraestrutura de água, de esgotamento  
339 sanitário, só teria para 2 mil residências, a população fixa da ilha, hoje, conta mais  
340 4, 5 mil, e chega a 8 mil pessoas, 5 mil pessoas no mês, isso inviabiliza com  
341 imensa quantidade de voo, e tem mais um quadro grave que está acontecendo, as  
342 pessoas vão para lá , Ministro, como turista, e estão ficando como moradores,  
343 então é preciso que o Governo do Pernambuco veja isso, porque está dando uma  
344 super população, e tem mais um fato grave, na época, eu que participei de  
345 Fernando e Noronha, quando era presidente da Câmara Técnica da Mata  
346 Atlântica, existia uma proposta do governador no Pernambuco na época, e colocar  
347 quatro hotéis internacionais lá, e ia expulsar os ilhéus da ilha, mandando para o  
348 continente. Então, isso, mas está acontecendo diferente agora, Ministro, estão  
349 comprando as pousadas, estão comprando as pousadas familiares de quatro,  
350 cinco cômodos, apartamentos, e transformando em pousadas de luxo de vinte  
351 apartamentos, mais, e isso precisa que o Governo do Pernambuco fale nesse  
352 assunto, que os (...) do patrimônio da União controle isso aí, porque o Instituto  
353 Chico Mendes sozinho, e o IBAMA, e o Ministério do Meio Ambiente não vão  
354 conseguir controlar o excesso de população que está ocorrendo dentro do  
355 arquipélago. Então, nós esperamos exatamente isso, nós temos informações,  
356 Ministro, que pessoas venderam uma casinhas de quatro, cinco cômodos por  
357 cinco milhões de reais, e outros ofereceram por 7 milhões de reais, para  
358 transformar em pousada de luxo no Arquipélago de Fernando de Noronha, perdeu  
359 o controle da população visitante, não pode, não tem condições, eu que conheço  
360 bem lá o arquipélago de Fernando de Noronha, eu tenho certeza que o Ministro  
361 vai deixar alguma coisa, cobrar do Instituto Chico Mendes, cobrar do IBAMA,  
362 cobrar inclusive do Ministério do Meio Ambiente, um controle rígido com relação a  
363 entrada de turistas, de visitantes no Arquipélago de Fernando de Noronha. Muito  
364 obrigado.  
365  
366

367 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,  
368 Francisco. Na ordem, o companheiro Ronaldo, do Instituto Ponto Terra.

369

370

371 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (PONTO TERRA)** – Bom dia a  
372 todos e a todas desse Conselho, mesa diretora, serei brevíssimo, eu quero falar  
373 de voz e de nós. De voz, eu quero dizer, Ministro, eu o conheci pessoalmente  
374 quando éramos deputados na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos  
375 Deputados, e depois da sua atuação no primeiro mandato enquanto Ministro do  
376 Meio Ambiente, e agora na condição de membro eleito, representando a Região  
377 Sudeste, nesse Conselho, eu venho aqui por uma questão de justiça, para elogiar  
378 o trabalho que Vossa Excelência fez à frente desse Ministério, não só aquilo que  
379 você colocou, hoje, aqui, com uma série de avanços na área ambiental no Brasil,  
380 mas também uma questão importante, Ministro, as pessoas da vida pública  
381 precisam entender, para governar bem, para administrar bem, para ser um bom  
382 gestor é preciso ter uma boa equipe. E Vossa Excelência, o Ministro Sarney fez  
383 isso com a maior competência, com a maior competência trazendo para esse  
384 Ministério, pessoas simples, pessoas compromissadas, pessoas qualificadas e  
385 pessoas que tem compromisso e que tem consciência da questão ecológica, eu  
386 vou citar rapidamente dois, mas os que já estavam antes não precisam se  
387 preocupar, que já estavam aqui antes e já mereciam esses elogios. Você trouxe,  
388 por exemplo, para cá, Ministro, a Suely, que está do seu lado, que é presidente do  
389 IBAMA, que nós conhecemos, trabalhamos na Câmara dos Deputados, e que  
390 administrou o IBAMA com a maior competência, simplicidade, consciência,  
391 compromisso com a questão ambiental. Você, Ministro, o senhor trouxe o (...)  
392 Duarte para ser o nosso secretário nacional, e que lidou conosco no CNEA, no  
393 Cadastro Nacional das Entidades Ambientalistas, no mesmo termo, e eu colocaria  
394 mais um termo, para que as pessoas de gestão pública pensasse um pouco, nos  
395 tratava com civilidade, nos tratava com educação, tanto a Suely, quanto o Edson,  
396 quanto outros que continuaram aqui, não vou repetir, porque já estavam e  
397 continuaram. Então, eu quero, por uma questão de justiça, parabenizar mais esse  
398 mandato a frente do Ministério. E para falar um pouquinho de nós, a ONG que eu  
399 presido faz 18 anos agora, em março, temos algumas atuações em diversos  
400 conselhos ambientais, no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas  
401 Gerais, e aqui no nível nacional, temos um trabalho chamado Segunda  
402 sustentável, que na última segunda-feira de cada mês, levamos um palestrante,  
403 convidamos as pessoas, e não cobramos nada da ninguém, absolutamente nada  
404 de ninguém, para que tenham consciência, conhecimento de alguma questão  
405 ambiental, na última segunda-feira, nós falamos da questão da potabilização de  
406 águas usadas, que tem tudo a ver com o Fórum Mundial das Águas, que vai  
407 acontecer aqui. Temos, Ministro, já em construção arquitetônica a ideia da  
408 construção de um centro de educação ambiental, o escritório de arquitetura  
409 conhecido em Belo Horizonte, já está contratado, já está fazendo o projeto  
410 arquitetônico para a construção do Centro de Educação Ambiental da nossa Ponto  
411 Terra, da querida cidade de Ouro Preto. Mais, avançamos um pouco na questão  
412 de comunicação com a rádio *web* Ponto Terra, que funciona vinte e quatro horas

413 por dia, e que só toca para os meus ouvidos música nacional, não toca música  
414 estrangeira, não é xenofobia, mas também não toca nada de *punk*, “*runk*”, *rap*,  
415 não sei nada disso, só toca música nacional e dá notícia de meio ambiente. E por  
416 último, para complementar, as cinco ações da nossa Ponto Terra, que comemora  
417 18 anos agora com evento do CREA, nós vamos trabalhar com a questão de  
418 resíduos sólidos, principalmente com a questão do lixo zero, e aqui, Ministro, já  
419 que eu homenageei publicamente duas pessoas do seu Ministério, eu sou  
420 obrigado agora a pedir ajuda de duas pessoas que eu conheço, respeito e admiro,  
421 nessa nova e última atividade da Ponto Terra, que é a questão do resíduo sólido,  
422 que é a questão do lixo zero, eu preciso do apoio da Dra. Zilda Veloso, que tão  
423 bem trabalha nesse Ministério, preciso do apoio da Eliane (...), que eu conheço  
424 aqui, que foi superintendente da SLU em Belo Horizonte, e fez um trabalho  
425 brilhante na área de mobilização social na nossa Superintendência, e, agora, essa  
426 notícia alvissareira do termo do lixão de Brasília, que envergonhava todos nós  
427 brasileiros. Parabéns, Ministro Sarney, e que a Ponto Terra complete pelo menos  
428 os seus 18 anos com seriedade e com trabalho. Obrigado.

429

430

431 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,  
432 Ronaldo. Antes de chamara a Lisiane, o Ministério Sarney Filho vai ter que se  
433 retirar, e eu queria fazer um depoimento, um registro, eu estou completando, em  
434 março agora, 35 anos de serviço público, sou do antigo IBDF, participei  
435 ativamente do processo de criação do IBAMA, então eu me sinto autorizado a  
436 fazer esse registro, o Ministro Sarney Filho, de fato, é uma pessoa comprometida  
437 com a causa ambiental, fez e está fazendo uma excelente gestão a frente do  
438 Ministério. Então, eu acho justo pedir aos senhores e senhoras uma salva de  
439 palmas e desejar boa sorte a próxima missão que o Ministro vai assumir.  
440 (*Palmas!*). Bom, nós temos a Lisiane, logo depois da Lisiane, nós temos o Monsã,  
441 o Mauro e o Baudran. Ok? Lisiane, por favor.

442

443

444 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Bom dia a todos. Eu estou  
445 aqui lembrando aqui que dezembro último, nós completamos 11 anos da Lei da  
446 Mata Atlântica, a 11.428, e que toda a reunião do CONAMA, em quase todo esse  
447 período eu venho aqui lembrar que nós não implementamos o Fundo de  
448 Restauração do Bioma, eu nem vou me estender nas perdas significativas que são  
449 para o ambiente natural, que é o quinto bioma mais ameaçado do planeta, e onde  
450 setenta por cento da população brasileira tira o seu sustento, oitenta por cento do  
451 PIB brasileiro. Então, tirando isso, além das perdas significativas que municípios e  
452 Estados tem, tanto direta ou indiretamente, sem a implementação desse fundo, eu  
453 vou deixar até de lado. Então só vou aqui pedir que o Ministério do Meio Ambiente  
454 e a Rede de ONGs da Mata Atlântica possam efetivamente achar um caminho  
455 para gerir esse fundo, para implementá-lo, entre outras propostas para melhorar a  
456 qualidade de vida das comunidades e também de toda a biodiversidade que existe  
457 ali. E, por fim também lembrar, mais uma vez, a questão do bioma... Dos mapas  
458 do IBGE, de 2004, que é o mapa dos biomas, que ele contradiz o mapa do IBGE

459 de 2008, que é o da Lei da Mata Atlântica, então, assim, querendo brincar, se  
460 fosse antigamente, nem vou dizer que é da minha época, mas antigamente a  
461 gente pegaria o papel vegetal e botaria um mapa cima do outro e copiaria tirando,  
462 fazendo um mapa correto, e isso está causando um grande desserviço em  
463 municípios que num mapa do IBGE 2004 estão como bioma pampa, por exemplo,  
464 não é só o Rio Grande da Sul, mas também, e em outros uma parte é Mata  
465 Atlântica, e eles deixam de seguir as regras, até porque tem um mapa IBGE  
466 dizendo que ele é pampa. Então, assim, uma integração nesses mapas, uma  
467 adequação desses mapas se faz urgente, e eu estou aqui de novo pedindo isso,  
468 mapa, adequação do mapa IBGE 2004 e 2006, implementação do Fundo de  
469 Restauração do Bioma Mata Atlântica, que já foi em 2006, criado, e uma agenda  
470 comum junto com a Rede de ONGs da Mata Atlântica, com a coordenação, ou  
471 com o pessoal do Conselho de Coordenação, para que possamos alavancar  
472 essas propostas da Mata Atlântica, que estamos tratando há muito tempo, e meio  
473 que parou a conversa. Obrigada a todos.

474

475

476 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,  
477 Lisiane. Monsã, por gentileza.

478

479

480 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (Ademasp)** – João Baptista Monsã,  
481 Ademasp, suplente do Dr. Paulo Nogueira Neto. A nossa mensagem era  
482 exatamente transmitir ao Ministro a palavra dele, agradecer as atenções  
483 recebidas, e já anunciei ao Ministro e, então, a minha missão aqui já está  
484 atendida. Quero apenas finalizar para chamar a atenção de duas situações que  
485 estão acontecendo no País, a primeira delas, nós já falamos, e já foi comentado  
486 aqui, a questão da Samarco lá no Espírito Santo e em Minas, que liquidaram com  
487 o rio Doce, é uma lástima, porque fazendo um depósito do percentual da multa,  
488 eles acham que está resolvido o problema, e não está, a natureza não se paga  
489 com dinheiro, ouro, ou seja lá o que for. O outro caso que está acontecendo,  
490 também já é de domínio do Ministro, é lá na questão no Norte, sobre alumínio,  
491 também estamos fazendo a mesma coisa, se não pior, e com um detalhe, é a  
492 única reserva mundial que nós temos de bauxita, então nós precisamos, em  
493 tempo, de pedir ao IBAMA que tome providencias para controlar essa situação,  
494 porque eles vão começar a fazer buraco no Brasil inteiro. Muito obrigado.

495

496

497 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Por  
498 gentileza, o Conselheiro Mauro. Só um minutinho, Mauro. A Dra. Suely,  
499 aproveitando essa (...) do IBAMA, ela gostaria de fazer uma colocação a respeito  
500 do que o Dr. Monsã colocou.

501

502

503 **A SRª. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)** –  
504 A minha equipe esteve em vistoria no dia, logo depois do ocorrido, e já fomos três

505 vezes, estamos lá desde ontem de manhã, inclusive com vistoria noturna, então  
506 todas as medidas estão sendo tomadas por orientação pessoal do Ministro do  
507 Meio Ambiente.

508

509

510 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado, Dra.  
511 Suely. Mauro, por gentileza.

512

513

514 **O SR. MAURO FREDERICO WILKEN (SESBRA)** – Bom dia a todos. Eu venho  
515 solicitar ao Ministério do Meio Ambiente, uma apresentação do Plano Nacional de  
516 Adaptação a Mudanças Climáticas, para que a Plenária do CONAMA possa  
517 entender as ações estratégias e prioridades levantadas pelo Governo. A nossa  
518 preocupação decorre do contínuo desmatamento, apesar do Governo estar  
519 empenhado em diminuí-la, e da falta de ações para adoção de alternativas  
520 energéticas limpas. Entendemos que existe uma urgência nesta apresentação, já  
521 que o combate às mudanças climáticas deva ser maior prioridade deste Governo.  
522 Obrigado.

523

524

525 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Por gentileza,  
526 Baudran. Em seguida nós teremos o Bocuhy, o Daniel e o Luís Paulo da  
527 RENCITAS, ok?

528

529

530 **O SR. BOISBAUDRAN DE OLIVEIRA IMPERIANO (PROAM)** – Bom dia,  
531 senhoras e senhores, Sr. Presidente, eu venho aqui, Baudran do PROAM, e  
532 venho trazer dois temas aqui, um já foi levantado pela companheira Lisiane, que é  
533 ações para implementar o Fundo Mata Atlântica, anos que o movimento  
534 ambientalista ligado a Rede de ONG da Mata Atlântica pleiteia isso, nós temos a  
535 frente ainda o senhor José Pedro de Oliveira Costa, na Secretaria, e o Dr. José  
536 Pedro é um dos baluartes que militou bastante junto a Reserva da Biosfera da  
537 Mata Atlântica, então eu acho que precisamos ter ações concretas para  
538 implementação desse fundo. O segundo ponto que eu trago aqui à pauta, me  
539 preocupa bastante, ontem, o Sr. Presidente da Câmara, o deputado Maia pautou  
540 que vai colocar em pauta nos próximos dias a votação do Projeto de Lei que trata  
541 do licenciamento ambiental. Segundo os relatos que tivemos acesso, já há  
542 consenso, não sei, o movimento ambientalista vê com muita preocupação, então  
543 eu trago essa pauta aqui, o Ministro que deve estar voltando à Câmara para  
544 exercer o seu mandato, eu trago essa preocupação para que o Ministro, com sua  
545 sensibilidade bastante apurada, tenha especial atenção. Então, fica o meu registro  
546 da nossa grande preocupação com o projeto que lá está, e implica num retrocesso  
547 muito amplo dos avanços conquistados pela sociedade brasileira. Não é só  
548 Sociedade Civil Organizada, a sociedade brasileira como um todo, senhores  
549 Conselheiros. Muito obrigado e um bom dia.

550

551 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.  
552 Eu vou pedir novamente a gentileza para que a Dra. Suely possa fazer um breve  
553 comentário a respeito do que foi colocado pelo Conselheiro Baudran.

554

555

556 **A SRª. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)** –  
557 Sobre o processo do Projeto de Lei da Lei Geral do Licenciamento Ambiental,  
558 existe um texto que realmente o Ministério do Meio Ambiente aceitou, de agosto  
559 de 2017, mas há demanda de ajustes e de emendas, e a posição do Ministro é  
560 que só vai aceitar que isso seja colocado em pauta junto ao presidente da  
561 Câmara, quando estiver absolutamente certo que as posições do Ministério do  
562 Meio Ambiente não serão alteradas por emendas, por destaques. O Ministro está  
563 cuidando disso pessoalmente, e tem reuniões durante essa semana, durante essa  
564 semana, e eu tenho certeza que ele não vai aceitar, e vai conseguir gerenciar  
565 politicamente essa questão se houver alterações prejudiciais ao texto que o  
566 Ministério tinha aceitado.

567

568

569 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado, Dra.  
570 Suely. Por gentileza, Dr. Bocuhy.

571

572

573 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom dia a todos, eu  
574 gostaria, na linha dos que me antecederam, de cumprimentar a gestão do Ministro  
575 Sarney, especialmente pelas escolhas que ele fez de sua assessoria, e nessas, eu  
576 me incluo aqui a sabedoria da indicação da Dra. Suely para o IBAMA. E  
577 parabenizando a Dra. Suely, pela firme atuação do IBAMA frente à aplicação da  
578 Resolução 393 de 2007, e nós temos que avançar com tecnologia de ponta a ser  
579 utilizada pela Petrobrás, evitando os derramamentos de óleo, mantendo uma  
580 Resolução do CONAMA, que é boa, ela atende perfeitamente os padrões  
581 internacionais que são adotados no mar do Norte, por exemplo. Então, eu acho  
582 que essas duas questões, esse avanço da atuação do IBAMA, ele é também um  
583 indicador da boa e eficiente gestão do Ministro Sarney. A segunda questão, é a  
584 nossa preocupação com o Fórum Mundial da Água, eu sei que está na pauta hoje  
585 os últimos pontos, mas só para convidá-los, convidar a todos que há uma consulta  
586 pública sobre um termo de referência para a água como direito humano  
587 fundamental, está no site do PROAM, que é o Instituto Brasileiro de Proteção  
588 Ambiental, é P-R-O-A-M... É só pesquisar na internet PROAM, que vocês vão  
589 localizar. E esse Termo de Referência, ele traz duas perguntas fundamentais para  
590 um Termo de Referência sobre água como direito humano fundamental. A  
591 primeira delas é quais são os considerandos que deveriam conter um Termo de  
592 Referência sobre água como direito humano fundamental. E a segunda, quais as  
593 medidas que devem ser tomadas pelos gestores, pelos tomadores de decisão, no  
594 sentido de solucionar os grandes problemas, no Brasil, referentes a emissão da  
595 água. Nós estamos focando o Termo de Referência junto com universitários do  
596 Brasil, do México, da Espanha, da Argentina, em cinco eixos, que são governança,

597 economia, direito, conquistas sociais, participação social e ecologia, os elementos  
598 ecológicos. Eu acho que esse instrumento é importante de construção da  
599 sociedade, e está aberto para que todos possam contribuir. Até amanhã, ainda  
600 nós estamos colhendo sugestões, e isso já vem sendo feito há um mês. Fica aí o  
601 convite para que todos possam contribuir. Obrigado.

602

603

604 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,  
605 Bocuhy. Pela ordem, por favor, o Daniel, depois o Luís Paulo da RENCTAS, e  
606 depois a Zuleica.

607

608

609 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (GERC)** – Bom dia a todos e a todas. Meu  
610 nome é Daniel, sou Conselheiro pela sociedade civil do GERC, que representa as  
611 ONGs do Nordeste. Complementando a fala do companheiro Bocuhy falando do  
612 Fórum Mundial da Água, eu venho aqui convidar a todos os conselheiros que  
613 paralelamente a esse Fórum Mundial está acontecendo o Fórum Alternativo  
614 Mundial da Água, o FAMA 2018, afinal de contas água é um direito, não é uma  
615 mercadoria. O Fórum Alternativo Mundial da Água acontecerá nos dias 17 e 22 de  
616 março, nos dias 17, 18 e 19, as atividades vão ser na UnB, e entre os dias 20 e  
617 22, acontecerão várias atividades descentralizadas. É um evento internacional,  
618 democrático, e que pretende reunir mundialmente organizações e movimentos  
619 sociais que lutam em defesa da água como direito elementar à vida. Este Fórum  
620 pretende unificar a luta contra a tentativa de grandes corporações em transformar  
621 a água em uma mercadoria, privatizando as reservas e fontes naturais de água,  
622 tentando transformar esse direito em um recurso inalcançável para as muitas  
623 populações, que com isso sofrem exclusão social, pobreza e se vem envolvidos  
624 em conflitos e guerras de todos tipo. Várias entidades brasileiras e internacionais  
625 se reuniram e decidiram impulsionar esse evento, como continuidade de fóruns  
626 alternativos anteriores, como os realizados na Coréia do Sul e em Marselha na  
627 França. Este Fórum se contrapõe ao auto denominado Fórum Mundial da Água,  
628 que é um encontro promovido pelos grandes grupos econômicos que defendem a  
629 privatização das fontes naturais e dos serviços públicos de água. Como já foi  
630 afirmado em encontros anteriores, o 8º Fórum Mundial da Água é ilegítimo, é uma  
631 feira de negócios que visa promover um mercado que dá acesso às multinacionais  
632 ao setor de água e do saneamento, a portas fechadas esse evento permite que as  
633 grandes empresas tenham acesso privilegiado as decisões dos governos, e  
634 bloqueiam, a base de corruptelas e subornos, o avanço de políticas públicas  
635 globais que resolvam a crise de acesso à água. Para os organizadores do FAMA  
636 2018, as políticas públicas de água devem ser debatidas democraticamente e com  
637 as populações, e em particular com as comunidades afetadas. No FAMA serão  
638 debatidos os temas centrais de defesa política e controle social das fontes de  
639 água e o acesso democrático à água. A luta contra as privatizações dos  
640 mananciais, das barragens e em defesas dos povos atingidos, serviços públicos  
641 de água e saneamento e as políticas públicas necessárias para o controle social e  
642 o uso da água e preservação ambiental, que garanta o ciclo natural da água em

643 todo o planeta. E como eu disse no início, a água é um direito, não é uma  
644 mercadoria. Obrigado.

645

646

647 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado,  
648 Daniel. Na ordem, eu teria o Luiz Paulo da RENCTAS, que não está... Está ali,  
649 desculpe, Luiz Paulo, em seguida a Zuleica. A Zuleica não estando, em seguida  
650 seria o Roberto.

651

652

653 **O SR. LUIZ PAULO DO AMARAL (RENCTAS)** – Obrigado, Deusdará. Obrigado a  
654 toda a mesa. Obrigado, Adriana, por toda a atenção, eu queria só informar ao  
655 plenário como um todo, que havia alguns pontos de discordância da Norma a ser  
656 apresentada hoje, porque a Norma foi consistentemente modificada, alterada em  
657 alguns pontos com os pedidos de vistas, e depois, posteriormente com os  
658 pareceristas, mas de toda sorte acredito que tanto o setor civil, como os órgãos  
659 públicos chegaram mais ou menos a um consenso, é claro que aquele consenso é  
660 ceder aqui e ceder de lá, mas eu só gostaria de dizer que o que vai ser  
661 apresentado é uma proposta última de dois pontos de alteração, que foi mais ou  
662 menos acordado, e atende ao setor produtivo, ao setor civil, ao setor público como  
663 um todo. Ou seja, não atende cem por cento, mas acredito eu que mais de  
664 noventa por cento está sendo atendido na proposta organizada ali fora. Está ok? É  
665 só para deixar claro que já houve um pré-consenso, e estão todos mais ou menos  
666 satisfeitos.

667

668

669 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito mais eu,  
670 Paulo. Excelente notícia, é assim que se faz, porque a gente vai conduzir a  
671 reunião de uma forma mais objetiva. Bom, a Zuleica abriu mão da fala. Então, na  
672 ordem, nós teremos o Roberto do Movimento dos Catadores, a Maria Lúcia e o  
673 Rogério, presidente da ANAMMA.

674

675

676 **O SR. ROBERTO LAUREANO ROCHA (Movimento dos Catadores)** – Bom dia  
677 a todos e a todas. Bom dia a mesa. Em nome do Movimento Nacional dos  
678 Catadores, a gente queria trazer aqui uma questão muito importante e  
679 fundamental para esse Conselho, que é a aplicação de fato da Política Nacional  
680 de Resíduos Sólidos no ponto de vista da participação dos catadores nos  
681 programas de coleta seletiva. Nós entendemos que muitos municípios brasileiros  
682 tem seus planos de resíduos, porém, dentro dos seus planos de resíduos, poucas  
683 vezes você encontra a participação de fato dos catadores, e aonde, na verdade, a  
684 gente encontra, a gente acha muito louvável as iniciativas, porque a própria Lei  
685 diz, na verdade, a importância da participação dos catadores de materiais  
686 recicláveis nos processos de coleta seletiva, no ponto de vista de serem  
687 contratados pelo serviço da coleta seletiva, e saírem do processo desumano, para  
688 um processo humano, como sair das questões do lixão e ir para os galpões, como



689 acontece também, já está acontecendo aqui em Brasília. É importante também  
690 ressaltar a questão da logística reversa e dos acordos setoriais, já se expirou na  
691 verdade o prazo da primeira etapa do acordo setorial, nós estamos entrando na  
692 fase da segunda etapa, e achamos fundamental o aceleração disso, e esse  
693 tema ser trazido para esse espaço para ser discutido também. Então, a questão  
694 da... E a participação também dos catadores aí como prestadores de serviços  
695 nesse processo da logística reversa, que é fundamental para o nosso Brasil, que é  
696 fundamental para nós todos. E para finalizar, gostaria aqui de deixar a nossa  
697 solidariedade a todos os catadores de Brasília, deixar aqui também, na verdade,  
698 porque sabemos que está num processo de construção, esse processo de  
699 construção é um processo árduo, é um processo na verdade que tem erros e tem  
700 acertos, e o Movimento Nacional dos Catadores está à disposição para fazer o  
701 debate, para discutir, para fazer o diálogo e para avançar no que for necessário, a  
702 Kátia sabe, a Kátia, a gente já se conhece de muito tempo, e sabe que o  
703 Movimento sempre esteve aberto para fazer os diálogos, para discutir e para fazer  
704 uma grande construção. Obrigado.

705  
706

707 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,  
708 Roberto. eu peço a gentileza dos senhores, para permitir uma fala da Dra. Kátia,  
709 que é a presidente do SLU. Por favor.

710  
711

712 **A SR<sup>a</sup>. KÁTIA TAVARES CAMPOS (Diretora-Presidente do SLU)** – Queria  
713 agradecer a oportunidade. Bom dia a todos. É um prazer muito grande estar  
714 diante de um fórum tão privilegiado, nós tivemos, eu sou diretora-presidente do  
715 Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, e temos orgulho e a honra de  
716 dizer que conseguimos fechar o segundo maior lixão do mundo, o Lixão da  
717 Estrutural, no dia 20 de janeiro deste ano. Deu para entender porque ninguém  
718 tinha feito isso antes, ele está com 58 anos de existência, estava, ele acabou,  
719 porque é muito complexo e muito difícil. Mas, a notícia que eu queria trazer aqui, é  
720 que nós tivemos acesso à ata da reunião de número 126, onde foram colocados  
721 que o Governo do Distrito Federal não estaria cumprindo a Política Nacional de  
722 Resíduos Sólidos. Então, o SLU escreveu uma carta para Ministro, e agora eu  
723 pediria para ver se seria possível anexar a carta que foi dirigida ao Ministro, na ata  
724 dessa reunião. E, nós, nessa carta, mostramos como é que o Governo do Distrito  
725 Federal, pela primeira vez está contratando cooperativas de catadores como  
726 prestadores de serviços públicos, com caminhões, na rua, com uniforme, fazendo  
727 a coleta seletiva em quinze, o Distrito Federal tem trinta regiões administrativas,  
728 15 delas é feito com cooperativas e associações de catadores de materiais  
729 recicláveis. Outra coisa inédita que estamos fazendo, nós contratamos 13  
730 cooperativas para receber sobre o material que eles vendem, e a cada tonelada  
731 que os catadores vendem no Distrito Federal, eles recebem em média trezentos  
732 reais do Governo, nós estamos com seis cooperativas, que antes atuavam no  
733 lixão, em galpões alugados. Se os senhores perguntarem se é simples, eu diria  
734 que não, eu transferi o meu escritório para o mais difícil, o último, o maior dos

735 galpões, é muito difícil, são pessoas acostumadas durante décadas a trabalhar  
736 individualmente, e que de repente se veem junto, tem que ter prestação de contas,  
737 coisas que não tinham, tem que explicar quantas toneladas que está vendendo,  
738 quem está trabalhando, como faz a divisão daquele dinheiro que é arrecadado. E  
739 a diferença dos que estão no lixão é que lá eles recebia por dia, tinha o dinheiro  
740 todo o dia para fazer uma comprinha, agora a bolsa de 360 reais por mês, por  
741 catador, para compensar a perda salarial, ela é mensal, o pagamento do SLU é  
742 mensal, e estamos enfrentando bastante dificuldade para que aqueles catadores  
743 oriundos do lixão possam realmente trabalhar como prestador de serviço público,  
744 mas estamos tendo a coragem de fazer com que não aceitemos mais essa  
745 situação indigna de profissionais valorosos no lixão, e queria agradecer o  
746 Movimento Nacional de Catadores, que veio até Brasília, assinou com o  
747 Governador um termo, aumentando de 92 reais a tonelada que a gente estava  
748 pagando, para trezentos reais, um esforço feito pelo nosso representante do  
749 Movimento Nacional de Catadores. Só queria deixar esse registro, porque o  
750 governador tem um carinho enorme por essa questão, e a gente queria deixar  
751 esse registro, e se possível registrar em ata.

752

753

754 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,  
755 Kátia. Na ordem, nós temos ainda a Maria Lúcia, o Rogério e o Fábio.

756

757

758 **A SR<sup>a</sup>. MARIA LUCIA COELHO SILVA (ABES)** – Maria Lucia Coelho Silva,  
759 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Estou aqui para fazer  
760 um manifesto da ABES contra a revisão do Marco do Saneamento e Meio  
761 Ambiente, através de Medida Provisória. Antes de fazer esse manifesto, eu quero  
762 cumprimentar o Distrito Federal, pela eliminação do lixão e pelo trabalho que a  
763 Secretaria de Limpeza Urbana tem feito nesses últimos dois anos. A ABES está  
764 muito preocupada, junto com várias entidades do setor com uma proposta que  
765 está em discussão no Governo Federal, de mexer a revisão ou de fazer a revisão  
766 do Marco Legal de Saneamento, através de Medida Provisória, nós achamos que  
767 essa proposta de mexer numa Lei, através de Medida Provisória, ela pode  
768 desestruturar totalmente o setor de saneamento, e também vemos que utilizar  
769 Medida Provisória em detrimento de um projeto de Lei significa o uso de um  
770 instrumento pouco democrático. Nós entendemos, o setor do saneamento e a  
771 sociedade devem insistir em revisões e em propostas que melhorem o serviço de  
772 saneamento, mas defendemos sempre um debate plural, participativo da  
773 sociedade na busca da universalização. Portanto, é urgente viabilizar um amplo  
774 debate na sociedade para que as mudanças da Lei 11.445, de 2007, que  
775 estabelece a diretrizes para o saneamento básico não passe sem uma ampla  
776 participação da sociedade, para que o setor de saneamento tenha as melhorias  
777 necessárias. Era isso.

778

779

780 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado,  
781 Maria Lúcia. Chamo agora o Rogério.

782

783

784 **O SR. ROGÉRIO MENEZES DE MELLO (ANAMMA Nacional)** – Bom dia a todos  
785 e a todas. Queria inicialmente pedir licença para cumprimentar a todos da mesa,  
786 na pessoa da presidente Suely Araújo, na pessoa do nosso secretário Edson  
787 Duarte, e inicialmente deixar aqui o registro da ANAMMA, já que o Ministro Sarney  
788 Filho fez um balanço da sua gestão, nessa nova gestão do Ministério do Meio  
789 Ambiente, os nossos agradecimentos em relação à abertura de diálogo  
790 permanente com os governos locais. A gente faz aqui, registra esse  
791 reconhecimento no CONAMA, nesse período do salto que houve no diálogo com  
792 os secretários municipais de Meio Ambiente, com os governos locais, isso com  
793 certeza é uma marca desse período de Governo, que a gente espera que  
794 prossiga, que se dê prosseguimento a esse diálogo. O exemplo disso, hoje, reúne  
795 pela primeira vez a Comissão Tripartite Nacional, pela primeira vez nessa nova  
796 etapa, que ficou adormecida por anos e anos, e hoje, às 16h, tem uma reunião  
797 que engloba aí a ANAMMA e o CB27, representando os governos locais, a  
798 ABEMA e também o IBAMA. Então eu quero saudar, secretário Edson Duarte,  
799 presidente Suely, por essa retomada, e que possamos fazer isso, rebater  
800 rapidamente para os Estados, através das tripartites estaduais, que dependem de  
801 portarias do Ministério do Meio Ambiente, que tenho certeza acontecerão nos  
802 próximos meses. Feito esse agradecimento, eu queria registrar aqui, e depois o  
803 nosso vice-presidente Mário (...), vai aprofundar o assunto, a nossa preocupação  
804 com essa perspectiva dita pelo deputado Maia, de votação da versão do deputado  
805 Mauro Pereira, do Projeto de Lei da Lei Geral de Licenciamento Ambiental, não há  
806 consenso, muito pelo contrário, há fortes manifestações dos municípios, nós  
807 estamos focando no Artigo 11, mas existem outros pontos, existe o Ministério  
808 Público. Então não me parece que há qualquer possibilidade, embora seja  
809 necessário uma Lei Geral do Licenciamento, não no texto, e até com o receio das  
810 emendas de Plenário, que pode acontecer em Plenário, a Suely sabe, porque  
811 estive muito tempo por lá, o que pode acontecer com emendas de Plenário em  
812 um assunto tão delicado como esse, tão importante para o País, que merece ser  
813 melhor amadurecido. E por último registrar aqui, e deixar inclusive, eu vou passar  
814 depois, circular aos senhores conselheiros que quiserem se somar à ANAMMA, a  
815 nossa carta de apoio ao Movimento #ÉaHoradoMar, como é muito curtinho, eu  
816 vou registrar aqui lendo, fazendo a leitura do documento e vou passar aos  
817 senhores, que quiserem aderir. “O Brasil possui a maior área costeira do Atlântico  
818 Sul, morada de espécies raras e deslumbrantes, e de uma biodiversidade única.  
819 Apesar dessa grandiosidade, temos, hoje, menos de dois por cento de unidades  
820 de conservação marinhas, e a maior parte dessas áreas permite o uso de recursos  
821 naturais, restando raro os abrigos efetivos para a biodiversidade. Nas próximas  
822 semanas, o Governo Brasileiro pode reescrever essa história de conservação da  
823 biodiversidade marinha, e criar o maior conjunto de áreas protegidas do Atlântico  
824 Sul, 900 mil quilômetros quadrados, mais do que o tamanho da França, com dois  
825 grandes blocos, um na costa de Pernambuco, área de São Pedro e São Paulo, e

826 um na costa do Espírito Santo, em Trindade e Martim Vaz. Estudos para a criação  
827 das unidades de conservação marinhas de Vitória e Trindade, e São Pedro e São  
828 Paulo, foram realizados e encaminhados pelo Ministério do Meio Ambiente, e  
829 estará agora no gabinete da presidência, do presidente Michel Temer, para a  
830 assinatura de Decreto que protegerá toda a riqueza marinha. Por meio dessa carta  
831 manifestamos o nosso apoio ao Movimento #ÉaHoradoMar, convocamos a todos  
832 a assinarem a petição disponível online, certos de contar com a colaboração de  
833 todos para essa importante causa, reiteramos os nossos votos de que essa  
834 iniciativa prospere em favor da proteção da nossa biodiversidade marinha”. Este  
835 presidente Nacional da ANAMMA, cumpre também a sua obrigação como  
836 oceanógrafo de formação, em defender essa importante medida do Ministério do  
837 Meio Ambiente. Eu queria, por último, dizer que nós esperamos poder, hoje,  
838 receber boas notícias da Comissão Tripartite Nacional a respeito da taxa de  
839 controle e fiscalização ambiental, TSFA, agradecemos a presidente Suely, pela  
840 retomada desse assunto, do repasse aos municípios, os valores relativos ao  
841 TSFA. Só no assunto anterior, para encerrar a minha fala, registrar aqui a  
842 manifestação importante do secretário de São Paulo, Maurício Brusadin, na  
843 questão da criação das unidades de conservação marinha, São Paulo que lidera  
844 esse tema, tendo criado importantes áreas de proteção à biodiversidade no mar.  
845 Obrigado.

846  
847

848 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,  
849 Rogério. Pela ordem, nós temos ainda, Fábio, houve um erro da mesa, também  
850 está inscrito o Mário, e eu vou finalizar dando a palavra ao Conselho Federal de  
851 Engenharia e Agronomia, para um breve informe, o Conselheiro José (...).

852  
853

854 **O SR. FÁBIO CAMARGO FERREIRA (FNP)** – Muito Bom dia a todos e a todas.  
855 Cumprimento a mesa em nome da Adriana. Eu sou o Fábio, represento a Frente  
856 Nacional dos Prefeitos, e venho aqui, hoje, para discutir três itens. O primeiro,  
857 como a gente sempre vem e não perde a oportunidade de falar, precisamos inserir  
858 o município, os municípios com políticas voltadas a ele. Eu dou exemplo aí  
859 sempre, há várias áreas que deram certo depois que realmente criaram políticas  
860 para desenvolverem os municípios, por exemplo, a saúde nos municípios, antes  
861 no SUS era muito pior do que hoje, não é a melhor, mas hoje vem dinheiro, vem  
862 verba do Governo Federal, para pagar médico, para comprar equipamento, para  
863 comprar remédios, a educação da mesma forma, vem dinheiro para pagar  
864 professor, vem dinheiro para pedagógico, vem dinheiro para todas as áreas. Na  
865 ação social também foi evoluindo, hoje tem dinheiro do Fundo Carinhoso, de  
866 muitas outras, investimento, que o município pega e aplica naquilo. Mas,  
867 infelizmente, na área ambiental, evoluiu demais, mas não tem nada que venha do  
868 Governo Federal que ajude os municípios a contratarem fiscais, a comprar  
869 equipamento a ajudar no reflorestamento floresta. A gente, praticamente vive  
870 agora por conta de conversão de multas e de algumas multas de meio ambiente,  
871 que o valor é muito pequeno, a gente fica brigando, igual o Rogério falou, do

872 TSFA, mas no final das contas o valor é tão irrisório que não dá para comprar uma  
873 viatura. Então, eu acho que precisamos evoluir nisso, nesse tipo de política, para  
874 os municípios conseguirem fazer alguma coisa, porque tudo acontece lá. Temos a  
875 consciência de que evoluiu muito, a Zilda está naquela Resolução da Qualidade  
876 do Ar, por exemplo, o município, conseguimos junto com o Estado, chegando em  
877 uma proposta, mais ou menos, harmônica, e o município está participando bem do  
878 CONAMA, mas na hora das políticas governamentais mesmo, de ajudar os  
879 municípios, isso não acontece. Venho solicitar aqui, agora não sei,  
880 regimentalmente, qual é o pedido, mas eu vou explicar aqui, no item 5.3, que é  
881 indicação da sociedade civil, naquela Comissão Consultiva do Programa de  
882 Conversão de Multa, eu acho que é muito importante, acho não, tenho certeza que  
883 é importante e indispensável a participação do município nessa Câmara, porque a  
884 unidade pode ser federal, por ser estadual, pode ser o que for, mas é lá dentro do  
885 município, como o município não vai participar de uma política dessa? É no  
886 mínimo, é inadmissível. Então, eu não sei se o pedido é para retirada de pauta a  
887 gente tentar modificar essa Resolução, e colocar o município, ou é de pedido de  
888 vistas para a gente poder melhorar isso aqui. Porque do jeito que está sem a  
889 participação dos municípios, eu acho que perde o programa, perde o município e  
890 perde a União. Então, esse é o meu pedido, em conjunto com a ANAMMA, foi  
891 conversado isso. Então, eu ponho aí à mesa para sabermos qual é o pedido que a  
892 gente faz aqui regimentalmente.

893

894

895 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu vou pedir  
896 uma gentileza, antes de fazermos o encaminhamento regimental, que possamos  
897 ouvir o ICMBio, mas de qualquer forma está registrado aqui, quando chegar no  
898 Item 5.3, se eventualmente eu esquecer, você me lembra da sua manifestação.  
899 Teríamos agora o Mário.

900

901

902 **O SR. MÁRIO STELLA CASSA LOUZADA (ANAMMA Sudeste)** – Bom dia. Sou  
903 Mário Louzada, representante da ANAMMA Nacional, sou secretário do Meio  
904 Ambiente de Cachoeira de Itapemirim, quero cumprimentar a mesa, na pessoa do  
905 secretário Edson Duarte, pessoa de muita, preciosa para a gente, de longo  
906 conhecimento, desde a época de Juazeiro. Senhores, eu quero dizer sobre a Lei  
907 Geral que está... Do licenciamento que está para ir em votação, essa versão  
908 apresentada pelo deputado Mauro Pereira, ela representa um grande retrocesso  
909 para o licenciamento ambiental e para a participação dos municípios nesse  
910 processo. Não é admissível alguém propor no Artigo 11, aonde desconsidera a  
911 participação do município, desconsidera que o município seja ouvido para a  
912 instalação de grandes obras, o município é o detentor da Lei de Uso e Ocupação  
913 do Solo, e é a ele que devemos nos reportar quando quisermos instalar algum  
914 empreendimento no município. Esse artigo, ele é contra o que preconiza todos os  
915 movimentos de licenciamento nesse País, e nós não o queremos nessa Lei, não é  
916 só esse artigo, como bem disse o presidente Rogério, temos vários outros pontos  
917 que são polêmicos, que são complicados, essa versão que o que deputado

918 Rodrigo Maia disse que há consenso para apresentar na Câmara, não há  
919 consenso, o deputado Rodrigo Maia está mentindo, não houve consenso algum,  
920 não houve consenso algum. Ele está desconsiderando todo o esforço, todo o  
921 empenho que o Ministério do Meio Ambiente com o secretário Edson Duarte, com  
922 o Ministro Zequinha tiveram, para aproximar a versão... A outra versão, e  
923 apresentar de forma quase consensuada, com mais um pouquinho a gente tinha  
924 um consenso. Essa versão do deputado Mauro, ela não contempla ninguém, a  
925 não ser alguns setores. Então nós temos que nos empenhar para que a versão  
926 apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente, na coordenação do secretário  
927 Edson Duarte, muito bem conduzido, muito bem estudada e tentado fazer esse  
928 consenso, que essa versão seja apresentada. Ela é a versão que mais contempla  
929 a ANAMMA, que mais contempla vários segmentos, e é ela que nós queremos.  
930 Quero finalizar também aqui elogiando o Ministério do Meio Ambiente, o Ministro  
931 Zequinha está de saída, mas a ANAMMA torce muito para que o companheiro  
932 Edson Duarte e que a presidente Suely, continuem, aí, na frente do IBAMA e do  
933 Ministério, porque nós tivemos avanços incalculáveis com a presença de vocês no  
934 Ministério, muito obrigado por terem considerado o município como parte do  
935 processo de licenciamento ambiental nesse País, há muito a gente não tinha esse  
936 reconhecimento, e por essa gestão do Ministério, só estamos tendo. Eu falo em  
937 nome da ANAMMA, muito obrigado pelo que vocês estão fazendo pelos  
938 municípios. Muito obrigado.

939

940

941 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,  
942 Mário. Eu finalizo agora... *(Palmas!)*. Eu finalizo agora com o Conselheiro José  
943 Chacon, do CONFEA, que ele vai fazer um breve informe.

944

945

946 **O SR. JOSÉ CHACON DE ASSIS (CONFEA)** – Ainda é bom dia a todos? A mesa  
947 e a todos os presentes. Eu já estive muitas vezes no CONAMA no passado, e é  
948 com alegria muito grande que a gente está voltando aqui. Eu sou Conselheiro  
949 Federal do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. E vim trazer a vocês  
950 uma notícia, além da criação de uma Comissão de Meio Ambiente, uma Comissão  
951 de Estudos e Sustentabilidade Socioambiental sobre a tentativa, viu prefeito, de  
952 recriação do Movimento de Cidadania pelas Águas Brasil. Esse movimento surgiu  
953 no bojo da Lei 9433, de janeiro de 97, chegou a ter seiscentos de referência em  
954 todos o país, e a tentativa de volta, apesar de ter tido reuniões e uma série de  
955 eventos até uns 4, 5 anos atrás, vai acontecer no dia 26 de março, daqui a um  
956 mês, na cidade do Rio de Janeiro, na Sede Nacional do IBEC, na rua 7 de  
957 Setembro, 43, Cobertura. Então, eu queria deixar esse convite a todos e vou  
958 distribuir aqui um panfleto aqui muito simples para que sirva de lembrança a todos  
959 que estão aqui hoje. Muito obrigado a mesa, muito obrigado a todos.

960

961

962 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado.  
963 Gente, eu queria agora a máxima atenção de vocês, se eu não conseguir pelo

964 microfone, eu vou mandar “zap”. Nós sempre reclamamos que, às vezes, o  
965 CONAMA não tinha pauta, hoje nós temos uma pauta densa, super importante,  
966 matérias que já foram pedidos de vista, que já voltaram. Então, eu queria fazer um  
967 apelo e um acordo de convivência com vocês. Nós podemos correr o risco, se  
968 interrompermos a reunião para o almoço de não conseguirmos o quórum na parte  
969 da tarde. Então, eu queria ouvi-los se há uma concordância que a gente estenda,  
970 já são 11h34, pela notícia que o Luiz Paulo nos deu, na Tribuna Livre, me parece  
971 que a questão da marcação houve um consenso maior ainda, eu acho que dá  
972 para a gente avançar e registrar essa Resolução no dia de hoje. Temos uma  
973 Resolução do CRV, que eu sou o Presidente da Câmara de Florestas, que nós  
974 aprovamos em consenso, não vou poder fazer a defesa, porque eu acho que é um  
975 conflito de interesse eu presidindo e defendendo a mudança da Resolução, mas  
976 os Estados estão aqui para isso. Então, eu queria consultá-los, porque na nossa  
977 parte tem o Item 5, que a gente vai ser muito rápido, e temos algumas coisas aqui,  
978 temos algum encaminhamento da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio  
979 Ambiente, temos a votação para a questão da Comissão Consultiva Nacional do  
980 Programa de Conversão de Multas Ambientais, do PNMA do Chico Mendes. E eu  
981 queria ouvi-los, porque eu acho que seria um compromisso da gente com essa  
982 pauta para que a gente conseguisse fechar essa pauta sem ter uma solução de  
983 continuidade, se não houver quórum na parte da parte. Fala companheiro de  
984 Santa Catarina.

985

986

987 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

988

989

990 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Não, não, nós  
991 vamos chegar na inversão, eu estou querendo fazer um Acordo de Convivência, é  
992 razoável a gente estocar a reunião? Vamos nessa? Então, tá bom. Vamos lá  
993 gente. Não teremos almoço, então, tradicional, teremos o almoço no final. Está  
994 ok? Bom, Item 5, Adriana Mandarino, por gentileza, com a maior rapidez possível.

995

996

997 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** –  
998 Deusdará, exatamente em razão das colocações feitas, eu pediria licença para a  
999 mesa e perguntaria à Plenária se ficaria bem a gente pular essa apresentação do  
1000 balanço do DConama sobre as atividades do ano passado. Essa é uma obrigação  
1001 regimental para a gente apresentar ao Presidente do Conselho e aos  
1002 Conselheiros, mas isso já vai está disponível no site do CONAMA a partir de  
1003 amanhã. Eu acho que é importante que todo mundo olhe para saber exatamente  
1004 qual foi a produção, quantas reuniões, qual o custo dessas reuniões e quais foram  
1005 as resoluções, as moções aprovadas e apresentadas. Mas, nós pularíamos esse  
1006 ponto. Fica bem assim? Ok.

1007

1008

1009 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado  
1010 pela colaboração dos senhores Conselheiros. Eu passo a palavra agora para o Dr.  
1011 Rafael, nosso Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente, para falar do  
1012 Item 5.2.

1013

1014

1015 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (CONJUR/MMA)** – Prezados, boa tarde.  
1016 Eu peço ao Presidente, eu posso ficar com o microfone? Obrigado. Prezados, bom  
1017 dia. Meu nome é Rafael, estou na Consultoria Jurídica do Ministério do Meio  
1018 Ambiente, eu pretendo ser o mais breve possível, nós vamos fazer um pequeno  
1019 relato sobre os trabalhos do Grupo Assessor ao CONAMA, nós tivemos apenas  
1020 uma reunião, depois da última reunião plenária. Então, provavelmente o tema  
1021 realmente vai ser mais simplificado na reunião de hoje. Pode ir passando. O GA  
1022 para os novos Conselheiros, especialmente para fazer um contexto, ele foi criado  
1023 esse Grupo Assessor na Reunião de nº 121 em 2016, e ela tinha o objetivo de  
1024 avaliar a pertinência da manutenção de Resoluções CONAMA frente à legislação  
1025 superveniente. Então, a LC 140, Código Florestal e muitas resoluções ainda  
1026 antigas que poderiam ter sido impactadas. O objetivo do GA é justamente esse  
1027 analisar essas resoluções e verificar se elas ainda são compatíveis com o  
1028 ordenamento jurídico. Pode passar. Então, nós tivemos no ano passado 7  
1029 reuniões, e apenas uma da última reunião plenária para essa, que ocorreu agora  
1030 no início de fevereiro. Relembrando ponto importante também sobre a  
1031 transparência do grupo. O grupo foi criado e tem absoluta transparência, todas as  
1032 reuniões como as reuniões plenárias, elas ficam constantes no nosso site, elas  
1033 estão localizadas ali em Câmaras Técnicas e GTs, é o primeiro ponto do item lá  
1034 no site. Então, todas as reuniões, todos os pareceres jurídicos são colocados lá e  
1035 todos os colegas devem, e podem acompanhar esse nosso trabalho. Todas as  
1036 reuniões estão lá colocadas. Pode passar a seguinte. Na reunião passada, nós  
1037 tivemos um ponto de apresentação em relação às Resoluções CONAMA, o que  
1038 nós fazemos? Primeiro, nós separamos as Resoluções CONAMA que não foram  
1039 impactadas. Então, nós analisamos as Resoluções e não havendo impacto, nós  
1040 apresentamos apenas informes ao Plenário, dizendo que as Resoluções estão  
1041 adequadas. No segundo ponto existem aquelas Resoluções que foram  
1042 impactadas pela legislação superveniente, sobre elas nós dividimos em dois  
1043 grupos, aquelas que são mais simples, cuja apreciação do Grupo Assessor foi  
1044 unânime, então todos os colegas do Grupo Assessor entenderam que elas  
1045 realmente foram revogadas, decaídas pela legislação superveniente, e nós  
1046 apresentamos elas. A ideia foi trazer inicialmente as resoluções em que há  
1047 consenso, e depois paulatinamente ir trazendo as resoluções em que há dissenso.  
1048 Na reunião passada, nós tivemos a oportunidade, inclusive, de apresentar 4  
1049 resoluções, que são as que nós vamos trazer hoje também, sendo elas 3 com  
1050 consenso, e uma com dissenso. Infelizmente o colega queria fazer a contra  
1051 argumentação dessa Resolução que teve dissenso, ele não está presente hoje.  
1052 Então, eu entendo que seria interessante que a gente deixe essa Resolução de  
1053 dissenso para que haja o efetivo debate para uma próxima pauta. Então, a gente  
1054 vai apresentar apenas as 3 resoluções principais. É necessário fazer um



1055 esclarecimento: na reunião anterior, nas reuniões anteriores na verdade do GA,  
1056 nós apresentávamos as resoluções para apreciação do Plenário para  
1057 reconhecimento da revogação das resoluções, e nós utilizávamos como  
1058 fundamento o art. 18 do Regimento Interno do CONAMA. O que esse art. 18 fala?  
1059 Ele fala de situações excepcionais em que aqueles temas aprovado em regime de  
1060 urgência, eles podem ser apreciados diretamente ao Plenário. Na reunião passada  
1061 foi apresentada essa proposta de Regime de Regime em relação a essas  
1062 Resoluções aqui que eu trago novamente hoje, e o regime de urgência caiu.  
1063 Caindo o regime de urgência, nós pensamos como viabilizar a apreciação do  
1064 Plenário..., pode passar o slide, como viabilizar a apreciação do Plenário desse  
1065 tipo de matéria? Então, foi feita uma consulta para a Consultoria Jurídica, os  
1066 nossos colegas da Consultoria fizeram uma análise para verificar: o Regimento,  
1067 ele admite esse tipo de apreciação direta, uma vez que caiu o regime de  
1068 urgência? E aí o colega fez o parecer e o que ele pontua entendendo possível  
1069 essa manifestação do Plenário, e o que nós pontuamos foi: primeiro ponto  
1070 paralelismo das formas, se é uma Resolução, o ato que o Plenário vai fazer para  
1071 reconhecer a revogação deve ter um paralelo, ou seja, deve ser apresentada uma  
1072 outra Resolução para reconhecer a revogação. Outro ponto, o Regimento Interno  
1073 da sua leitura, à exceção daquele art. 18, ele trata de procedimentos que falam de  
1074 quê? Resoluções e trâmites de resoluções como ela deve ser feito; deve passar  
1075 pelas Câmaras Técnicas, deve passar pelas Câmaras Jurídicas, passa  
1076 internamente no Ministério para apreciação da Consultoria Jurídica. E o que a  
1077 gente viu? Que, na verdade, o Regimento Interno, ele não trata das hipóteses que  
1078 a gente está tratando agora, que é justamente o quê? Apenas o reconhecimento  
1079 da revogação por uma legislação superveniente, não está no âmbito do CONAMA  
1080 essa revogação, é apenas o reconhecimento disso. Então, não seria razoável, ou  
1081 proporcional que nós adotássemos o rito normal de uma Resolução, que seria  
1082 passar por todas as Câmaras Técnicas se o debate é meramente jurídico e tem  
1083 aquele ponto específico. Então, diante disso, uma vez que não há um debate de  
1084 mérito, mas há um debate meramente jurídico, não seria necessário, não seria  
1085 razoável que esse tema passasse por toda a tramitação normal da Resolução, e aí  
1086 vem também o dever de anular os atos que tem visto de ilegalidades, ou seja, o  
1087 CONAMA verificando que tem uma Resolução que já não mais subsiste, já não  
1088 mais encontra espaço jurídico para permanecer, o CONAMA não tem uma  
1089 faculdade, ele tem uma obrigação de reconhecer essa revogação para trazer a  
1090 segurança jurídica para o nosso Brasil. Então, esse ponto é muito importante  
1091 também. E o tema deve ser submetido a quem? À instância máxima do CONAMA,  
1092 que é o seu Plenário, que é o que nós estamos fazendo. Então, diante da lacuna  
1093 regimental, o próprio Regimento Interno, ele já admite que os casos omissos  
1094 deverão ser sugeridos, deixa só eu ler o texto, “as dúvidas surgidas e os casos  
1095 omissos deverão ser solucionados pelo Presidente *ad referendum* no Plenário.  
1096 Então, qual é o ponto? A Consultoria Jurídica fez essa interpretação, submeteu ao  
1097 Presidente do CONAMA, ao qual foi aprovado, e agora nós sugerimos que essa  
1098 matéria, que esse ponto dessa omissão do Regimento e essa possibilidade de  
1099 submissão do tema ao Plenário; seja aprovado *ad referendum* do Plenário do  
1100 CONAMA. Uma segunda sugestão é em relação ao aprimoramento do Regimento

1101 Interno. Nós sabemos que uma vez que esse tema é uma omissão do Regimento,  
1102 e nós entendemos que há ainda muito trabalho a ser feito pelo GA, seria  
1103 interessante, quando o Plenário do CONAMA entender conveniente e oportuno,  
1104 que esse tema seja devidamente tratado no Regimento Interno. Então, essa é  
1105 uma segunda sugestão para um segundo momento. Nesse momento apenas o  
1106 item A.

1107

1108

1109 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Obrigado Dr.  
1110 Rafael. Então, eu submeto ao Plenário a aprovação do *ad referendum* dado pelo  
1111 Ministro de Estado, conforme foi explicado pelo nosso consultor jurídico Dr.  
1112 Rafael. Bocuhy, você quer falar? Só o *ad referendum*, ok? Não havendo  
1113 manifestação, considero aprovado. Agora, nós vamos fazer uma segunda votação,  
1114 que é o reconhecimento de revogação das 4 resoluções aprovadas, 4 ou 3  
1115 Rafael? Desculpa.

1116

1117

1118 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (CONJUR/MMA) –** São 3 agora.

1119

1120

1121 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** 3?

1122

1123

1124 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (CONJUR/MMA) –** É.

1125

1126

1127 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** São 3 que  
1128 tiveram consenso do GA.

1129

1130

1131 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (CONJUR/MMA) –** Presidente, se eu  
1132 puder passar rapidamente sobre elas.

1133

1134

1135 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Por favor, antes  
1136 da votação. Por gentileza, Rafael.

1137

1138

1139 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama) –**  
1140 Rafael, deixa só eu pedir para a equipe, então. Henrique, você podia colocar a  
1141 Minuta de Resolução agora, que reconhece a revogação, não é isso Rafael?

1142

1143

1144 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (CONJUR/MMA) –** Logo mais. Obrigado  
1145 Presidente. Então, das 4 Resoluções que nós havíamos apresentado na reunião  
1146 passada, uma delas como há essa divergência e o colega que representaria o

1147 outro lado, digamos assim, da opinião não está presente. A nossa sugestão é para  
1148 retirada de pauta. Então, ficam 3 Resoluções. A primeira é muito simples, ela é a  
1149 Resolução 4, de 95. Essas 3, repito, são de aprovação unânime pelo GA. A  
1150 Resolução 4, de 95, estabelece as áreas de segurança aeroportuária. Foi  
1151 verificado, inclusive o colega Boisbaudran, que está aqui presente, foi o relator  
1152 dessa Resolução, e foi verificado que existe a Lei, a 12.725, em 2012 ela veio e  
1153 tratou completamente daquela matéria da Resolução. Então, não haveria razão de  
1154 ser, mas a Resolução subsistir, por esse motivo o GA entendeu pela sua  
1155 revogação. A 9, de 96, é a que de corredor de vegetação entre remanescentes.  
1156 Esse é o caso que eu estou pedindo para retirar de pauta, justamente por não ter  
1157 essa possibilidade de defesa do outro lado. Então, a minha sugestão é para que a  
1158 gente não analise ela na data de hoje. Mais duas Resoluções também com  
1159 manifestação unânime, são as Resoluções 248, de 99, que determina o manejo  
1160 sustentável, licenciamento ambiental e controle e monitoramento dos  
1161 empreendimentos de base florestal na Mata Atlântica, no Sul da Bahia, que  
1162 também com a Legislação da Mata Atlântica, ela já veio regulamentar o tema de  
1163 forma completa e não seria mais necessária a Resolução, não teria lógica de  
1164 permanecer. Então, por unanimidade também o Grupo Assessor entendeu que  
1165 não subsisti mais essa Resolução. Pode passar. E por fim, a Resolução 341, de  
1166 2003, que trata de critérios de caracterização de atividades, ou empreendimentos  
1167 turísticos sustentáveis como de interesse social para fins de ocupação das dunas  
1168 originalmente desprovidas de vegetação na zona costeira. Esse ponto foi  
1169 justamente a ausência de competência do CONAMA para tratar da questão do  
1170 interesse social. Com o Código Florestal, esse interesse passou a ser do Chefe do  
1171 Poder Executivo, e aí essa Resolução não subsisti, porque ela trata justamente  
1172 das formas de interesse social desses casos. Então, também por unanimidade foi  
1173 proposta o reconhecimento da revogação dessa Resolução.

1174  
1175

1176 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Por gentileza,  
1177 Dr. Bocuhy. Sim, lógico.

1178  
1179

1180 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Desculpe interromper.  
1181 É só para fazer uma solicitação, então, de pedido de vista, já que permanece em  
1182 votação a 341. Nós estamos solicitando vistas e a justificativa disso é que nós  
1183 tiramos de pauta na última reunião a 303, e elas guardam uma relação entre si.  
1184 Então, se tiramos a 303, seria também interessante que observássemos com mais  
1185 cuidado a 341. E essa é a nossa justificativa. E só gostaria de fazer uma pergunta,  
1186 com relação ao encaminhamento da 09, de 96, qual será o procedimento daqui  
1187 para frente com relação a ela?

1188  
1189

1190 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Dr. Rafael, por  
1191 gentileza.

1192

1193 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (CONJUR/MMA)** – Prezados, em relação  
1194 ao pedido de vista vai ser apreciado pelo Plenário. Em relação ao andamento em  
1195 relação a 9, que a minha sugestão é de retirada de pauta, a ideia é que na  
1196 próxima reunião plenária o colega esteja presente e nós possamos fazer a  
1197 apresentação, e os debates devidos para o tema ser tratado.

1198

1199

1200 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado  
1201 Rafael. Está inscrito o Monsã, para depois a gente colocar em votação. Eu só  
1202 queria deixar bem claro que o pedido de vistas é imediato, ou seja, está acatado o  
1203 pedido de vistas Dr. Bocuhy.

1204

1205

1206 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (Ademasp)** – João Baptista Monsã,  
1207 Ademasp. Eu queria chamar a atenção da mesa para um detalhe que realmente  
1208 me preocupou. O único banco de corral de toda a Costa Brasileira fica exatamente,  
1209 eu não vir preparado com dados precisos, fica no Sul do Espírito Santo com o  
1210 Norte do Estado do Rio. Então, eu soube agora da construção de um porto  
1211 exatamente nessa região. Bom, se confirmar isso, eu quero fazer um apelo que  
1212 nós estamos tirando nessa proposta do companheiro, nós estamos tirando o único  
1213 mecanismo legal disponível para proteger esse banco. Então, é preciso que haja  
1214 uma pesquisa, haja uma segurança por parte da entidade proponente lá, nosso  
1215 companheiro lá da mesa, que confirme isso antes da votação, porque nós  
1216 estamos tirando exatamente a proteção.

1217

1218

1219 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Dr. Monsã, com  
1220 o pedido de vistas do Bocuhy, a Resolução 341 não vai entrar em votação para  
1221 aprovar a revogação. Então, a sua preocupação está contemplada. O Bocuhy  
1222 pediu para sair o pedido de vista da Resolução 341, que trata da sua  
1223 preocupação. Então, isso a gente não vai votar, só vai votar a confirmação da  
1224 revogação da Resolução 04, que trata das asas, e da 248.

1225

1226

1227 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (Ademasp)** – Pois é, mas as 3 pelo  
1228 ver rapidamente, eu não sei de cor, as 3 rapidamente envolvem essa situação.

1229

1230

1231 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu acho que  
1232 não. A asa não tem nada a ver.

1233

1234

1235 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (Ademasp)** – Bom, acredito. Está  
1236 registrado.

1237

1238

1239 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Tá. A asa é  
1240 relacionado a área de segurança aeroportuária. Nada a ver com coral.

1241

1242

1243 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (Ademasp)** – Não, é o local.

1244

1245

1246 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** –  
1247 Área de segurança aeroportuária é aquela coisa que tem uma Lei que já..., talvez  
1248 o Rafael possa fazer colocação sobre isso, tem uma Lei que já determinou  
1249 contrariamente.

1250

1251

1252 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (CONJUR/MMA)** – Prezados, o trabalho  
1253 do GA, ele não entra no mérito das Resoluções. O trabalho do GA é um trabalho  
1254 absolutamente técnico, e a única coisa que é visualizada pelo grupo é em relação  
1255 a existe uma legislação superveniente que modificou o tratamento da matéria?  
1256 Nesse caso da asa, a área de segurança aeroportuária, existe uma legislação  
1257 específica que já tratou absolutamente a matéria. Então, não há prejuízo  
1258 ambiental. Há um tratamento mais completo dado pelo legislador. Então, em  
1259 relação a esse ponto pode ficar bem tranquilo que não há impacto.

1260

1261

1262 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (Ademasp)** – Você deixou  
1263 claramente para mim. Mas, eu não vim preparado com o que eu tenho registrado.  
1264 Então, a minha preocupação é se foi considerado essa situação nesse local, que a  
1265 costa é enorme, por que foram escolher logo ali para fazer um Porto? Entendeu?

1266

1267

1268 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Mas assim,  
1269 desculpe Monsã, eu queria deixar você confortável, até pela sua experiência de  
1270 CONAMA. A asa não trata de Costa, o que trata de Costa e pode estar  
1271 tangencialmente envolvido com a sua preocupação é a 341, que fala de ocupação  
1272 de dunas desprovido de vegetação na zona costeira.

1273

1274

1275 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (Ademasp)** – Positivo. Depois eu  
1276 vou ler direitinho, porque eu só tomei conhecimento aqui no Plenário, eu vou ler  
1277 direitinho, se for o caso, a gente vem brigar de novo.

1278

1279

1280 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Vamos  
1281 dialogar. Ok? Bom, então, coloco em votação a confirmação da revogação, já que  
1282 houve um pedido de vistas, já que a outra Resolução não havia consenso,  
1283 somente da 04 e da Resolução 248, de 99. Quem é favorável, por favor, se  
1284 manifeste. Quem é contrário? Abstenção? Foi por unanimidade. Muito obrigado.

1285 Bom, agora, nós temos um outro ponto, que eu vou pedir ao meu companheiro,  
1286 meu amigo Marcelo Marcelino do ICMBio, trata a indicação de 4 entidades da  
1287 Sociedade Civil com a indicação de um membro titular e um suplente para  
1288 concorrerem a duas vagas junto a Câmara Consultiva Nacional do Programa de  
1289 Conversão de Multas Ambientais, PNMA, do Instituto Chico Mendes de  
1290 Conservação da Biodiversidade, nos termos da Portaria ICMBio nº 71/2018. Eu só  
1291 queria registrar que nós temos aí 10 entidades candidatos para 4 vagas. Rafael,  
1292 só um minutinho, deixa o Marcelo Marcelino falar. Obrigado.

1293

1294

1295 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Presidente, obrigado.  
1296 Eu vou passar a palavra aqui para a colega Cristiane, que ela que vai fazer a  
1297 apresentação do tema.

1298

1299

1300 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado  
1301 Cristiane. Por favor.

1302

1303

1304 **A SR<sup>a</sup>. CRISTIANE** – Primeiro, bom dia a todos. Quem deveria estar aqui era a  
1305 Dra. Silvana, eu sou assessora dela, e por um motivo superveniente ela não pode  
1306 estar aqui hoje, porque ela está como presidente substituta. Então, eu agradeço a  
1307 todos por estarem aqui e as 10 entidades que já se propuseram a uma vaga  
1308 mesmo antes da gente explicar do que se trata à Câmara. Primeiro, eu queria  
1309 pedir uma licença para agradecer a Dra. Suely, porque vocês ajudaram bastante a  
1310 gente, a Bia, deu todos os recursos que a gente precisava para fazer essa  
1311 Instrução Normativa e essa Portaria, porque é um tema novo para o ICMBio, até  
1312 hoje nos nossos 10 anos a gente não fazia conversão de multa ainda,  
1313 diferentemente do Ibama, que já tem esse *no hall*. E apesar de sermos todos do  
1314 Ibama, e de termos vindo do Ibama, para a gente, enquanto Instituto, é algo muito  
1315 novo, e a gente tem uma estrutura de fiscalização muito diferenciada da do Ibama.  
1316 Então, vou começar pelo começo. O Decreto 9179, de 2017, ele altera o Decreto  
1317 de Crimes Ambientais, o 6514, ele diz respeito a conversão de multa e como  
1318 deverão ser feitas as conversões de multas no âmbito federal. Segundo o Decreto,  
1319 ele prever que cada um dos órgãos, o Ibama e o ICMBio, com o poder de polícia,  
1320 cria uma Câmara Consultiva Nacional do Órgão, e qual é o papel dessa Câmara?  
1321 Eu vou ler o que está escrito no Decreto. Subsidiar a estratégia de implementação  
1322 do Programa de Conversão de Multas Ambientais no que se refere às infrações  
1323 apuradas por ele, e caberá à Câmara opinar a respeito de temas e áreas  
1324 prioritárias as serem beneficiadas com os serviços decorrentes da conversão e  
1325 sobre a estratégia de monitoramento observadas as diretrizes da Política Nacional  
1326 de Meio Ambiente. Além disso, o próprio Decreto que modificou o 6514, ele prever  
1327 qual será a composição da Câmara Nacional, ele prever Câmara Estaduais e  
1328 outras Câmaras Temáticas, mas a Câmara Consultiva Nacional, ele prever a  
1329 nossa composição. Qual é a composição? No seu art. 148, § 2º a Câmara  
1330 Consultiva será presidida pelo órgão federal emissor da multa e contemplará a

1331 participação, além de seus representantes do próprio órgão, de representantes do  
1332 Ministério do Meio Ambiente e das suas vinculadas, e da Sociedade Civil. Então,  
1333 para a Câmara Consultiva Nacional, essa é a composição prevista pelo Decreto.  
1334 Até então, o Instituto não possuía um Programa de Conversão de Multa com  
1335 fluxos, avaliações, organograma. Então, a partir do dia 23 de outubro, a gente  
1336 começou a se organizar para que saísse a nossa Instrução Normativa, né, que foi  
1337 a Instrução Normativa 2, de 19 de janeiro de 2018, que criou justamente o fluxo e  
1338 organização do programa, e também a da nossa Portaria, que criou a CCN, a  
1339 nossa Câmara Consultiva Nacional do Instituto Chico Mendes. Num primeiro  
1340 momento, até pela complexidade do tema e pela quantidade que a gente tem de  
1341 dados apurados de multa, nós teremos só a Câmara Consultiva Nacional, pelo  
1342 menos nesse primeiro ano. Hoje, dentro das multas que podem ser convertidas,  
1343 porque não é qualquer multa que pode ser convertida, o Decreto ele já prever que  
1344 algumas multas não podem ser convertidas, por exemplo, multas que o valor  
1345 mínimo combinado seja igual, ou inferior ao Decreto, depois do desconto. E o  
1346 próprio Decreto já prever o desconto, na modalidade direta 35%, e na modalidade  
1347 indireta 60%. O ICMBio tem uma característica de autuação de autuar pequenas  
1348 coisas dentro da Unidade de Conservação. Então, o nosso grande fluxo é esse,  
1349 são pequenas infrações dentro de Unidades de Conservação, que não estariam  
1350 destinadas à conversão, por quê? Porque ela bate no teto mínimo depois do  
1351 desconto, multas fechadas raramente poderão ser convertidas, a não ser que haja  
1352 um tempo muito grande entre o julgamento e a autuação. Considerando essa  
1353 primeira experiência do Instituto com o tema e considerando as características  
1354 dessas multas lavradas, que foi isso, a gente resolveu que na Portaria que a  
1355 Câmara Nacional Consultiva teria como objetivo indicar temas e áreas prioritárias  
1356 a serem beneficiadas com serviços decorrentes da conversão de multas, opinar  
1357 sobre estratégias de monitoramento observadas as diretrizes de Política do Meio  
1358 Ambiente, recepcionar e manifestar a cerca dos extratos e relatórios finais dos  
1359 projetos. No parágrafo único, as áreas e temas prioritários indicadas pela CCN  
1360 serão submetidas ao Comitê Gestor do Instituto para deliberação. Como o próprio  
1361 nome diz, o Comitê é um Comitê Consultivo. A Portaria ICMBio, ela define a  
1362 composição da Câmara estritamente como o Decreto previu, representantes do  
1363 ICMBio, representantes do Ministério, representantes do Ibama e, além disso, a  
1364 gente entendeu o CONAMA como o órgão que seria o mais legítimo dentro do  
1365 Ministério para nos indicar dois representantes da Sociedade Civil. De que modo?  
1366 Indicando uma lista com 4 entidades, com suplente, titular e suplente, e sendo  
1367 selecionado pelo Comitê Gestor. Isso tudo a gente vai levar em consideração as  
1368 finalidades do órgão e das entidades, e a finalidade do programa. Estou aqui para  
1369 dirimir qualquer dúvida e assim, vê se alguém mais gostaria de se colocar?

1370

1371

1372 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Obrigado  
1373 Cristiane. Eu pediria a gentileza, o Fábio fez um registro. Fábio, por gentileza.  
1374 Daniel também, Rafael Rueda também.

1375

1376

1377 **O SR. FÁBIO CAMARGO (FNP)** – Fábio da Frente Nacional de Prefeitos. A nossa  
1378 colocação era no sentido da importância de o Município participar dessa Câmara.  
1379 Então, assim, eu queria ver do ICMBio, qual seriam as formas que o Município  
1380 poderia participar, ou tem como incluir nessa Portaria, ou tem alguma outra forma?  
1381 Porque se nesse primeiro momento não tiver uma forma que o Município possa  
1382 participar, a gente vai ver uma forma de pedir vista, ou tirar de pauta para estudar  
1383 depois uma forma que o Município tenha como participar dessas reuniões.

1384

1385

1386 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Tá ok.  
1387 Combinado. Rafael Rueda, por favor.

1388

1389

1390 **O SR. RAFAEL PINZON RUEDA (Populações Tradicionais)** – Eu venho propor  
1391 também a candidatura para a Câmara do Conselho Nacional das Populações  
1392 Tradicionais, como candidato à Câmara. Por quê? Porque quase todos os crimes  
1393 ambientais afetam diretamente as populações tradicionais, em qualquer um dos  
1394 biomas, seja na Amazônia, na Mata Atlântica, na área marinha, em todos os  
1395 lugares sempre os crimes ambientais incidem em cima de áreas de populações  
1396 tradicionais.

1397

1398

1399 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Rafael, muito  
1400 obrigado. Eu só queria fazer um último registro. Para os senhores terem uma  
1401 ideia, nós estamos aqui com as comunidades indígenas pedindo, a FURPA, a  
1402 Mira-Serra, Adema, GEBIO, o Planeta Verde, PROAM, a CNGC e as populações  
1403 tradicionais. Só um minutinho. Eu acho que a continuidade e a discussão dessa  
1404 matéria, ela está prejudicada pelo pedido de vistas que o Fábio fez. Tá ok?  
1405 Marcelo, você quer se pronunciar?

1406

1407

1408 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Bom, a questão é que  
1409 a composição, ela foi definida por Decreto, né? Então, assim, o que o Instituto fez  
1410 foi seguir o Decreto. Então, não foi uma escolha do Instituto. O que se pode fazer  
1411 nesse caso, eu até sugeriria é retirar de pauta para que a gente pudesse estudar  
1412 juridicamente essa possibilidade. Então, trocar o pedido de vistas por uma retirada  
1413 de pauta, para que a gente possa estudar a matéria.

1414

1415

1416 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado  
1417 Marcelo Marcelino. Muita maturidade da sua decisão, porque eu acho que o  
1418 assunto é concorrido.

1419

1420

1421 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1422



1423 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Ainda dentro  
1424 desse assunto, porque o assunto foi suspenso. Daniel rapidinho.

1425

1426

1427 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (GERC)** – Daniel, GERC. Eu só queria  
1428 esclarecer dessa composição em números, quantas vagas para cada segmento  
1429 tem, para saber se é uma composição paritária como prever a Constituição  
1430 Federal. Só isso.

1431

1432

1433 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – A matéria já  
1434 está fora de pauta, mas só porque pediu esclarecimento, em respeito ao  
1435 Conselheiro.

1436

1437

1438 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Bom, de novo assim, a  
1439 composição, ela foi remetida pelo Decreto. Então, assim, eu acho que nem vale a  
1440 pena aqui o debate. Como o Decreto é uma ordem superior do Executivo, a gente  
1441 segue o Decreto. Mas, assim, o que eu estou reiterando a minha proposta, a gente  
1442 retira de pauta para que a gente possa analisar juridicamente, até essa questão  
1443 que você levantou mesmo, e ver se há possibilidade de ter uma composição  
1444 diferente do que está proposto no Decreto. Mas, assim, no momento para a gente  
1445 encerrar aqui e poder caminhar com a pauta dessa Plenária seria concordância  
1446 aqui dos Municípios da gente retirar de pauta, já que foram vocês que iniciaram a  
1447 preposição para que a gente possa analisar juridicamente.

1448

1449

1450 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Acatado.  
1451 Matéria superada, pedido de vista aceito. Item 5.4. Indicação de representante  
1452 titular e suplente para o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
1453 (CONSEA), como instituição observadora, conforme art. 11, § 2º, inciso III da Lei  
1454 nº 11.346, de 2016. Havia uma proposição da participação do Estado do  
1455 Amazonas, que formalmente retirou a sua candidatura. Então, eu acho que a  
1456 matéria está superada, porque ficaria o Daniel, da GERC; e Apromac com a  
1457 Zuleica. Então, não há concorrência, como é um titular e um suplente, estão  
1458 concorrendo só dois. Há consenso com a Zuleica? Ela está presente, não? Tá ok.  
1459 Não, se você está falando, está falado. Então, ficaria Daniel, GERC, como titular; e  
1460 Zuleica, da Apromac, como suplente.

1461

1462

1463 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (GERC)** – O GERC fica como titular, a gente  
1464 está indicando uma professora da (...), nutricionista.

1465

1466

1467 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom, a  
1468 instituição GERC, e a instituição Apromac.

1469

1470

**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** – Só um minutinho Daniel. Tem que ser..., é para representar o CONAMA no CONSEA. Então, a leitura que eu vinha fazendo é de que tem que ser Conselheiro do CONAMA, entende? Porque o que está colocado na Lei é isso.

1474

1475

1476

**O SR. DANIEL MELO BARRETO (GERC)** – Perfeito. Não, qualquer coisa a gente arruma com os Conselheiros.

1477

1478

1479

1480

**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Matéria superada. Vamos entrar agora na apresentação de pedido de vistas de inversão de pauta, retirada de matéria, e requerimento de urgência. Tem alguma manifestação? Não havendo, não, não, já retirou. Então, não vai fazer o pedido de inversão. O Baby já (...), não vai ter pedido de inversão. Então, Mato Grosso quer que siga a ordem da pauta? A Mauren vai ficar aí, o time está todo aí. Tá bom? Então, vamos seguir na Resolução extremamente importante, bem discutida, que é proposta de Resolução CONAMA que define os padrões de marcação de animais da fauna silvestre nativa em razão de uso e manejo em cativeiro - *ex situ*. Proponente é o Ibama. Eu não sei se tem alguém para falar a favor e contra? Está todo mundo lá fora fechando o texto. A Maria Izabel do Ibama então, por gentileza, ela começa a fazer as colocações do ponto de vista do Ibama. Agora, seria importante chamar o pessoal.

1485

1486

1487

1488

1489

1490

1491

1492

1493

1494

1495

**A SRª. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)** – E eu vou pedir para a Maria Izabel assumir o meu lugar aqui, tá bom? Porque os temas tem a ver com a Diretoria e hoje ela inaugura como membra do CONAMA, como Conselheira. Vem para cá.

1496

1497

1498

1499

1500

1501

**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Enquanto a Maria Izabel coloca lá a apresentação dela Luiz, seria a gente fazer a aprovação do texto-base, submeter a votação do texto-base e depois nós iríamos emenda a emenda dentro do que vocês construíram de consenso, votando, eu espero que o mínimo possível, as emendas apresentadas. Correto? Como é praxe nesse nosso Conselho, esse é o encaminhamento que a gente faz. Seja bem-vinda companheira. Vai lá, por favor. Maria Izabel.

1502

1503

1504

1505

1506

1507

1508

1509

1510

**A SRª. MARIA IZABEL SOARES GOMES DA SILVA (Ibama)** – Bom dia para quem não almoçou e boa tarde para quem já almoçou. Bom, eu queria colocar de forma bem breve, fazer uma apresentação para vocês da proposta de Resolução CONAMA, ela inicialmente foi apresentada pelo Ibama, em 2015, foi discutida de maneira exaustiva na Câmara Técnica de Biodiversidade durante o ano de 2017.

1511

1512

1513

1514

1515 E bom, ela é uma proposta que está nesse Fórum, porque ela envolve  
1516 competências de todos os entes. Então, todo mundo aqui tem responsabilidade  
1517 sobre a marcação de animais silvestres e de maneira mais profunda sobre o  
1518 manejo sustentável da nossa fauna. Então, com a Lei Complementar a passagem  
1519 da competência de autorização de empreendimentos utilizadores de fauna para os  
1520 Estados, nós temos de forma mais evidente essa necessidade de participação de  
1521 todos os entes governamentais dos Estados, os Municípios também devem ser  
1522 influenciados, e da mesma forma a Sociedade Civil, e o Setor Empresarial. Então,  
1523 esse é o Fórum mais adequado para a gente colocar essa discussão, foi uma  
1524 proposta que chegou em um nível de acordo e de redação muito superior a forma  
1525 como entrou. Então, a gente chegou em um consenso, como o próprio Luiz Paulo,  
1526 da Renctas, colocou na Tribuna Livre, e esse é o Fórum, de fato, mais adequado  
1527 para colocarmos essa discussão. Bom, lembrando todos aqui sabem muito bem,  
1528 mas lembrando a gente está num país diferenciado em relação ao resto do  
1529 planeta. Então, a gente tem que ter uma visão muito estratégica e muito  
1530 responsável sobre os nossos recursos ambientais. Então, essa Resolução, ela é o  
1531 primeiro passo para uma discussão mais aprofundada sobre o uso dos nossos  
1532 recursos naturais, especificamente fauna. Então, é pela primeira vez, eu acho que  
1533 na história, a gente está discutindo essa questão e esse assunto de maneira mais  
1534 aprofundada tecnicamente, e essa discussão precisa evoluir. Esse é o primeiro  
1535 passo, essa é a primeira de muitas CONAMA, que a gente espera apresentar aqui  
1536 a este Conselho, e é necessário que a gente tenha responsabilidade, como  
1537 Estado, como Governo, e como, enfim, se sentir parte de uma evolução dentro  
1538 dessa temática. Contextualizando, já que muitos não trabalham com essa área, a  
1539 gente tem uma criação de fauna imensa no Brasil. Então, nós temos cerca de 380  
1540 mil criadouros de fauna hoje no país, é muito criador, eles precisam ter uma  
1541 gestão adequada, muitos deles fazem a gestão de maneira muito eficiente,  
1542 colaborando para a conservação das espécies *in situ*, mas é necessário que haja  
1543 uma Gestão Nacional sobre esse recurso. Hoje nós temos mais de 3 milhões de  
1544 animais em cativeiro, que são regulados, regulamentados pelo poder público,  
1545 regulados hoje pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e fiscalizados tanto  
1546 pelos órgãos estaduais, polícias e pela fiscalização federal. E aí é necessário que  
1547 a gente entenda que nem todos os criadouros, ou todos os animais que hoje estão  
1548 em cativeiros, são de fato responsáveis, ou são de fato profissionais. Então, é  
1549 necessário que a gente tenha, e esse é o nosso papel aqui, uma visão de que  
1550 quem compra um animal silvestre, tem que saber quando ele é criado por um  
1551 criador profissional, e quando ele não é. Então, essa é a primeira parte, essa é a  
1552 primeira de muitas normas que vão deixar claro para o consumidor lá da ponta,  
1553 para aquele que quer ter um animal silvestre para finalidade de estimação, por  
1554 exemplo, que é uma das finalidades, que ele tenha um animal legal, um animal  
1555 que passou por todo um processo de manejo profissional. Essa aí é uma  
1556 representação de um gráfico dos Centros de Triagem de Animais Silvestres do  
1557 Ibama, existem vários outros, mas esses são os dados do Ibama em relação a  
1558 apreensão de animais silvestres. A gente tem cerca de 50 mil apreensões por ano,  
1559 assim na média, tem ano que tem mais, tem ano que tem menos, mas a gente tem  
1560 em média essa quantidade de apreensões, e ela está diretamente vinculada à

1561 necessidade de aprimoramento da gestão de fauna em cativeiro. Como eu disse,  
1562 existem pessoas que compram animais sem saber que aquele animal é ilegal, e é  
1563 necessário que para essa pessoa haja um ponto de vista claro do que está sendo  
1564 criado de maneira responsável e o que não está. Conseqüentemente, a gente vai  
1565 ter uma diminuição futura, a gente espera, desses animais apreendidos. Só para a  
1566 gente ter uma noção, a maioria dessas apreensões são de aves, que hoje é a  
1567 maior parte da criação de fauna em cativeiro. Pode passar. De maneira bem  
1568 breve, que eu não quero me estender muito, o objetivo dessa norma, então, é  
1569 colocar alguns critérios técnicos, é uma norma bastante técnica, então são alguns  
1570 critérios de marcação das várias classes de animais silvestres em cativeiro. E  
1571 essa a gente coloca de maneira detalhada as definições de todos esses tipos de  
1572 marcação possíveis, para que isso seja realmente não só cumprido pelos órgãos  
1573 ambientais federal, estaduais, pelos empreendimentos, mas também seja  
1574 entendido pela população em geral. Pode passar. Marcos normativos. A fauna  
1575 silvestre no Brasil tem alguns marcos normativos, dos quais à grande maioria  
1576 infralegal. Então, uma das razões, inclusive para a gente estar aqui falando dessa  
1577 proposta CONAMA, nesse nível de CONAMA, é para que a gente tenha o máximo  
1578 de participação, o máximo de vinculação possível aos órgãos estaduais,  
1579 municipais, a Sociedade Civil, o Setor Empresarial, bem como órgão federal, para  
1580 que a gente consiga consensuar vários pontos que são necessários dentro da  
1581 normatização específica e futura dos Estados. Ou seja, a partir dessa Resolução  
1582 CONAMA, a gente sabe que vão ser desenvolvidos vários outros marcos  
1583 regulatórios, que a gente espera que sejam bem consensuados dentro dos  
1584 Estados que são os órgãos competentes para fazer a gestão. Mais um gráfico  
1585 para demonstrar o tamanho da criação que a gente está colocando. Então, não é  
1586 uma criação estagnada, é uma criação que cresce muito a cada dia. Então, hoje  
1587 só criadores de passeriformes para falar só de uma ordem de animais, nós temos  
1588 mais de 380 mil criadores de passeriformes. E esse gráfico, ele foi paralisado em  
1589 2015, que tinha 305 mil. Então, para a gente ter a noção do tanto que isso  
1590 aumenta por ano. Isso precisa ser melhor regulamentado. Mais um gráfico  
1591 colocando a participação dos Estados nessa criação em cativeiro. As espécies  
1592 mais criadas, dentre as quais como eu coloquei, a maioria são aves, e dentre as  
1593 aves a maioria são passeriformes, que tem padrões de marcações hoje bem  
1594 especificados, mas que precisam ser vinculados. E aqui uma demonstração de  
1595 algo que a fiscalização federal pega com bastante frequência, que é a falsificação  
1596 de anilhas, de marcação de aves silvestres, é uma correria essa questão, porque  
1597 a gente sempre está colocando normas e sempre há aqueles que tentam burlá-  
1598 las. Então, essa CONAMA, ela estabeleceu, inclusive em um dos seus artigos, a  
1599 possibilidade das especificações técnicas serem realizadas em conjunto com os  
1600 órgãos ambientais, tanto federal, quanto estaduais, Sociedade Civil, Academia,  
1601 para que a gente consiga seguir padrões que sejam o menos falsificáveis possível.  
1602 Isso é muito sério, a gente tem uma captura da natureza muito intensa ainda e  
1603 essa captura da natureza muitas vezes é legalizada dentro de um criador que  
1604 pega uma anilha e veste aquele animal de legalidade. Então, uma das principais  
1605 funções dessa CONAMA é conseguir regulamentar para dificultar ao máximo esse  
1606 tipo de ação. Essa é uma foto de um animal capturado, um trinca-ferro

1607 especificamente, como é que a gente sabe que ele foi capturado? Ele está com a  
1608 face dele ensanguentada de ficar batendo na gaiola. Isso daqui é um animal que  
1609 muito frequentemente a gente encontra travestido de legalidade dentro de  
1610 criadouros. Coincidentemente hoje, a gente tem os animais mais traficados em  
1611 coincidência com os animais mais comercializados. Essa é uma questão que pode  
1612 demonstrar uma questão de mercado simplesmente, mas pode também, e deve  
1613 servir de alerta para os gestores desse recurso para tentar regulamentar e para  
1614 tentar frear algumas atitudes que geram essa coincidência. Um outro ponto de  
1615 vista, né, que é da criação comercial, da criação científica dos zoológicos, a gente  
1616 tem hoje numa Plataforma Nacional, que vai ser a base da Plataforma Nacional  
1617 colocada dentro dessa proposta da CONAMA de marcação, onde a gente  
1618 consegue ter uma visão de mercado, inclusive, relacionado ao uso desse recurso.  
1619 Então, hoje é possível a gente ter um diagnóstico e a gente espera que isso só se  
1620 torne cada vez mais fácil ter um diagnóstico sobre a criação, a venda e a  
1621 comercialização de fauna nativa. Então, quem serão os empreendimentos  
1622 afetados por essa Norma, né? A gente vai ter os centros de triagem e de  
1623 reabilitação de fauna silvestre, os zoológicos e os mantenedores hoje de fauna,  
1624 os criadores científicos, tanto para a finalidade de conservação, quanto aqueles  
1625 para finalidade de pesquisa, e a criação comercial nas suas várias finalidades.  
1626 Então, não apenas a criação com a finalidade de estimação, que é a mais comum,  
1627 mas também a criação para, enfim, mel e cera, para extração de mel e cera, para  
1628 extração de veneno, e toxinas animais. A criação comercial de fauna, como eu  
1629 tinha dito anteriormente, inclusive de partes produtos e subprodutos, que envolve  
1630 a comercialização de peles e os seus subprodutos, e a criação amadorista de  
1631 passeriformes, que hoje é a maior criação que temos. Dentro do fluxo da gestão  
1632 de fauna em cativeiro, está pequenininho, não dá para ver, mas hoje essa é a  
1633 nossa intenção, para que a gente tenha todos os quadradinhos interligados, tanto  
1634 relacionado ao consumidor final com a sua garantia de produto legal, ou de  
1635 compra de animal legal, quanto os intermediários dentro de um grande sistema, ou  
1636 de uma grande plataforma, podendo fazer as suas declarações, e podendo ser  
1637 tratados realmente como criadouros profissionais que fazem o uso da fauna em  
1638 prol da sua conservação. Bom, era isso que eu queria colocar. Agradeço a todos.  
1639 E peço, deixo o apelo para que a gente pense na CONAMA como um primeiro  
1640 passo de uma gestão responsável da fauna em cativeiro no país.

1641

1642

1643 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado Maria  
1644 Izabel. Parabéns, pelo trabalho. Bom, eu abro para se algum Conselheiro,  
1645 eventualmente, quer algum esclarecimento, tem alguma dúvida? Caso contrário,  
1646 eu vou submeter à votação, a aprovação, ou não, do texto básico e aí nós  
1647 entraríamos no processo de verificar as emendas. Não havendo nenhuma  
1648 inscrição, eu solicito quem é favorável à aprovação do texto básico, por gentileza,  
1649 se manifestar. Desculpa Lisiane. Perdão, a Lisiane, eu não olhei para ela, não  
1650 costumo fazer isso não, matéria votada é matéria superada, mas foi uma  
1651 descortesia minha.

1652

1653

1654 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – É só um esclarecimento. O  
1655 texto básico é o anterior dos pareceristas, é o que saiu da Câmara Técnica  
1656 Jurídica, ou é aquele que já foi consensuado?

1657

1658

1659 **A SR<sup>a</sup>. MARIA IZABEL SOARES GOMES DA SILVA (Ibama)** – O texto básico é  
1660 o que saiu dos pareceristas.

1661

1662

1663 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Não, porque o que está sendo  
1664 divulgado é o da CTAJ. O que está ali não é dos pareceristas.

1665

1666

1667 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Espera aí, essa  
1668 dúvida da Lisiane é importante.

1669

1670

1671 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Não, qual é o texto-base que  
1672 nós vamos aprovar, aquele que saiu da CTAJ e foi consensuado com os  
1673 pareceristas, ou é o anterior ao da reunião dos pareceristas?

1674

1675

1676 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** –  
1677 O texto-base é sempre o da CTAJ. As emendas apresentadas pelos pareceristas  
1678 vão ser tratadas aqui agora como emenda consenso na reunião de pareceristas.

1679

1680

1681 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Ok? Em  
1682 votação. Quem é favorável, por gentileza, à aprovação do texto-base, por favor, se  
1683 manifestem. Quem é contrário? Obrigado. Aprovado o texto-base. Vamos entrar  
1684 agora nas emendas que foram apresentadas por diferentes Conselheiros. A  
1685 primeira emenda é já na ementa da Resolução, a Resolução definiu os padrões de  
1686 marcação de animais da fauna silvestre nativa em razão de uso e manejo em  
1687 cativeiro de qualquer tipo, é uma emenda consensuada, que seria definir os  
1688 padrões de marcação de animais da fauna silvestre, suas partes ou produtos, em  
1689 razão de uso e manejo em cativeiro de qualquer tipo. Vou colocar em votação a  
1690 alteração da emenda para a mudança..., para redação dada pelos pareceristas  
1691 que foi consensuado. Quem é favorável fazer alteração da emenda, conforme a  
1692 reunião dos pareceristas, por favor, se manifestem. Muito obrigado. Quem é  
1693 contrário? Muito obrigado. Próxima emenda. O Dr. Rafael quer fazer uma  
1694 colocação.

1695

1696

1697 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (CONJUR/MMA)** – Prezados, em relação  
1698 a esse ponto, e eu vi que ele se repete ao decorrer da Resolução, eu verifiquei

1699 que foi retirada a expressão nativa, eu só acho que poderia ficar claro nativa para  
1700 evitar dúvidas interpretativas futuras.

1701

1702

1703 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu lamento  
1704 Rafael, já foi aprovado. Isso foi consensuado e já foi aprovado. Lamento. Qual é a  
1705 próxima emenda? Aí nós temos o art. 1º, uma nova redação que seria definir os  
1706 padrões de marcação de animais da fauna silvestre, suas partes, ou produtos em  
1707 razão de uso e manejo de cativeiro de qualquer tipo. Também é uma emenda  
1708 consensuada na reunião dos pareceristas. Eu coloco em votação. Quem é  
1709 favorável a essa nova redação, por gentileza, se manifestem. Quem é contrário?  
1710 Aprovado. Nesse artigo, haveria a inclusão de um novo artigo, que ainda não está  
1711 numerado em função, depois a gente vai ter que fazer essa numeração, que seria  
1712 todos os espécimes da fauna silvestre mantidos em cativeiro, deverão estar  
1713 marcados, conforme o que estabelece essa Resolução. Quem é favorável a  
1714 introdução desse novo artigo, consensuado pelos pareceristas? Quem é  
1715 contrário? Aprovado. Também há inclusão de um novo parágrafo único, que  
1716 entendo que também foi consenso da reunião dos pareceristas, que seria os  
1717 animais que já possuem marcação definitiva, até a data de publicação desta  
1718 Resolução, não serão submetidos a nova marcação de que trata essa Norma.  
1719 Quem é favorável, por gentileza, se manifestem. Quem é contrário? Aprovado. No  
1720 art. 2º há um inciso, há uma proposta também consensuada com os pareceristas  
1721 no inciso I, que a nova redação seria: a anilha aberta com trava: anel aberto, e não  
1722 entendi esse hífen. A anilha aberta com trava, anel aberto e com trava que após  
1723 fechado não possa ser aberto, ou cuja violação altere de maneira perceptiva a  
1724 trava, ou anilha. Quem é favorável a essa nova redação, por gentileza, se  
1725 manifeste. Quem é contrário? Aprovado. Nós temos mais algumas, não é? Já no  
1726 inciso II também uma redação de consenso dos pareceristas, que seria anilha  
1727 fechada: anel fechado, inviolável, cujo o diâmetro seja suficiente para inserção na  
1728 pata do filhote, mas não possa ser removido, ou inserido no indivíduo jovem, ou  
1729 adulto. Quem é favorável à redação dada pelos pareceristas, por favor, se  
1730 manifestem? Quem é contrário? Aprovado. Já no art. 3º também há uma nova  
1731 redação dada pelos pareceristas, que seria a decisão sobre especificações  
1732 técnicas e marcação não tratadas nessa Resolução, e alteração de dispositivos de  
1733 marcação anti-adulteração, e anti-falsificação, serão definidos pelos órgãos  
1734 ambientais estaduais competentes, em comum acordo com os órgãos ambientais  
1735 federais competentes, mediante consulta a Sociedade Civil, à Academia e aos  
1736 demais órgãos do Sisnama. Quem é favorável à nova redação, por gentileza?  
1737 Espera aí, deixa eu acabar a votação. Vamos acatar? Acatado. Quem é contrário?  
1738 Aprovado com a palavra distrital. Obrigado Zilda.

1739

1740

1741 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (CONJUR/MMA)** – Presidente, eu só ia  
1742 sugerir que a sugestão da Zilda fosse repetida em toda a Norma, porque em  
1743 vários outros pontos tem esse ponto também.

1744

1745 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Ok. Eu acho  
1746 que é extremamente pertinente, onde fala de órgão ambiental estadual e distrital,  
1747 no singular, tá? Só tem um. Obrigado Rafael. Próximo. No inciso II do art. 5º tem  
1748 uma nova redação dada pelos pareceristas: “*transponder*: répteis, mamíferos e as  
1749 aves cujas espécies apresentam desenvolvimento tibiotalar acentuado que  
1750 impossibilite o uso de anilhas fechadas, tais como os ciconiformes”. Acabe em  
1751 ciconiformes? Sim. Desculpa gente, é porque é muito termo que para engenheiro  
1752 florestal é difícil. Vamos lá. “Tais como os ciconiformes, rheiformes e  
1753 phoenicopteriformes, filhotes em estágio de desenvolvimento que impossibilitam o  
1754 uso de anilhas fechadas, como aves aquáticas ou filhotes de aves entregues no  
1755 CETAS e destinadas para cativeiro, pelo órgão ambiental competente. Quem é  
1756 favorável à nova redação, por gentileza, se manifestem. Quem é contrário?  
1757 Aprovado. Próximo. No § 2º desse artigo tem: O dispositivo previsto no inciso II,  
1758 que é anilha com trava para aves adultas apreendidas, entregues  
1759 espontaneamente, ou resgatadas quando depositadas por órgão ambiental, o  
1760 dispositivo previsto nesse inciso II que eu acabo de ler no *caput*, deverá possuir  
1761 revestimento anti-migração e não editável, implantado no corpo do animal. Quem  
1762 é favorável a essa nova redação, por gentileza, se manifestem. Quem é contrário?  
1763 Aprovado. Consenso da reunião dos pareceristas para o § 4º. “No sistema de  
1764 identificação para crocodilianos e quelônios, para fins de abate, a marcação nos  
1765 animais jovens deverá ser feita por picote na crista e na carapaça,  
1766 respectivamente, sem prejuízo do dispositivo de marcação previsto no parágrafo  
1767 5º especialmente na fase adulta ou de comercialização”. Quem é favorável a  
1768 introdução dessa nova redação, por gentileza? Quem é contrário? Aprovado. O §  
1769 5º também tem uma nova redação, que nos quelônios e crocodilianos, para fins de  
1770 abate, em estágio de desenvolvimento compatível, conforme definido na  
1771 autorização de manejo, o sistema de marcação será o lacre. Quem é favorável à  
1772 redação dada pelos pareceristas, por favor, se manifestem. Quem é contrário?  
1773 Aprovado. Próxima emenda. No art. 6º, também consenso da reunião de  
1774 pareceristas. Os órgãos ambientais estaduais e federais, aí tem que botar o  
1775 distrital, em articulação, disponibilizarão, na plataforma nacional de  
1776 compartilhamento e integração, os dados e as informações necessárias para a  
1777 gestão e o controle do uso e manejo da fauna em cativeiro e para o acesso  
1778 público às informações. Há também um parágrafo único, seria O aprimoramento, a  
1779 gestão e a operacionalização da plataforma nacional de compartilhamento e  
1780 integração de dados e informações deverão ser definidos, em comum acordo  
1781 entre os órgãos ambientais estaduais e federais competentes, incluindo o distrital.  
1782 Quem é favorável a essa nova redação, por favor, se manifestem? Quem é  
1783 contrário? Aprovado. O art. 7º também tem uma nova redação que seria: “A  
1784 pessoa física ou jurídica devidamente autorizada, pelo órgão ambiental  
1785 competente, a exercer a atividade de uso e manejo da fauna em cativeiro de  
1786 qualquer tipo será a encarregada pela identificação e marcação dos espécimes e  
1787 inserção das informações correspondentes à plataforma prevista no art. 6º”. Quem  
1788 é favorável a essa nova redação, por favor, se manifeste. Quem é contrário?  
1789 Aprovado. Há também uma alteração, uma inclusão de um novo parágrafo nesse  
1790 art. 7º, que seria: “A coleta das amostras de que trata o parágrafo anterior poderá



1791 ser acompanhada pelo órgão ambiental”. Aqui não faltaria a palavra competente  
1792 também, que sempre vem, alguma coisa assim? Não? Tudo bem? O órgão  
1793 ambiental competente, eu acho. Bom, a coleta das amostras de que trata o  
1794 parágrafo anterior poderá ser acompanhada pelo órgão ambiental competente.  
1795 Quem é favorável a introdução desse novo artigo, por gentileza, se manifeste?  
1796 Quem é contrário? Aprovado. O art. 8º também foi dada nova redação. “A pessoa  
1797 física ou jurídica, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente a  
1798 reproduzir em cativeiro, com finalidade comercial ou amadora, deverá providenciar  
1799 a identificação genética dos reprodutores machos e fêmeas do seu plantel das  
1800 espécies listadas no Anexo I. Há introdução de um novo parágrafo seria: “a  
1801 identificação genética deverá garantir a avaliação de paternidade com uso de no  
1802 mínimo 10 loci”. Quem é favorável à nova redação, por gentileza, se manifestem.  
1803 Quem é contrário? Aprovado. Próxima emenda. Alguém está me chamando aí?  
1804 Eu estou ouvindo Raimundo, Raimundo.

1805

1806

1807 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1808

1809

1810 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Não, soube que  
1811 já foi aprovado.

1812

1813

1814 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1815

1816

1817 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Está votado,  
1818 aprovado. Posso continuar? Não, aqui estou consenso nas reuniões de  
1819 pareceristas.

1820

1821

1822 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** –  
1823 A emenda que vocês estão discutindo é agora? Se identifica.

1824

1825

1826 **A SRª. ELAINE MIRELA LOURENÇO (SMA/SP)** – Mirela, São Paulo. É que na  
1827 versão do parecerista estava renumerado os artigos. Então, a Renctas vai propor  
1828 uma emenda, que na versão do parecerista era o 9º e nessa vai ser o 8º, por isso  
1829 que é essa confusão que deu.

1830

1831

1832 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Então, não  
1833 prejudicou nenhuma votação até agora?

1834

1835

1836 **A SRª. ELAINE MIRELA LOURENÇO (SMA/SP)** – Não, porque é inclusão.

1837

1838

**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado. Luiz, você vai fazer a emenda agora?

1840

1841

1842

**O SR. LUIZ PAULO DO AMARAL (RENTAS)** – A emenda já está escrita.

1843

1844

1845

**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Tá aqui. Desculpa. Então, é uma emenda nova, essa é uma emenda que apareceu após a reunião dos pareceristas, é isso?

1846

1847

1848

1849

1850

**O SR. LUIZ PAULO DO AMARAL (RENTAS)** – Foi consensuado hoje que seria o § 4º do art. 9º.

1851

1852

1853

1854

**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Beleza. Coloca na tela, por gentileza. É esse? Cola aí Ctrl C, Ctrl V. Gente, depois vocês cuidam disso, coloca o texto. É o § 4º? No caso de resultado negativo de paternidade fica facultado ao empreendedor ir apresentar..., fica facultado... Segunda vez velho. No caso de resultado negativo de paternidade fica facultado ao empreendedor a apresentação de exames de paternidade para outros machos que estão, ou estiveram devidamente registrados no seu plantel. Quem é favorável a introdução dessa nova redação, por gentileza, se manifeste? Quem é contrário? Aprovado. Bom, aí tem uma outra emenda...

1855

1856

1857

1858

1859

1860

1861

1862

1863

1864

1865

**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** – Eu tenho uma dúvida Deusdará, tem um novo parágrafo que vai ser o § 1º, e esse que está aqui como 4º, obviamente vai entrar como § 2º, é isso? Eu só estou conferindo para depois na hora a gente não ter problema. Ok.

1866

1867

1868

1869

1870

1871

**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Ok Mirela? Valeu. Então, vamos lá a um novo parágrafo, que seria consenso também dos pareceristas. A atualização do Anexo I, a partir da evidência da necessidade de ampliação do controle de determinada espécie, será decidida pelos órgãos ambientais estaduais competentes, lembrando do distrital, em comum acordo com os órgãos ambientais federais competentes mediante consulta à Sociedade Civil, à Academia e demais órgãos do SISNAMA. Só lembrar do distrital. Quem é favorável a esse novo parágrafo, por gentileza, se manifeste? Quem é contrário? Aprovado. Próximo. Consenso também da reunião dos pareceristas, a introdução de uma nova redação no inciso V, seria codificação que identifique individualmente cada espécime, conforme o Anexo II e para a criação de passeriformes com finalidade amadora conforme o Anexo III. Quem é favorável a

1872

1873

1874

1875

1876

1877

1878

1879

1880

1881

1882

1883 essa nova redação, por favor, se manifeste. Quem é contrário? Aprovado. No art.  
1884 12 há introdução de um novo parágrafo, que também é consenso da reunião dos  
1885 pareceristas, que seria o órgão de que trata o *caput* observará os seguintes  
1886 requisitos mínimos para o credenciamento: I. capacidade técnica; II. segurança  
1887 contra eventual furto de informações ou equipamentos utilizados na produção; III.  
1888 controle de qualidade durante e após a produção; IV. garantia de reserva de  
1889 estoque pelo fabricante; e V. garantia da destruição dos produtos excedentes ou  
1890 descartados. O Dr. Rafael pediu para fazer uma consideração, por gentileza.

1891

1892

1893 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (CONJUR/MMA)** – Prezados, Rafael,  
1894 ConJur/MMA. A ideia era só trazer o informe e que esse texto foi retirado pela  
1895 CTAJ, e a preocupação da CTAJ em relação ao tema era a gente tratar de  
1896 credenciamento, requisitos para o credenciamento dentro de uma Resolução  
1897 CONAMA. Sobre o ponto de vista de mérito é absolutamente razoável, eu só fico  
1898 preocupado, tudo bem com a volta desse artigo, mas eu ainda fico preocupado  
1899 com a segurança contra eventual furto de informações. Na minha opinião, ela já  
1900 está abrangida dentro do controle de qualidade durante e após a produção, e aí a  
1901 gente poderia incluir até que busque a segurança contra eventual furto de  
1902 informações, porque a efetiva segurança contra eventual furto de informações,  
1903 sabemos que é na prática impossível. Então, seria um credenciamento que não  
1904 teria credenciados. Então, era só essa ponderação, que eu submeto aos colegas.

1905

1906

1907 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado  
1908 Dr. Rafael. Luiz Paulo, por gentileza, você pediu a palavra? Não? Bom, nós  
1909 tivemos dois encaminhamentos. Você quer falar? Por gentileza.

1910

1911

1912 **O SR. ROBERTO CABRAL BORGES (Ibama)** – Bom dia a todos. Roberto  
1913 Cabral, coordenador de operações do Ibama. O motivo de ter sido inserido isso e  
1914 desde a Câmara Técnica, e depois mantido no parecer, na reunião dos  
1915 pareceristas, é a segurança que precisa em relação a esse sistema de marcação,  
1916 as fábricas que serão credenciadas, quem vai ser credenciado a isso, precisa ter  
1917 alguma segurança, inclusive com perda desse material, perda dos componentes,  
1918 ou furto desse material, porque é justamente isso que vai diferenciar um animal  
1919 capturado na natureza, de um animal que veio de um criadouro registrado. Então,  
1920 isso precisa ter uma segurança perfeita para que não aconteça como se todo  
1921 mundo, ou qualquer um pudesse fabricar placas de veículos, ou imprimir uma  
1922 numeração de chassis, e que as agências de segurança, tanto fiscalização,  
1923 quanto policiamento, não fosse capaz de ver o que veio falsificado, ou foi  
1924 adulterado, do que é legítimo. Só por isso.

1925

1926

1927 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado  
1928 Roberto. Nós temos um encaminhamento Dr. Rafael, eu queria se o senhor

1929 mantém a proposta de exclusão desse § 1º e os pareceristas mantém a proposta  
1930 de inclusão. Então, nesse caso nós não temos consenso.

1931

1932

1933 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (CONJUR/MMA)** – Tem um ponto. Na  
1934 verdade. Eu só faço essa ponderação, mas eu não sou favorável a exclusão  
1935 completa do § 1º não. O meu único ponto em relação ao inciso II é para deixar ele  
1936 claro, ele pode ser aglutinado com o inciso III e coloca a ideia de buscar a  
1937 segurança, porque garantir a segurança realmente não há como. Então, do ponto  
1938 de vista técnico-jurídico seria mais adequado que ele aglutinasse o inciso II com o  
1939 inciso III buscando a segurança.

1940

1941

1942 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu posso  
1943 sugerir o encaminhamento, a gente continua votando as emendas, a gente faz um  
1944 pequeno grupo junto com o Dr. Rafael, e vocês fazem uma nova redação, a gente  
1945 traz para o Plenário, se houver concordância da fusão. Ok? Mas, a gente vai fazer  
1946 assim no grito, ou vamos escrever logo agora? Toca? Toca II com III dentro da  
1947 melhor regra possível de junção. Então, submeto a aprovação, ou não, a votação  
1948 do § 1º com a consideração que o inciso II e III serão fundidos num inciso só.  
1949 Quem é favorável, por gentileza, se manifestem. Quem é contrário? Aprovado.  
1950 Bom, agora tem um reinclusão da Renctas. § 1º, aí seria um outro número, né? O  
1951 órgão de que trata o caput observará os seguintes requisitos mínimos para o  
1952 credenciamento: I - certificação da Organização Internacional para Padronização  
1953 ISO-9000. Você quer fazer uma consideração? Pois não Luiz Paulo.

1954

1955

1956 **O SR. LUIZ PAULO DO AMARAL (RENCTAS)** – É que na preparatória de ontem,  
1957 nós entramos mais ou menos num consenso com o Ibama, e essa proposta aí  
1958 sairia e ficaria a original dos pareceristas. Está? Desculpa.

1959

1960

1961 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Desculpa, eu  
1962 não entendi. O pessoal está entendendo aí? Agora deu.

1963

1964

1965 **O SR. LUIZ PAULO DO AMARAL (RENCTAS)** – Nós entramos em consenso  
1966 com o Ibama ontem na reunião preparatória para que a gente subtraísse essa  
1967 proposição e as demais da Renctas e manter como estava na original do  
1968 parecerista, porque o que tinha que fazer de mudança, a gente fez por consenso.  
1969 Tá? Eu quero só chamar atenção para uma coisa, eu acho que é importante, e eu  
1970 conversei com a Mirela e com alguns representantes aqui de Estados, Ibama,  
1971 enfim. Essa Normativa, ela tem não só especificações dos materiais de marcação  
1972 técnicas, como tem especificações das espécies que serão marcadas, inclusive  
1973 tem um artigo aí que prever que a marcação para as espécies silvestres nacionais  
1974 de aves, que são duas mil e tantas espécies, fora subespécies, serão definidas

1975 por uma lista que vai acompanhar o manual de anilhamento do Cemave, né? Do  
1976 Centro de Manejo de Aves do ICMBio. Pois bem, houve uma alteração que não  
1977 ficou clara se essa Norma é silvestre nacional, ou silvestre exótica. A Lei 5197  
1978 identifica fauna silvestre como única e exclusivamente nacional, que ocorre em  
1979 território nacional. Então, como está lá no *caput* do início da Lei, como fauna  
1980 silvestre, a gente está considerando somente a silvestre nacional, se você falar de  
1981 fauna exótica, que muitos chamam de fauna silvestre exótica, tem algumas, ou  
1982 muitas proposições nessa Norma que não se adequam, até porque você teria que  
1983 nominar para mais de 25 mil espécies de aves de todo mundo qual o tipo de  
1984 diâmetro de marcação para cada ave e para outros animais, como você fez ali, eu  
1985 ressalto, para ciconiformes, phoenicopteriformes e rheiformes, e marcações  
1986 posteriores, quando você fala de fauna exótica, teria outras alterações, isso sem  
1987 falar aves, répteis e anfíbios. Portanto, a gente está considerando, ainda que não  
1988 esteja claro, esteja uma lacuna nessa história aí, que isso aí vai afetar apenas  
1989 fauna silvestre nacional, que fique bem registrado, porque isso pode trazer  
1990 problemas futuros e a Abema, e os Estados, levem isso as discussões internas, e  
1991 discutam bastante. Outra coisa que eu peço Deusdará, com a sua permissão, é  
1992 fazer um apelo, como eu já fiz ao Dr. Tarcísio, a própria Mirela, já tinha falado com  
1993 o Secretário de São Paulo, e a todos os Estados, é muito importante a  
1994 participação dos Estados nos debates da CTBio, tendo, ou não voto, porque a  
1995 gente evita de fazer toda essa discussão em cima da hora, ou com os  
1996 pareceristas, mas sempre suscita muito a discussão, quanto mais consensuado,  
1997 mais peneirado a gente chegar na Plenária, muito melhor.

1998

1999

2000 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado Luiz  
2001 Paulo, pelo bom senso. Vamos continuar. Então, isso aqui foi retirado da proposta  
2002 de Resolução CONAMA. Vamos em frente. Está entendendo também Luiz Paulo, por  
2003 gentileza, Luiz Paulo, como é Renctas está retirado, não é isso?

2004

2005

2006 **O SR. LUIZ PAULO DO AMARAL (RENTAS)** – Todas. Foram três propostas, as  
2007 três foram retiradas, porque houve consenso e aquela inclusão substituiu uma  
2008 delas.

2009

2010

2011 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado Luiz  
2012 Paulo. Próximo, também retira. Taxa. Próximo. Essa já é dos pareceristas, seria a  
2013 supressão desse artigo por ter sido transformado num § 1º do art. 2º. Então, não  
2014 vou nem colocar em votação, porque isso é aprovado. A próxima. A próxima § 2º.  
2015 As alterações no diâmetro das anilhas para cada táxon poderão ser solicitadas  
2016 pelo órgão ambiental competente para a gestão de fauna silvestre a qualquer  
2017 tempo mediante comprovação técnica. Quem é favorável à redação dada pelos  
2018 pareceristas, por favor, se manifeste. Quem é contrário? Aprovado. No § 3º. As  
2019 solicitações previstas no parágrafo anterior deverão ser avaliadas e decididas pelo  
2020 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio, consultando

2021 formalmente os órgãos ambientais estaduais e federais competentes. Lembrar do  
2022 distrital novamente. Quem é favorável, por gentileza, se manifeste. Quem é  
2023 contrário? Aprovado. Há uma inclusão de um novo artigo, que seria rastreabilidade  
2024 dos animais abatidos, suas partes ou produtos beneficiados para comercialização,  
2025 deverá ser garantida, por meio de indicação do nome popular e científico da  
2026 espécie, da identificação do estabelecimento fornecedor e do número da  
2027 autorização de manejo. O Dr. Rafael, da ConJur, pede a palavra para fazer uma  
2028 consideração.

2029

2030

2031 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (CONJUR/MMA)** – Prezados, em relação  
2032 a essa inclusão, na verdade, é uma reinclusão, porque o tema já tinha sido, estava  
2033 constando inicialmente da Resolução. A CTAJ também sugeriu a retirada e a  
2034 preocupação da CTAJ é em relação a ausência de competência do CONAMA para  
2035 tratar de tema que seria ligado a rotulagem. No final das contas, essa  
2036 rastreabilidade, embora sob o ponto de vista meritório, é absolutamente  
2037 necessário e importante que seja feito. A Resolução, na verdade, ela fica com  
2038 essa lacuna realmente, se nós não colocarmos nenhum mecanismo de  
2039 rastreabilidade. Mas, sob o ponto de vista legal há essa preocupação em relação a  
2040 competência. E a redação que está proposta também, ela não deixa clara a  
2041 questão da rotulagem, mas é isso que ela pretende. Então, também por não deixar  
2042 clara que é no rótulo que esse elemento deve ser, ou se altera, ou se atende ao  
2043 posicionamento da CTAJ, que é no sentido de retirada total desse artigo. Numa  
2044 eventual possibilidade seria uma moção, ou eventualmente até um alinhamento  
2045 junto à Anvisa, que é quem trata dessa matéria de rotulagem em relação à  
2046 alimentos, para que ele complementasse, auxiliasse o CONAMA na  
2047 regulamentação da matéria, entendendo a ConJur e a CTAJ entendendo a  
2048 relevância do tema e a importância de que a rastreabilidade esteja realmente  
2049 garantida.

2050

2051

2052 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** –  
2053 Objetivamente... Bom, o nosso companheiro do Ibama, por gentileza, eu cedo a  
2054 palavra.

2055

2056

2057 **O SR. ROBERTO CABRAL BORGES (Ibama)** – Bom dia. Essa questão, a gente  
2058 entendeu, teve essa discussão com a CTAJ da rotulagem, a gente entende  
2059 realmente que a rotulagem de alimento é a Anvisa que vai identificar. Só que a  
2060 gente colocou a rastreabilidade justamente para não incidir em cima da  
2061 competência de outro órgão, que é a Anvisa. E mesmo assim, garantir a  
2062 segurança ambiental, que seria a pessoa chegar num supermercado, tá, você tem  
2063 lá que a carne é de jacaré e etc., e segue todos os preceitos de rotulagem da  
2064 Anvisa; em algum outro ponto desse produto, está lá falando qual é o registro no  
2065 órgão ambiental competente, qual é o nome científico desse animal, ou seja, para  
2066 garantir, inclusive ao consumidor que ele está adquirindo um produto que veio de

2067 um criadouro registrado e não de qualquer outro local. Então, nós entendemos  
2068 que uma coisa seria a rotulagem da Anvisa, com toda a questão de segurança e  
2069 sanidade alimentar, e a outra coisa é a rastreabilidade, que inclusive está previsto  
2070 na Lei 9605, que tem que ter essa rastreabilidade, tem que ter esse registro.  
2071 Então, é um dispositivo nisso que faria esse registro, por isso que numa reunião  
2072 de pareceristas, nós solicitamos por manter essa questão.

2073

2074

2075 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom, Dr.  
2076 Rafael, objetivamente nós temos a seguinte situação, você quer, o Ministério do  
2077 Meio Ambiente gostaria de fazer uma redação alternativa, ou solicitar a não  
2078 inclusão desse artigo, a gente coloca em votação, não tem problema não.

2079

2080

2081 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (CONJUR/MMA)** – Eu entendo e acho  
2082 que realmente cabe ao Plenário, inclusive eu me comprometo, em nome da  
2083 ConJur do MMA, a se debruçar sobre a matéria, eventualmente se aprovada, se  
2084 não atendida essa sugestão da CTAJ e a ConJur/MMA vai se debruçar sobre a  
2085 matéria para verificar a possibilidade jurídica de manutenção do dispositivo. De  
2086 qualquer forma, pelo menos nessa visão inicial, eu como consultor jurídico e  
2087 também participando da CTAJ, tenho uma visão inicial que pela exclusão do  
2088 dispositivo.

2089

2090

2091 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Então, nesse  
2092 sentido nós temos duas posições. Então, eu vou tentar ser claro, se não for, antes  
2093 de botar em votação, vocês me questionem. Existe uma posição do Ministério do  
2094 Meio Ambiente contrário a esse artigo. E existe uma posição dos pareceristas pela  
2095 reinclusão desse artigo. Está claro? Então, eu vou botar a seguinte votação. Quem  
2096 é favorável a retirada desse artigo, conforme sugestão ou posição do Ministério do  
2097 Meio Ambiente, por favor, se manifestem. Agora, eu vou ter que contar. A retirada  
2098 desse artigo, conforme proposição do Ministério do Meio Ambiente. Total deu  
2099 quanto? 11. Quem é favorável a manter o artigo, conforme foi produzido pelos  
2100 pareceristas, por favor, se manifestem. Quer contar? Não precisa contar.  
2101 Obrigado. Aprovado a reinclusão do artigo, conforme resultou da reunião dos  
2102 pareceristas, mas deixo registrado, quer dizer, a colocação que o Dr. Rafael fez de  
2103 estando aprovado, ele ia se debruçar sobre a matéria, colaborar com a área  
2104 técnica, para consolidar, ou evitar qualquer avaliação que não der sustentação  
2105 jurídica. Está ok? Obrigado Dr. Rafael. Próximo. Tem um azul aqui, destaque  
2106 avaliar a exceção aos quelônios. Isso ficou mesmo, ou foi vacilo?

2107

2108

2109 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** –  
2110 Foi um destaque feito pela CTAJ, porque ela entendia que isso era mérito e por  
2111 isso ela não poderia mudar. Então, ela pede que o Plenário realmente avalie se

2112 nesse inciso I a genotipagem para o caso de espécimes de estimação, à exceção  
2113 dos quelônios, se subsiste mérito técnico nessa exceção.

2114

2115

2116 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Alguém quer  
2117 falar? Por favor, Maria Izabel.

2118

2119

2120 **A SR<sup>a</sup>. MARIA IZABEL SOARES GOMES DA SILVA (Ibama)** – Bom, a gente  
2121 colocou essa exceção, porque a criação de quelônios é uma criação diferente, não  
2122 tem como..., como são animais criados em tanques, não tem como você estipular  
2123 quem é o pai, quem é a mãe daqueles filhotes que estão nascendo. Então, é por  
2124 isso que há exceção da genotipagem nesse caso.

2125

2126

2127 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Tá entendido a  
2128 explicação do IBAMA? Então o que a gente tá fazendo aqui na verdade é,  
2129 mantendo o texto básico que trata de genotipagem para os casos de espécimes à  
2130 exceção dos quelônios, ok? Então não tem o que votar assim nesse sentido,  
2131 porque foi apenas um destaque, posso seguir em frente? Obrigado gente. Bom, aí  
2132 tem o consenso da reunião de pareceristas que é o parágrafo único, inclusão de  
2133 um parágrafo único “Quando não for possível, por qualquer motivo técnico a  
2134 contraprova da genotipagem em caso de animal de estimação pertencente a  
2135 espécie da fauna silvestre nativa, esse deverá ser entregue ao órgão ambiental” aí  
2136 eu tenho uma dúvida, cadê o Luiz? Aqui você botou nativa, fauna silvestre nativa,  
2137 você quer falar Izabel? Porque eu de tanto ler eu estou vendo que é a primeira vez  
2138 que aparece aqui e saiu da ementa lá. Fala Maria Izabel.

2139

2140

2141 **A SR<sup>a</sup>. MARIA IZABEL SOARES GOMES DA SILVA (IBAMA)** – Eu acredito que  
2142 tenha sido um lapso só durante a reunião de pareceristas.

2143

2144

2145 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Justificou meu  
2146 salário agora, foi eu que vi, então vamos retirar. Mas é aquela explicação que você  
2147 falou, fauna silvestre é nacional a gente não está tratando de fauna silvestre... Ok?  
2148 Então Rafael por gentileza.

2149

2150

2151 **O SR. RAFAEL GOMES (CONJUR/MMA)** – Esse foi aquele primeiro ponto que  
2152 eu levantei, eu acho que no futuro a norma não é para a gente, a norma é para o  
2153 futuro e para o aplicador, se a gente não deixar claro esse ponto já identificado, a  
2154 gente está só vendo um problema que vai acontecer, então eu reitero aquela  
2155 minha sugestão inicial, mas o Plenário é soberano para tratar da matéria.

2156

2157



2158 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Agora você me  
2159 deixou em uma situação difícil, por favor, por gentileza, porque nós estamos  
2160 aprovando resolução CONAMA e já tá aprovada e superada, agora, se a gente  
2161 tem o bom senso e tem juízo, convém conversar um pouco sobre isso, para  
2162 depois não fazer um coisa que é ineficaz. Fala.

2163

2164

2165 **O SR. LUIZ PAULO DO AMARAL (RENTAS)** – Novamente, é o que vou falar, a  
2166 norma trata de previsões técnicas do material, e previsões técnicas para  
2167 determinadas espécies, genéricas e especificamente, se a gente inclui exótica aí  
2168 nós estamos incluindo milhões de espécies. Olha só, eu entendo que fauna  
2169 silvestre pela lei 5197 está muito definida, nacional, ocorre em território nacional,  
2170 então não faz diferença tá nativa ou inativa ou o que for. Agora eu gostaria de  
2171 passar a palavra aqui no Major Olivaldi da CNCG pra que ele também se  
2172 manifeste.

2173

2174

2175 **O SR. MAJOR PM OLIVALDI ALVES BORGES AZEVEDO (CNCG)** – Major  
2176 Olivaldi, CNCG, Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias  
2177 Militares. Só corroborar o que o Luís Paulo disse, tanto a lei 5197 quanto a 9605  
2178 deixa muito claro que fauna silvestre é só espécies nativas, eu acho que só  
2179 confunde eu colocar nativa que é o contrário, colocar o nativo confunde nós do  
2180 policiamento principalmente.

2181

2182

2183 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Vocês são os  
2184 técnicos, superado, o Plenário está tomando a decisão conforme o embasamento  
2185 técnico. Bom, agora nós temos os anexos, por favor. Ah, Desculpa eu não  
2186 coloquei em votação, perdão. Quem é favorável a esse texto consenso dos  
2187 pareceres se manifestem, quem é contrário, por favor, também se manifeste.  
2188 'Êpa!' Foi rápido demais, quem é favorável, por favor, se manifeste. Quem é  
2189 contrário? Aprovado. Por gentileza, vamos lá nos anexos, bom, aí tem, trocar  
2190 nome vulgar por nome popular, consenso da reunião dos pareceristas, eu acho  
2191 que a gente nem precisa fazer esse encaminhamento porque é óbvio né, querem  
2192 botar em votação? Vamos embora. O próximo. Pera aí, pera aí. Aí tem um "x" na  
2193 amazona aestiva que é o papagaio, Maria Izabel você pode explicar pra mim esse  
2194 "x", por favor.

2195

2196

2197 **A SR<sup>a</sup>. MARIA IZABEL SOARES GOMES DA SILVA (IBAMA)** – É porquê da  
2198 proposta que saiu da Câmara Técnica, não foi colocado que ele tem PAM, ele está  
2199 inserido em um PAM essa espécie, e aí foi isso que a reunião de pareceristas  
2200 trouxe que, na verdade, precisa incluir...

2201

2202

2203 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Isso é correção,  
2204 é erro de redação, alguma coisa. Vamos para frente, próximo. Agora é o título do  
2205 anexo dois, também consenso da reunião dos pareceristas “Especificação do  
2206 código das anilhas para marcação de aves em cativo, exceto no âmbito da  
2207 criação de passeriformes com a finalidade amadora”. Quem é favorável ao novo  
2208 texto do anexo, por gentileza, se manifestem, quem é contrário? Aprovado.  
2209 Próximo. O anexo três também tem uma sugestão de um novo título, seria  
2210 “Especificação do código das anilhas para criação de passeriformes com a  
2211 finalidade amadora” quem é favorável ou não do título, por favor, se manifestem,  
2212 quem é contrário? Aprovado. Bom, aí Maria Izabel me ajuda porque tem um monte  
2213 de... tem o *sispas* 2.6 UF/A 123456, o que é, dá uma explicada nisso aí.

2214

2215

2216 **A SR<sup>a</sup>. MARIA IZABEL SOARES GOMES DA SILVA (IBAMA)** – Esses dois  
2217 anexos, tanto esse quando o anterior ele trata das especificações que serão  
2218 gravadas na anilha, e essas especificações são essas que estão postas. Então  
2219 quais seriam as letras e números que estariam gravadas no código da anilha que  
2220 será usada para marcar as aves, que são alvo desse tipo de criação.

2221

2222

2223 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Então o *sispas*  
2224 é referência a criação de pássaros com finalidade amadora, o 2.6 é o número que  
2225 representa o diâmetro da anilha, UF/A é o Estado barra a referência ao criador  
2226 amador, e 123456 é um número sequencial de controle de verificador. Fale Maria  
2227 Izabel.

2228

2229

2230 **A SR<sup>a</sup>. MARIA IZABEL SOARES GOMES DA SILVA (IBAMA)** – Está errado ali  
2231 que não está completo, é criação de passeriformes.

2232

2233

2234 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – (*inaudível*),  
2235 pensei que era apelido do bicho, entendeu? Bom, eu acho que isso também é  
2236 uma especificação técnica, não faz sentido submeter a aprovação. Tem mais  
2237 alguma coisa? Acabou? Bom gente parabéns para vocês viu (*Palmas!*) depois de  
2238 um certo tempo conseguimos de uma forma madura, segura, trazer uma nova  
2239 Resolução que trata dessa marcação, eu acho como deixou bem claro a Maria  
2240 Izabel isso é um primeiro, espero que os próximos passos tenha a mesma  
2241 serenidade, a mesma maturidade que a gente conseguiu nesse, nesse caminho.  
2242 Adriana você quer falar alguma coisa?

2243

2244

2245 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** –  
2246 Eu queria reforçar, como disse a Maria Izabel e como disse o Luiz Paulo, essa é a  
2247 primeira Resolução de fauna que chega ao Plenário do CONAMA, várias outras  
2248 virão e realmente todo mundo que acompanhou o processo viu como facilitou,

2249 como é importante fazermos uma série de articulações, inclusive juntando quando  
2250 for necessário à Câmara de Assuntos Jurídicos e a Câmara de Biodiversidade  
2251 para que a gente possa afinar e tirar as divergências, porque no fundo nós  
2252 percebemos que quase tudo é uma questão de como escrever, não é uma  
2253 divergência de fundo, é uma maneira de como escrever aquilo que é a intenção de  
2254 quem lida com a norma no cotidiano.

2255

2256

2257 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado,  
2258 passando para o processo, seria a revisão da Resolução CONAMA Nº 472/2016,  
2259 que alterou e complementou a Resolução CONAMA 411/2009, essa Resolução  
2260 trata entre outras coisas de ajuste na indústria madeireira, especialmente do  
2261 coeficiente de regimento volumétrico. Eu sou o Presidente dessa Câmara e  
2262 conduzi essa matéria na Câmara Técnica, então eu me sinto agora Presidindo a  
2263 reunião em conflito de interesses, eu gostaria que o IBAMA, o André Sócrates tá  
2264 aqui, a Mauren do Mato Grosso, temos ainda o pessoal da indústria, fizesse por  
2265 gentileza a defesa da Resolução que foi aprovada por consenso na Câmara  
2266 Técnica, já que eu me julgo impossibilitado de fazer essa defesa vou conduzir a  
2267 votação. Obrigado. Mauren. A Rose, do Pará.

2268

2269

2270 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI (SEMA/MT)** – Bom dia a todos, obrigada  
2271 Deusdará, Mauren, Mato Grosso. Considerando o adiantado da hora eu vou  
2272 procurar ser bastante breve até para oportunizar os demais colegas que  
2273 participaram na discussão na Câmara Técnica, para que eles possam também  
2274 expor sucintamente o âmbito da nossa discussão. A proposta de alteração é  
2275 relativamente simples, não é muito extensa e ela visa acrescentar alguns  
2276 dispositivos à Resolução 474 com o objetivo único de melhorar e suprir algumas  
2277 lacunas para que as atividades desenvolvidas pelos órgão estaduais, no que diz  
2278 respeito às análise dos laudos de CRV possam ser facilitadas, são apenas dois  
2279 dispositivos que serão alterados é o art. 6º e o art. 7º, o art. 6º visa acrescentar  
2280 dois parágrafos, ele tinha na sua redação original a previsão de que os Estados,  
2281 os órgãos ambientais, que analisam esse aspecto dos Estados na sua grande  
2282 maioria, pudessem complementar e estabelecer as regras para a análise dos  
2283 estudos de CRV. Ocorre que, a matéria quando começo, na realidade, a ser  
2284 analisada pelo Estado gerou uma série de dúvidas aos órgão Estaduais, e um  
2285 receio de que disposições conflitantes de análise nos órgãos estaduais, pudessem  
2286 gerar questionamentos quanto à legalidade dessas disposições. Então o intuito  
2287 dessa introdução dos dispositivos é tornar clara a regra para assuntos que não  
2288 foram originariamente previstos na 474, o dispositivo primeiro ele trata  
2289 tecnicamente de aproveitamento de estudos de espécies individuais para o caso  
2290 em que a indústria pretenda transformá-las num CRV médio, que é um conjunto  
2291 de espécies, e o dispositivo do parágrafo 2º também era uma lacuna da 474  
2292 porque ele prevê como os Estados poderão fazer a análise para empreendimentos  
2293 novos, porque a regra inicial prevista na 474 prevê que o estudo de CRV médio  
2294 dependeria da análise do que foi consumido pela indústria nos últimos doze

2295 meses, em particular esse dispositivo foi tratado com bastante preocupação pelo  
2296 Estado de Mato Grosso e pelo Estado do Pará, porque com o início do  
2297 recebimento dos laudos de CRV nós que temos uma vocação para a indústria de  
2298 base florestal, percebemos que, a quantidade, o volume de laudas do CRV era  
2299 bastante extenso, eram muito volumosos, e os índices que vinham para ser  
2300 aprovados, após a análise pelo setor de base, eram superiores ao percentual  
2301 antigamente aquele que foi revogado de 45% o que é ainda muito maior do que o  
2302 de 35% atualmente em vigor, então nós tivemos uma preocupação com esses  
2303 dados, esses dados foram amplamente divulgados no âmbito da Câmara Técnica,  
2304 inclusive disponibilizados ao IBAMA e ao setor de base, o setor privado também, e  
2305 eles mostraram que nós precisávamos prever uma regra inicial para as empresas  
2306 novas, sobre o risco de que, assim não fazendo geraríamos um passivo que  
2307 poderia em curto espaço de tempo gerar problemas de fiscalização e programas  
2308 para os órgãos ambientais gerirem entre o estoque depositado nas indústrias  
2309 madeireiras nesse período de um ano e aquele efetivamente declarado ou contido  
2310 nos sistemas de controle e de comércio e transporte de produtos florestais, em  
2311 razão disso num consenso foi estabelecido a regra transitória do parágrafo 2º para  
2312 empreendimentos novos. E por fim, o acréscimo do parágrafo 4º do art. 7º, ele tem  
2313 como intuito de alguma forma prever essa fase transitória, a gente chama de  
2314 transitória por quê? Com a alteração do percentual de aproveitamento de 45 para  
2315 35, foi possível perceber que praticamente 80% (oitenta por cento) das indústrias  
2316 de base florestal do Estado de Mato Grosso e do Estado do Pará que subsidiaram  
2317 os dados, fizeram protocolos de laudo de CRV, o que nos leva ao entendimento  
2318 de que, essa nova regra vai acabar permitindo que o setor tenha um índice de  
2319 CRV muito mais próximo do que ele realmente opera na sua indústria, em  
2320 contraponto, o órgão ambiental, os órgãos ambientais se veem com acúmulo de  
2321 laudos a serem analisados só no Estado de Mato Grosso, eu acho que o Pará  
2322 pode fornecer os números até dezembro de 2017 nós tínhamos aproximadamente  
2323 800 empreendimentos de indústrias passíveis de apresentar um laudo de CRV  
2324 porque eles fazem a conversão, e destes 68% (sessenta e oito por cento) já  
2325 haviam apresentado esse laudo, então nós estamos falando de mais de 500  
2326 laudos CRV para serem analisados. O objetivo desse parágrafo então é acomodar  
2327 uma regra que possa permitir aos órgãos fazer um análise consistente e  
2328 principalmente a vistoria, o termo de referência que já está contido na Resolução  
2329 474 ele cria as regras de como esse estudo deve ser apresentado ao órgão  
2330 ambiental e após o aprimoramento das técnicas de análise, nós apresentamos  
2331 para a Câmara Técnica, de que após uma primeira análise, a análise documental,  
2332 se os dados estatísticos apresentados no estudo seguiram as regras previstas na  
2333 Resolução CONAMA, era possível retornar o índice de CRV de 35 para até 45 que  
2334 é o que nós tínhamos previsto antes da alteração da Resolução, sendo que prevê-  
2335 se também nesse mesmo dispositivo que a vistoria de confirmação deva ocorrer  
2336 num prazo de 6 meses podendo prorrogar por uma única oportunidade, então as  
2337 regras, na verdade, são inclusão de dispositivos que visam tornar mais clara a  
2338 execução daquilo que foi disposto na 474 não é necessariamente nenhuma  
2339 alteração na sua essência, mas sim a previsão de novas regras para que os

2340 órgãos possam em conjunto com o setor privado ter clareza de como devem  
2341 conduzir as análises dos laudos de CRV.

2342

2343

2344 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Obrigado  
2345 Mauren. Eu vou deixar a Rose do Pará falar porque são os dois Estados digamos  
2346 de maior pungência de produção madeireira.

2347

2348

2349 **A SR<sup>a</sup>. ROSE CRISTINE QUEIROZ CHAVES (SEMAS/PA) –** Bem gente, boa  
2350 tarde, eu sou Rose Chaves e a gente atua diretamente na questão técnica das  
2351 análises dos estudos de CRV, e aí com a vigência da norma, que é a 474, apesar  
2352 dela ter sido editada em 2016, mas como vocês sabem o índice cai após um ano,  
2353 então o reflexo mesmo da prática do índice de 35 ele acontece em 2017, em  
2354 meados de maio a abril que passa a valer. Com a vigência do índice de 35,  
2355 acabou, como já havia sido previsto, causando um certo desconforto tanto para os  
2356 órgãos ambientais, quanto para o setor produtivo, e aí o setor em conjunto com as  
2357 secretarias, começou a discutir e nasce a proposta, que é importante a gente  
2358 mencionar que a proposta veio justamente do nosso fórum de secretários  
2359 estaduais, da Amazônia Legal, a tentativa não é destruir a norma, alterar  
2360 substancialmente não, é alterar de forma que nos acomode como o próprio Estado  
2361 do Mato Grosso mencionou, a previsão de conceder 45% para algumas empresas  
2362 já estava na 474 só que tinha um prazo, a ideia é, o prazo já esgotou então vamos  
2363 ter uma tentativa de manter esse 45. Como manter esse 45? Os empreendimentos  
2364 que apresentarem o estudo, e esse estudo for aprovado tecnicamente na questão  
2365 de estatística sem a vistoria em campo já concede o 45%. Então não é algo tão  
2366 substancial na norma, mas que faz uma grande diferença, tanto para o  
2367 empreendedor quanto para o órgão, por que para o empreendedor? Porque ele  
2368 vai tratar, ele vai transformar num índice suficiente, e também porque na norma  
2369 não deixava clara que a aprovação desse índice, deveria ser mediante vistoria ou  
2370 não, só estava aprovação do órgão ambiental. Então com essa nova redação fica  
2371 claro que existe uma análise prévia que ela é documental, passando nessa análise  
2372 documental ele já recebe o 45 e depois vai ter a inspeção, o por quê esse depois?  
2373 Por que um prazo? Porque como vocês conhecem os órgãos ambientais eles tem  
2374 as suas deficiências de corpo técnico, a demanda ela é elevada, e também temos  
2375 a questão das fases, por exemplo, agora nós estamos na época de embargo,  
2376 então ainda que o órgão tenha técnico responsável e suficiente para alcançar uma  
2377 indústria a indústria não tem a tora, porque vocês também reconhecem que a  
2378 atividade madeira ela é sazonal, então para comportar essas duas situações, nós  
2379 fizemos a proposta de dar uma melhorada em alguns artigos, acredito assim que  
2380 ficou claro a explanação até para deixar os Senhores confortáveis pra votação e aí  
2381 qualquer disposição, qualquer necessidade da esclarecimento a gente também  
2382 está disponível.

2383

2384

2385 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado Rose.  
2386 Obrigado. Eu pediria a palavra do André que é responsável por essa área no  
2387 IBAMA para que ele fizesse a posição do IBAMA em respeito a esse assunto.  
2388

2389  
2390 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – Boa tarde a  
2391 todos, André Sócrates do IBAMA, Coordenador Geral. Eu acho essa proposta que  
2392 foi apresentada pelos Estados, após a publicação de uma CONAMA que fez uma  
2393 alteração significativa em todo o processo de desdobro da madeira, então é uma  
2394 mudança não só significativa para os empreendedores, como é também uma  
2395 mudança significativa para o órgão ambiental em que passou a receber um  
2396 volume imenso de estudos técnicos para serem analisados. Isso foi um ponto  
2397 positivo, eu acho que esses pontos que estão sendo postos, eles foram  
2398 consensuados na reunião, são pontos de transição, pontos que permitem com que  
2399 nós tenhamos uma segurança técnica na análise dos estudos de conversão, e  
2400 sem prejuízo de que o empreendedor possa ou mesmo o órgão ambiental ter um  
2401 bom índice, um índice real que é isso que a gente busca. Na CONAMA 411  
2402 quando ela foi publicada em 2009 ela já previa um estudo só que o índice estava  
2403 confortável com a CONAMA 474 com o ajuste da CONAMA 474 as empresas se  
2404 sentiram, viram que precisavam apresentar o estudo, e esse é o nosso objetivo  
2405 Deusdará, buscar o índice individual para cada empresa para que ela trabalhe o  
2406 mais próximo da realidade e a gente diminua assim a quantidade de créditos  
2407 ilegais que tem hoje no mercado. Eu gostaria de fazer só uma pequena  
2408 abordagem sobre um destaque que foi proposto, que menciona trocar o “podendo”  
2409 pelo “devendo”, nós achamos que é importante manter o podendo lá, lá em cima,  
2410 não estou conseguindo ler daqui, podendo fixar, nós acreditamos que o podendo  
2411 seria mais interessante, porque se os empreendedores apresentarem um estudo  
2412 ruim, de baixa qualidade, se a gente colocar devendo o órgão ambiental vai ter  
2413 que mudar para 45% o índice de conversão, então ele vai mudar se o estudo for  
2414 um bom estudo. Então por isso que a gente sugere que mantenha o podendo.  
2415

2416  
2417 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado  
2418 André, eu vou colocar em votação então, desculpa Daniel.  
2419

2420  
2421 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*  
2422

2423  
2424 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Está ok, valeu.  
2425 Obrigado. Bom, vou colocar em votação a aprovação do texto como está, como foi  
2426 aprovado na Câmara Técnica de Florestas e demais formas de vegetação, e se  
2427 eventualmente a gente não conseguir aprovação, a gente avalia o destaque.  
2428 Então, quem é favorável ao texto apresentado pela Câmara Técnica de Florestas  
2429 e demais formas de vegetação, por favor, se manifeste? Quem é contrário? Muito  
2430 obrigado, aprovado. Eu só lamento que quando tem uma matéria que eu penso

2431 que eu entendo, eu não consigo fazer a defesa, passa o maior tempão aqui  
2432 falando de passarinho, mas valeu Mauren, valeu Rose, obrigado André, eu acho  
2433 que esse é o tipo de efeito positivo do CONAMA, o CONAMA conseguiu com essa  
2434 Resolução gerar um choque pedagógico na indústria madeireira, trazendo esse  
2435 pessoal pra realidade, eu acho que a gente está adequando e realmente tem uma  
2436 contribuição fantástica pra produção de madeira legal pra Amazônia. Bom, nós  
2437 temos a fase de informes, mas eu me lembrei de uma coisa, havia uma  
2438 proposição de alteração da data da segunda reunião, eu esqueci disso, isso  
2439 prevalece? Alguém quer mudar a data da segunda reunião?

2440

2441

2442 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama) –**

2443 Essa informação chegou, mas nós acabamos não conseguindo conferir essa  
2444 informação, então eventualmente a mesa pergunta se tem alguém aqui plenário, a  
2445 indicação era, fazer a reunião nos dias 6 de junho e 7 de junho, como é semana  
2446 do Meio Ambiente tem impedimento para vários órgãos ambientais, teria isso? E  
2447 que nós acabamos não processando isso em razão de estarmos aqui na mesa, e  
2448 isso não foi levantado por nenhum dos Senhores. Eu acho que deixa do jeito que  
2449 tá.

2450

2451

2452 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Bom, vamos do

2453 jeito que tá porque ninguém se manifestou, só porque eu me lembrei ontem  
2454 quando a gente passou a pauta eu me lembrei disso. Fale filho.

2455

2456

2457 **O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Boa tarde, representando a Anamma Norte.

2458 Enquanto município que temos a obrigação de fazer a semana do meio ambiente,  
2459 e também temos a obrigação de estar aqui nas reuniões do CONAMA, eu  
2460 pessoalmente solicito a alteração da data que seja posto em votação, porque tanto  
2461 os Estados quanto os Municípios vão fazer seus eventos na semana do Meio  
2462 Ambiente que é efetivamente onde os problemas ocorrem.

2463

2464

2465 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Concordo,

2466 assim, eu acho que é plausível essa consideração. A sugestão seria 13 e 14 de  
2467 junho, está bom para vocês? Então eu considero aprovada a sugestão da  
2468 Anamma, eu acho que realmente os Estados, nós mesmos estamos envolvidos  
2469 nessa semana, nós alteraríamos a data da segunda reunião para 13 e 14 de  
2470 junho. Bom, agora nós temos a parte de informes, cadê a companheira que vai  
2471 falar do Fórum Mundial das Águas e Projeto Legado? Ela estava aqui. Bom, então  
2472 nós vamos chamar... você quer falar Maurício ou chamo outro? Você quer ir?  
2473 Quem vai falar sobre a V Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente,  
2474 é você? Antecipe enquanto ele bota lá no computador. A NBR já chegou aí?

2475

2476

2477 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** –  
2478 Posso aproveitar e fazer um pedido? Tinha uma solicitação muito especial de  
2479 vários conselheiros para que novamente a gente falasse sobre o Fórum Mundial  
2480 das Águas, eu estou vendo muitos se retirando, mas se puderem ficar e aguardar  
2481 é muito melhor.

2482

2483

2484 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Desculpa,  
2485 Felipe, Ministério da Educação. Eu vou pedir licença aos Senhores, eu tenho que  
2486 fazer uma fala sobre (...) de rios ali para a NBR, não vai durar mais do que 10  
2487 minutos, então eu sei que é uma descortesia, uma deselegância não está  
2488 presente, mas é extremamente importante para o Serviço Florestal Brasileiro essa  
2489 matéria, então vou me ausentar por 10 minutos.

2490

2491

2492 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** –  
2493 Então a gente continua. Felipe então pelo MEC.

2494

2495

2496 **O SR. FELIPE FELISBINO (MEC)** – Muito obrigado. Então sou o Felipe Felisbino,  
2497 Coordenador Geral de Educação Ambiental em temas transversais da educação  
2498 básica, vinculado à sede de secretaria básica do Ministério da Educação, na  
2499 nossa última reunião, nós já tocamos nesse assunto, já debatemos esse assunto  
2500 com vocês, que é a realização da V Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio  
2501 Ambiente que será realizada agora em 2018 cumprindo o seu calendário que até  
2502 31 de março, as conferências devem ser realizadas no território escolar, dentro da  
2503 escola, até 9 de maio as conferências devem ser realizadas no território estadual,  
2504 a secretaria de Estado, e a secretaria de Estado e de Educação e de Meio  
2505 Ambiente recebem as escolas inscritas e selecionam a escola que vai vir do dia 15  
2506 a 19 de junho de 2018 para a etapa final nacional no Distrito Federal, Brasília.  
2507 Então eram essas as informações gerais e eu peço que ele rode um vídeo de três  
2508 minutos que vai apresentar a conferência e o passo a passo dela, e contando que  
2509 vocês levem essa informação para os seus territórios estimulando as escolas a  
2510 fazerem inscrição e a fazerem a conferência local que terá como objetivo uma  
2511 intervenção, um projeto, uma ação na sua localidade. Muito obrigado.

2512

2513

2514 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** –  
2515 Obrigado Filipe, essa é uma ação conjunta do MEC com o Ministério do Meio  
2516 Ambiente, então a gente vê isso uma importância muito grande.

2517

2518

2519 *(Vídeo educativo).*

2520

2521



2522 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama) –**  
2523 Agradecemos ao Conselheiro, ao Felipe do Ministério da Educação, esse vídeo  
2524 vai estar no Sumário Executivo da reunião, ele entra como *link*, assim como todos  
2525 os documentos, então a mesa faz a mesma solicitação apresentada pelo  
2526 Conselheiro de que isso seja divulgado nos municípios, no Estado e etc., junto às  
2527 ONGs, porque é um processo importante participativo. Eu queria chamar o  
2528 Rogério Menescal da ANA para falar sobre o Fórum Mundial das Águas.

2529

2530

2531 **O SR. ROGÉRIO MENESCAL (ANA) –** Boa tarde a todos, obrigado aí pela  
2532 espera, pela paciência na hora do almoço, agradeço aí o convite do Conselho em  
2533 nome da diretora Adriana que pediu para nós atualizarmos como que estava a  
2534 situação do Fórum, e projeto como esse muito interessante da V Conferência só  
2535 demonstra a importância do debate e isso vai enriquecer, como a conferência é  
2536 depois, imagina-se que vai haver algum tipo de interação entre as escolas, seja no  
2537 DF, seja de participantes que venham do Fórum de contribuir com o evento. Eu  
2538 imagino que a maioria dos colegas aqui já viram a apresentação, não é o legado,  
2539 é o outro, é o do 8º Fórum que tá no *pen drive* de madeira aí, mas a ideia então é  
2540 só atualizar rapidamente, como que está o Fórum, como é que se encontra e  
2541 como é que cada um pode contribuir, vi aqui, inclusive colegas de secretarias de  
2542 Estado aqui, que já participaram de funções dos seus respectivos Estados, no  
2543 sentido de contribuir. Quanto tempo eu teria Adriana? 10 minutos? Eu vou passar  
2544 muito rápido, só pra demonstrar que também como a Conferência o Fórum ele não  
2545 é só a semana do Fórum, ele é um processo de construção que já vem de três  
2546 anos de diálogo, de uma série de eventos que ocorrem não só no Brasil como no  
2547 mundo inteiro, estamos construindo a pauta, então o Fórum é o ponto culminante  
2548 digamos assim onde aqueles assuntos são debatidos e continua o Fórum depois  
2549 também com a passagem do bastão para o próximo Fórum que é em Senegal,  
2550 então quer dizer, o evento não se esgota naquela semana, e também não foi uma  
2551 construção só de uma semana, então vou passar rapidamente. Bom, vou tentar  
2552 passar daqui, mas a ideia então do Fórum é organizado com o Conselho Mundial  
2553 da Água, junto com o Governo do Distrito Federal, o Governo Brasileiro, o MMA,  
2554 junto com a ANA, que estão organizando o evento, mas lógico o Fórum não é uma  
2555 construção só das instituições é uma construção de todos nós ao longo dos  
2556 debates que foram ocorrendo ao longo dos anos, vou passar muito rápido, não  
2557 vou entrar nesse nível de detalhe, mas o fórum é uma plataforma, é um ambiente  
2558 que promove o diálogo, o debate sobre diferentes aspectos e pontos de vista com  
2559 relação à questão da água, não existe uma posição predeterminada, não existem  
2560 condições que prevalecem, é um ambiente de debate de discussão para que se  
2561 chegue a melhor solução que, inclusive varia, conforme a cultura, a questão legal  
2562 de cada um dos Países, então isso é uma plataforma em que as pessoas  
2563 dialogam e chegam melhor solução pra sua realidade, o momento de troca de  
2564 experiências, aí os Fóruns anteriores, é o primeiro Fórum no Hemisfério Sul, é um  
2565 Fórum que tá ocorrendo no Brasil, mas que o Brasil tenta mobilizar todos os  
2566 Países da Região da América Latina, e América do Sul, países também de língua  
2567 portuguesa vão ter vários eventos que promovem e o próprio Ministro também

2568 está utilizando o momento para provocar uma discussão dos países de língua  
2569 portuguesa, então é uma grande oportunidade pra gente, já a gente tem tanto do  
2570 água para outros países, como também recebemos água, (...) está envolvida, vai  
2571 ser um momento de discutir e de aperfeiçoar nossos procedimentos com relação a  
2572 Gestão dos Recursos Hídricos, o tema escolhido é Compartilhando Água,  
2573 compartilhando nos seus aspectos mais longos, físico, trocas de experiências,  
2574 busca de soluções, a própria legislação brasileira de gestão participativa de  
2575 recursos hídricos induz a esse tipo de atitude, de comportamento, então nada  
2576 mais também do que o Brasil levando para fora um pouco da sua experiência, com  
2577 relação a arcabouço legal. Sustentabilidade é outro ponto importante, a ser  
2578 destacado em todas as ações do Fórum, as instituições que apoiaram a vinda do  
2579 Fórum culminando e comemorando de entendimento, não vou entrar muito em  
2580 detalhe. Estrutura organizacional é importante dizer que existe um Comitê Diretivo  
2581 do Fórum, compostos por membros do Conselho Mundial da Água, então  
2582 indicados pelo 'wwc', mas não são do 'wwc' até porque o 'wwc' é uma instituição  
2583 que congrega diversos outros organismos, e representantes do Governo  
2584 Brasileiro, são 13 de cada lado, então esses é quem definem as prioridades de  
2585 discussões em função do que eles recebem nas discussões temáticas e também  
2586 na organização do evento propriamente dito. A ANA junto com ADASA é que  
2587 estão cuidando mais da parte operacional, através do Comitê Organizador  
2588 Nacional, e aí tem que colocar de pé as 4 infraestruturas que estão sendo  
2589 previstas que é a parte do Fórum propriamente dita, a área de exposição, a feira e  
2590 a vila, vou falar rapidamente de cada um mais à frente, mas a feira e a vila são  
2591 espaços abertos, livres, gratuitos, inclusive espaço pra trazer alunos de diversas  
2592 escolas, lógico que o custo disso só vai permitir nesse momento trazer alunos em  
2593 princípio aqui da região do entorno de Brasília, do GDF, tivemos inclusive em  
2594 Palmas, mas segunda feira estávamos lá em Palmas divulgando, já fica uma  
2595 distância um pouco longa, mas excursões, caravanas podem vir e acessar a feira  
2596 e a vila de forma gratuita e até temos estimulando muito isso, isso é uma inovação  
2597 do Fórum Brasileiro, nos outros formatos, nos outros países não tinham espaços  
2598 tão grandes, com tantos equipamentos culturais e lúdicos pra sensibilizar com  
2599 relação a amostra de cinema, sensibilizar com relação à questão da água. Então  
2600 em termos de organização o Fórum se estrutura em cinco processos, um processo  
2601 não está dando para ler daqui, aliás apagou aqui... É o processo político. Adriana  
2602 quer falar alguma coisa?

2603  
2604

2605 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama) –**  
2606 Se você quiser pegar o microfone e vir pra cá, talvez facilite.

2607  
2608

2609 **O SR. ROGÉRIO MENESCAL (ANA) –** Deu pra ver aqui, obrigado. Então, você  
2610 tem o processo político, que mobiliza toda a classe parlamentar, governos  
2611 nacionais, estaduais e municipais, no caso da Federação Brasileira, a parte do  
2612 Judiciário que é uma inovação no Brasil, e as autoridades locais, municipais como  
2613 já comentei, parlamentares também, então é importante porque na discussão

2614 técnica se você não transformar como o próprio Conselho aqui está  
2615 transformando, o conhecimento técnico em normativo, em resoluções do Conselho  
2616 para que se torne algo efetivo a ser seguido por todo mundo. Então é importante a  
2617 participação dos parlamentares, do judiciário que julga e dos governos federados,  
2618 os governos do Executivo que acabam também cumprindo a legislação. Também  
2619 o processo temático que é a porta justamente de conhecimento técnico da  
2620 Academia, das experiências exitosas no mundo inteiro. O processo regional, que  
2621 provoca né essas discussões de forma organizada ao longo do todo os países e  
2622 continentes do mundo inteiro. O Fórum Cidadão que estimula a participação do  
2623 público em geral, até porque como usuários, nós somos e temos que começar a  
2624 dar o exemplo, em relação ao uso da água de forma sustentável. E o quinto  
2625 processo, que também é inovação no Brasil que é a questão da sustentabilidade  
2626 sendo alertada em todos os diálogos e processos que tem desenvolvendo os  
2627 temas prioritários. Quais as forças que orientam o processo temático? São os  
2628 'inputs' dos Fóruns anteriores, por isso que eu falei na hora de passar o bastão do  
2629 8º Fórum para Senegal, então quer dizer, os aprendizados do fórum anterior  
2630 passam para o seguinte, então está recebendo uma serie de contribuições dos 8  
2631 fóruns, principalmente do último, é uma fonte de alimentação inicial, também um  
2632 tema que foi escolhido "Compartilhando Sustentabilidade" também se alimenta  
2633 dos (...) vão ter momentos de discussão dos (...) específicos né, a ONU, UNESCO  
2634 estão presentes nos diálogos de forma bem considerável. E os próprios debates  
2635 que estão ocorrendo ao longo do mundo inteiro, também trazem novos 'inputs'  
2636 para serem introduzidos, nessas discussões que ocorreram, a forma estrutural foi  
2637 dividir em 9 temas, 6 horizontais, 3 transversais que perpassam todos, a forma do  
2638 ser humano de gostar de sistematizar as coisas de tentar encaixar todos seus  
2639 problemas, suas questões nessa estrutura, aí uma visão geral de como se  
2640 organizou a questão do processo regional, cada um com suas coordenações, 6  
2641 regiões, e 13 sub-regiões. O processo político com seus 4 sub processos, o sub  
2642 processo nacional coordenado pelo Itamaraty, Ministério da Relações Exteriores, o  
2643 sub processo local e regional coordenado pela SAF, Secretaria de Assuntos  
2644 Federativos da Presidência, o dos parlamentares coordenado pelo Senador Jorge  
2645 Viana, e do juiz e promotores coordenado pelo Ministro Herman Benjamin que  
2646 está empolgadíssimo, porque é uma inovação brasileira e ele quer deixar a marca  
2647 de (...) como ele fala, ele quer realmente criar um documento que deixe um legado  
2648 para os próximos fóruns em relação a esse tema, é muito empolgado com o Meio  
2649 Ambiente como todos vocês já devem saber. E esses processos interagem, não é  
2650 de uma forma estática, estanque cada uma, eles interagem entre si e vão  
2651 evoluindo até culminar, ainda existe uma provocação com relação à plataforma  
2652 também brasileira criada para contribuições virtuais, isso não existia nos outros  
2653 fóruns, contribuições presenciais através do (...) e as reuniões específicas, o Brasil  
2654 inovou colocando uma plataforma que foi usada na Rio+20 do PNUD para ampliar  
2655 o leque de contribuições. Então foram divididos em três grupos, sessões  
2656 temáticas, sessões transversais, e agora está na fase de contribuições ainda,  
2657 fecha dia 12 de março salvo engano, então ainda é momento para as  
2658 contribuições que estamos recebendo, amplia o leque de oportunidades e  
2659 participações. Diversas instituições envolvidas em cada um dos processos, em um

2660 caso específico aí do temático mais de 400 instituições do mundo inteiro, aí a  
2661 representatividade em termos espaciais, aí também a representatividade de  
2662 coordenação em termos de distribuição no globo, aqui no processo cidadão  
2663 diversas organizações também, mais de 500, diversas pessoas envolvidas  
2664 diretamente nas discussões, no regional idem, mais de 360 organizações  
2665 envolvidas, e se somar tudo, dá mais de 1.000 organizações que estão  
2666 participando efetivamente da construção da agenda das discussões que estão  
2667 ocorrendo no Fórum, eles tem autonomia de escolher os temas que são  
2668 prioritários para serem debatidos. Vários convites para autoridades de governo,  
2669 parlamentares, juízes, vem vários juízes de Suprema Corte, mundial, de diversos  
2670 países já confirmaram, a gente tem uma influência muito grande em estar  
2671 conseguindo trazê-los para cá, no final você tem aí uma 'miria' de tipologia de  
2672 participações, desde o cidadão comum, até autoridades nacionais, ajudando a  
2673 discutir e construir o tema que vai ser debatido com foco na água, então não vou  
2674 entrar muito em detalhe. São 337 sessões, tem desde espiritualismo da água, até  
2675 coisas bem concretas e objetivas com relação à obras, então é bem abrangente a  
2676 temática que está disponível no site, quem quiser ver, então aí mais ou menos a  
2677 distribuição por processos, tem também as sessões especiais e tem alguns  
2678 eventos paralelos que foram promovidos por algumas instituições. Aí a agenda, o  
2679 evento começa no sábado de manhã é a abertura da vila e da feira, evento livre, já  
2680 está com as inscrições abertas no site, quem quiser é só participar, (...) na tarde  
2681 de domingo, e na segunda-feira dia 19, é a abertura oficial do evento, vai haver  
2682 em princípio duas aberturas, uma mais oficial, protocolar no Ministério das  
2683 Relações Exteriores, Itamaraty, e outra mais específica do fórum para um público  
2684 maior no Centro de Convenções Ulysses Guimaraes com interação entre as duas,  
2685 algumas falas vão ter transmitidas pela EBC visto que para o Centro de  
2686 Convenções que 3 a 4 mil pessoas assistindo não cabiam no Itamaraty, e o evento  
2687 termina na quinta-feira à noite se encerra a feira, a vila e a expo, e encerramento  
2688 do fórum propriamente dito se dá na sexta-feira de manhã, à tarde ainda ocorrem  
2689 algumas visitas técnicas para quem quiser conhecer algumas realidades aqui que  
2690 estão sendo propostas pelo secretariado, também sábado e domingo vão ter a  
2691 oportunidade de visitar algumas instalações, estações de bombeamento, 'etis',  
2692 'etas', barragens, sistemas hidrelétricos, por aí vai, sugestões também estão  
2693 abertas. Exemplos de instituições que estão participando de diversos países,  
2694 diversas, ONGs, bancos, empresas usuárias de água, é bem eclético,  
2695 associações, Associação Brasileira de Agência Reguladora, não vou entrar em  
2696 detalhe. Até agora em torno de 4 mil inscrições, a expectativa é isso chegar até 10  
2697 mil, hoje se encerra uma data importante que é o último dia do desconto da  
2698 parcela de inscrição, então imagina-se que hoje vai ter uma quantidade grande de  
2699 entradas de inscrições, dos brasileiros inscritos esse número já está  
2700 desatualizado, isso foi semana passada, quinta-feira, então isso já está em mais  
2701 de 4 mil, e já temos mais de 150 Países representados. Da parte brasileira, 26%  
2702 são do Distrito Federal o que não podia ser diferente por estarem e ter menos  
2703 custos de viagem e hospedagem, e 74% de outros Estados, esperamos que esse  
2704 número se equilibre um pouco mais, que tenha mais participação de outras  
2705 pessoas. Vista geral de Brasília, não vou entrar em detalhe, o local do evento é na

2706 região do Mané Garrincha, Centro Convenções Ulysses Guimaraes, uma parte do  
2707 Fórum em si é dentro, todas as sessões aquelas que eu falei vão ser dentro do  
2708 CCUG, isso já ocupa todo o espaço do Centro de Convenções, e, portanto, toda a  
2709 parte de feira, expo e vila ficou na parte do estacionamento do Mané Garrincha,  
2710 até porque também no Mané Garrincha mesmo não dava porque é cheio de  
2711 pilares, de estruturas que não permitia. Vou mostrar umas fotos que vocês vão ver  
2712 o tamanho da brincadeira. Então como eu adiantei todas as sessões estão dentro  
2713 do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, e os demais vão estar nos espaços  
2714 do Mané Garrincha, inclusive a parte de alimentação, a expo na parte de cima,  
2715 aqui a entrada do credenciamento pra parte da expo, aqui a feira, e aqui a vila  
2716 cidadã. A expo e a feira a diferença é apenas que a feira é aberta ao público em  
2717 geral, então permite a entrada de pessoas que não conhecem muito do tema da  
2718 água, querem conhecer, estão interessadas, então são pessoas mais curiosas que  
2719 é importante também trazê-las e sensibilizar o problema. Aí são questões da áreas  
2720 já disponibilizadas, aí é um exemplo da vila, vão ter várias instalações para  
2721 motivar, para sensibilizar crianças, com relação a brinquedoteca, o GreenNation  
2722 vai estar, vai ter cinema, vão ter teatro, música, uma série de eventos culturais e  
2723 lúdicos para tentar provocar um pouco a sensibilidade das pessoas. Aí são...  
2724 esses aí ainda são desenhos artísticos, ainda não tá implantado né, isso aqui já é  
2725 um desenho artístico da parte da feira e da expo, e isso aqui é foto de hoje de  
2726 manhã, então a tenda da expo já está montada, não tá dando pra ver bem aqui,  
2727 mas você ver a dimensão da área é equivalente ao Estádio Mané Garrincha não  
2728 só o campo, todo o Estádio. Então a tenda da expo já está montada, aqui é a  
2729 tenda da feira, e aqui a tenda da vila cidadã. Só pra dar uma ideia de dimensão a  
2730 vila cidadã é 90x115 de tamanho, as dimensões das informações é que nunca  
2731 houve um evento tão grande em Brasília em termos de dimensões espaciais. E  
2732 são vistas de hoje de manhã, e aí são vistas artísticas de como se pretende que  
2733 fique a parte do cinema, o tempo infelizmente é curto mesmo porque a liberação  
2734 do espaço para começar as intervenções por parte do GDF são curtos porque tem  
2735 outros jogos de futebol, tem uma série de eventos que ocorrem que eles não  
2736 podem dar um tempo muito grande pra gente, aí são exemplos de inovação  
2737 brasileira também que não vai ter uma alimentação, isso foi uma forma de  
2738 economizar e evitar desperdício, vão fazer uma parceria com o chefe dos eixos,  
2739 chefes do fórum, vão oferecer diversos tipos de comida, quem for se inscrever  
2740 recebe um *vaucher*, ele tem direito a comer lá o prato que ele escolher, isso dá um  
2741 cardápio interessante, quem escolhe fica bem livre, e sem gerar resíduo porque  
2742 ele vai vender o que efetivamente for consumido, não vai ter estoque que vai se  
2743 jogar fora como seria no caso de um restaurante do fórum. Há o espaço Brasil,  
2744 inclusive que o MMA tem várias apresentações que vai usar *layout*, e outros  
2745 Ministérios também, já tem uma agenda pré-programada de apresentações. E é  
2746 isso, a expectativa de 10 mil escritos e 40 mil visitantes, incluindo muitas escolas e  
2747 pessoas curiosas do GDF, mais de 150 países apresentados, 337 sessões,  
2748 diversos eventos paralelos e mais de 1.000 jornalistas inscritos. Quem quiser obter  
2749 maiores informações está aí as mídias sociais, e tem também o aplicativo que já  
2750 está disponível e que vocês se mantêm atualizado no dia-a-dia. É isso, agradeço a  
2751 oportunidade, estamos à disposição para esclarecer aqui qualquer dúvida.

2752

2753

**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado. Bocuhy, por gentileza.

2754

2755

2756

2757

**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom, eu queria dizer o seguinte, que para nós essa questão do Fórum Mundial da Água é um espaço importante, um momento importante de discussão, aqui no Brasil traz a água para um patamar de discussão pública que é relevante, mas algumas questões essenciais, não são abordadas dentro da temática que aqui se coloca. Uma delas é a questão de governança e na questão de governança é o tratamento da água como bem público, e não como mercadoria, como um produto a ser gerenciado pelo setor privado. Nesse sentido, quando se discute água pra gestão, a grande questão que se coloca é quais as salvaguardas que a sociedade possui ou tem com relação à gestão da água no modelo de governança que se estabelece privado ou público? Essa é uma discussão para nós fundamental, porque ela passa por um processo de gestão realmente eficiente, a segunda é que esse modelo de gestão, ele só vai acontecer com salvaguarda pra sociedade com gestão participativa efetiva de recursos hídricos, esse é um ponto também fundamental. Temos outras questões como as questões que envolvem direito, e eu acho que o Ministro Herman Benjamin dá bem conta disso na sua visão de (...), que é uma visão da aplicação das conquistas sociais, consolidadas em legislação pra questão da água, tem a questão que também é importante que é a questão dos ecossistemas, eu acho que aí o Brasil tem que se debruçar sobre esses grandes ecossistemas de transposição de água, rios de valores, é uma situação bastante complexa na América do Sul. E tem também a economia, o modelo da economia que a gente vive hoje que é um poder de economia que acaba afetando todo um processo civilizatório que impacta a questão da água, mas eu queria deixar essa mensagem de preocupação pra vocês da ANA, que para nós a grande linha de corte nessa discussão é a questão da privatização e as salvaguardas possíveis para a sociedade, caso isso venha acontecer. Nós temos exemplos, os Senhores sabem muito bem de Detroit e outras cidades do mundo que tiveram problemas com gestão de água pelo setor privado, e temos também um processo de reestatização em muitas cidades do mundo, onde o sistema de gestão privado não funcionou, há algum tempo, hoje em dia não, Berlim é um exemplo disso, Paris também, então não estamos falando só da nossa realidade no Brasil, mas estamos falando de uma realidade internacional. Eu queria colocar isso como uma preocupação, e também para terminar, o custo, o preço do ingresso pro Fórum, eu estou inscrito, a minha instituição se inscreveu, nós pagamos R\$ 1.100,00, isso foi em outubro do ano passado, as pessoas que estão procurando ingresso agora, que estão comprando a entrada estão pagando R\$ 1.400,00 por volta disso, e agora terminou o prazo dessa oferta e vão pagar quase R\$ 2.000,00 pelo ingresso no evento, então quando se fala em participação social em que você vai ter acesso à população num País como o Brasil, cobrar R\$ 2.000,00 no ingresso para um evento de água me parece que é um pouco exagerado, e o nosso receio é que isso se transforme em uma grande feira de negócios e não coloque essa

2758

2759

2760

2761

2762

2763

2764

2765

2766

2767

2768

2769

2770

2771

2772

2773

2774

2775

2776

2777

2778

2779

2780

2781

2782

2783

2784

2785

2786

2787

2788

2789

2790

2791

2792

2793

2794

2795

2796

2797

2798 discussão num plano de cidadania, um plano que deve merecer uma discussão  
2799 sobre água no Brasil. Nós estamos promovendo um Fórum alternativo que é o  
2800 Fórum Alternativo Mundial da Água que ocorre de forma paralela, o PROAM foi o  
2801 autor do documento inicial externando essas preocupações que eu coloquei aqui  
2802 agora, quem quiser acessar tá no nosso site que é: [www.proam.org.br](http://www.proam.org.br). E aí  
2803 finalmente quando você fala de legado, o que nós vamos ao final desse processo  
2804 ter como legado, o que a sociedade brasileira vai ter como resultado? Eu já peço,  
2805 desde agora, que o CONAMA pautar ao final do processo essa discussão, pra que  
2806 nós possamos discutir aqui um pouco de política pública participativa para a água,  
2807 e com um pouco daquilo que vocês colheram de experiência no Fórum Mundial da  
2808 Água e o que nós colhemos no Fórum Alternativo Mundial da Água, se o  
2809 CONAMA pautasse eu acho que seria uma questão bastante interessante aqui  
2810 como pauta pra esse ano, hoje eu estou sentido que o aquecimento global já  
2811 chegou, aqui dentro tá... eu estou conseguindo água como nunca consumi. Então  
2812 a gente realmente tem que ter daqui pra frente essa preocupação. Obrigado.

2813  
2814

2815 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado  
2816 Bocuhy. Não havendo mais nenhuma inscrição. Desculpa, perdão Socorro, o  
2817 projeto legado, é porque você estava aqui e não te vi. 5 minutos Socorro que nós  
2818 estamos sem almoçar.

2819  
2820

2821 **A SR<sup>a</sup>. MARIA DO SOCORRO (ANA)** – Boa tarde a todos. Inicialmente eu quero  
2822 agradecer o convite em nome da Agência Nacional de Águas para fazer um breve  
2823 exposição sobre o legado aqui neste Conselho Nacional de Meio Ambiente.  
2824 Inicialmente eu começo já respondendo ao colega que me antecedeu, antes de  
2825 tudo, meu nome é Maria do Socorro, eu trabalho na Agência Nacional de Águas.  
2826 Já respondendo ao colega, no final de 2016 na gestão anterior da Agência  
2827 Nacional de Águas, houve uma preocupação da direção justamente com o legado  
2828 do 8º Fórum, é claro que o legado, o fórum vai ter uma declaração, mas é uma  
2829 declaração necessariamente tornará pública a posição dos países, e não  
2830 necessariamente do Brasil. Nesse sentido, a diretoria anterior preocupou-se em  
2831 dar uma resposta pós fórum, e coincidente verificamos o que? Em 2017 a Lei  
2832 Nacional de Recursos Hídricos, a lei que estabeleceu a lei das águas, foi  
2833 instituída. Então a gente, ano passado, fez vinte anos dessa lei, com muita  
2834 experiência, com muita coisa que deu certo, com muitos resultados bons e  
2835 também negativos. Então nós entendemos que era um momento, a direção  
2836 entendeu que era o momento de nos depararmos com essa realidade e  
2837 discutirmos um pouco propostas capazes de contribuir para o aprimoramento  
2838 dessa legislação toda que tá em vigor, não apenas do ponto de vista infra  
2839 constitucional, no âmbito das resoluções, mas também com relação às leis, com  
2840 relação também à própria Constituição, porque há vinte anos, por exemplo, não se  
2841 falava em segurança hídrica, há vinte anos não se falava em direito fundamental  
2842 da água. Então essas questões, são questões que estão postas, são questões  
2843 relevantes e a gente precisava tratar disso com mais propriedade. Nesse sentido,

2844 foi constituído um grupo de pessoas lá na Agência Nacional de Águas, eu faço  
2845 parte, o Maurício Andrés, o Paulo Libânio, Volney que foi presidente aqui do  
2846 IBAMA para começar a pensar uma proposta básica, pra aprimorar e lei das  
2847 águas. Então foi aí que surgiu inicialmente com o nome que ficou projeto legado,  
2848 que hoje resulta em vinte propostas de aperfeiçoamento do marco constitucional  
2849 legal e infra legal da gestão da água no Brasil, foi assim que surgiu. Então,  
2850 resumindo, esse foi durante todo o ano de 2017, nós estabelecemos contato com  
2851 diversos setores da sociedade, usuários, sociedade civil, as confederações de  
2852 uma forma geral, a própria confederação nacional do Brasil, e começamos com  
2853 documento que nós chamamos menos 2 porque era uma versão inicial pra  
2854 discussão, até chegarmos na versão 1.0 que é essa que eu venho aqui apresentar  
2855 hoje pra vocês. Então o objetivo principal do projeto legado, foi fazer uma agenda  
2856 propositiva, pra aperfeiçoar esses marcos dentro de um consenso razoável,  
2857 porque a gente entende que não será possível, obter 100% de consenso em 100%  
2858 das propostas. Evoluímos nessa matéria, fizemos uma ampla mobilização, reunião  
2859 que vocês podem ter acesso, tanto ao laudos, como às ajudas memória que estão  
2860 no nosso site, ana.gov.br, tudo disponível para todos. Verificamos também que  
2861 havia uma série de diagnósticos já realizados, então nós não nos debruçamos,  
2862 não pretendemos fazer mais nenhum diagnóstico, mas apenas a partir dos  
2863 diagnósticos realizados, a gente obter uma proposta para cada tema julgado  
2864 interessante, nesse sentido, quando vocês acessarem, vocês vão perceber que o  
2865 nosso formulário é muito simples, tem o problema, a justificativa, porque é  
2866 importante resolver e como e onde resolver. Não tem uma parte de diagnóstico  
2867 enorme, por quê? Porque vários documentos foram feitos, várias entidades,  
2868 inclusive IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, O CDF, trabalharam  
2869 em conjunto com a ANA, e consultores individuais ao longo desses 20 anos, então  
2870 nós tínhamos informações necessárias para passar para uma outra etapa, que é a  
2871 etapa de proposição. Nós recebemos, como vocês verão, e antes disso, o projeto  
2872 então se fixou em três temas vamos dizer, três grandes linhas, que é o tema da  
2873 segurança hídrica, e de infraestrutura, o tema de modelo de governança e também  
2874 nos debruçamos sobre os instrumentos. Também é importante ressaltar pra vocês  
2875 que alguns temas não foi possível formular uma proposta concreta, vocês vão ver  
2876 ao final, eu vou apresentar pra vocês, não quer dizer que eles sejam irrelevantes,  
2877 apenas que não houve maturidade suficiente para fazer uma proposta sobre eles,  
2878 e esse é o grande desafio que se apresenta no momento. Quero ressaltar, antes  
2879 de entrar no três temas principais o seguinte, só para alterar a lei 9433, a lei das  
2880 águas, há cerca de setenta proposições legislativas tramitando no Congresso  
2881 Nacional, então foi o primeiro problema com o qual nos deparamos, a nossa  
2882 assessoria parlamentar faz esse levantamento porque é uma tramitação  
2883 bastante simples, mas é importante que todos conheçam, a partir do momento que  
2884 da entrada a um projeto de lei no Congresso Nacional é enviado para o Ministério  
2885 do Meio Ambiente se pronunciar sobre ele, se é o projeto tratado de água, o  
2886 Ministério remete para nós lá na Agência Nacional de Águas, as nossas áreas  
2887 técnicas se pronunciam sobre o tema, e ontem em reunião com os diretores ficou  
2888 decidido que a procuradoria também passará a se debruçar sobre o tema, de  
2889 modo que, nós temos uma visão bastante detalhada de tudo que tá tramitando no



2890 Congresso Nacional. E essas propostas visam sintetizar ou encontrar patrocínio  
2891 para essas propostas mais concisas e que estão sintonizadas com o desejo da  
2892 área técnica, é importante dizer que a área técnica da Agência Nacional de Águas,  
2893 também amadureceu ao longo desses vinte anos da lei, a agência tem dezessete  
2894 anos, mas muita gente já estava no sistema antes, então foi um processo muito  
2895 interessante porque quase todos os técnicos participaram dando a sua visão do  
2896 problema, porque muitas vezes o técnico tá lá na Superintendência, ele não tem  
2897 cargo, não tem nada, mas ele tem uma opinião sobre um assunto, e foi importante  
2898 para nós todos obtermos essa opinião, discutirmos o tempo inteiro com eles.  
2899 Então, como eu estava falando pra vocês, temos três blocos de questões,  
2900 segurança, infraestrutura hídrica é o primeiro bloco, e trata da prevenção e ação  
2901 eficaz em momentos de crise. Eu destacaria, já em virtude do adiantado da hora, a  
2902 proposta de classificação das águas para segurança hídrica, nós tratamos hoje  
2903 para fins, que é o penúltimo ponto, hoje para fins de outorga, consideramos todos  
2904 os rios brasileiros na Classe 2, a nossa proposta é que a gente passe a fixar a  
2905 Classe 1, e isso diz respeito diretamente a esse Conselho, porque aqui vamos  
2906 falar de qualidade de água, recentemente lançamos o atlas de esgoto para todos  
2907 os municípios do País e a situação dos nossos corpos de água é preocupante.  
2908 Então, nesse sentido, a principal proposta que nós temos e que nós já enviamos  
2909 não é Maurício? Aqui para o CONAMA é uma proposta de revisão da 357, e para  
2910 que passemos todos a admitir, a pleitear como padrão a Classe 1. Deixa eu ir  
2911 adiante pelo adiantada da hora né? No modelo brasileiro de governança, nós  
2912 vamos destacar aqui a questão da água na Constituição. Quando a Constituição,  
2913 que este ano fará trinta anos, foi outorgada, foi aprovada pelo Congresso  
2914 Nacional, naquela época não se discutia água como direito de todos, nem  
2915 tampouco o tema da segurança hídrica, nesse sentido é que nós estamos  
2916 propondo que... Uma PEC para resolver essa questão, e estamos, e pretendemos  
2917 discutir isso com muita força durante o Fórum. Então, no Art. 5º, nós passaríamos  
2918 no Inciso XXVIII, a letra C, a ter o: "acesso à água e ao saneamento básico como  
2919 um direito humano". Essa é e a nossa proposta, é importante nesse ponto dizer o  
2920 seguinte, a gente não fez a proposta assim não, a gente faz a minuta de projeto de  
2921 lei, a minuta de projeto de emenda à Constituição, a minuta de resolução. Então,  
2922 pelo menos é uma base para começar a discussão. E no que compete à União,  
2923 são dois temas importantes, nós colocamos no Inciso XIX, que trata justamente do  
2924 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para definir critérios  
2925 de outorgas de direito de uso, e promover a segurança hídrica, observados os  
2926 usos múltiplos da água. Então esse tema da segurança hídrica cujo os conceitos  
2927 ainda não está cem por cento estabelecido, mas que a ONU já sinalizou muito  
2928 bem, nós incorporamos também ao nosso projeto de emenda constitucional. E,  
2929 finalmente, no Artigo 225, no § 1º, Inciso VIII, nós observamos que é justamente o  
2930 Artigo que trata do meio ambiente, que não havia uma menção explícita à água, e  
2931 assim passamos à redação de promover a conservação das águas, em especial  
2932 as áreas de recargas de aquíferos, as nascentes, e outras áreas de preservação  
2933 permanente. Então, no modelo de governança, esse é o destaque que eu faço,  
2934 que seria muito importante para este Conselho Nacional de Meio Ambiente.  
2935 Finalmente, no último bloco, nós vamos tratar do principal desafio, é com relação à

2936 implementação da política de águas e dos instrumentos de gestão ambiental e  
2937 garantia dos usos múltiplos. Esse é um problema com o qual todos nós, tanto os  
2938 que militam no meio ambiente, como os que atuam na ANA, tem se preocupado,  
2939 ou seja, essa articulação entre o setor de recursos hídricos e do meio ambiente.  
2940 Nesse sentido, propomos uma Minuta de Resolução ao Conselho Nacional de  
2941 Recursos Hídricos, criando justamente os recursos hídricos de proteção especial,  
2942 é um problema com que nós vimos tratando há muito tempo. Ontem, durante a  
2943 apresentação para a Diretoria, o Dr. Oscar Cordeiro fez um adendo, que eu acho  
2944 que vamos considerar certamente, porque é uma orientação do diretor, mas que  
2945 nos debruçássemos sobre o Decreto que regulamentou a Lei da ANA, justamente  
2946 para tratar da entrega da água dos Estados aos corpos hídricos sobre domínio da  
2947 União, porque há um artigo que propicia isso, talvez seja importante a gente  
2948 aprimorar essa redação. Nesse ponto, eu passo a dizer o seguinte, o Projeto  
2949 Legado não é um projeto acabado, ele está em constante construção, por quê?  
2950 Porque nós buscamos um consenso sempre razoável, à medida que as questões  
2951 vão sendo superadas, como, por exemplo, a cobrança pelo uso da água, que já foi  
2952 aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, essa questão da deixa de  
2953 fazer parte do nosso portfólio, vamos dizer assim, para integrar, porque a  
2954 sociedade, de uma forma geral, já absorveu. E, também Projeto Legado não  
2955 precisa ser adotado como um todo por nenhuma instituição, nem por ninguém  
2956 individualmente, o que nós estamos é fazendo uma proposta para o presente e  
2957 para o futuro. E, à medida que essa propostas vão sendo absorvidas, a gente vai  
2958 deixando também de contemplá-las no Legado, porque a gente não pode só se  
2959 debruçar sobre o hoje, mas a gente precisa se debruçar principalmente sobre o  
2960 amanhã, e a experiência que nós tivemos durante esses anos todos de lei das  
2961 águas, ela é muito importante para o aprimoramento. Cito só como exemplo e, aí,  
2962 já passo ao encerramento, a questão dos comitês de bacias, até hoje é um desafio  
2963 para a Agência Nacional de Águas, e para o sistema a instituição de comitês de  
2964 bacia na região Norte, por exemplo, mas a gente tem uma proposta também no  
2965 Legado, que também, ontem, recebeu mais uma sugestão de mudança do nome,  
2966 porque a intenção... Estamos propondo um tipo de arranjo, um tipo de grupo que  
2967 seja capaz de identificar o conflito potencial ou existente, numa grande bacia, por  
2968 exemplo, como a Amazônica ou... Como a Amazônica sim, e, aí, a partir deste  
2969 momento, não precisa instituir o Comitê como um todo, com toda a sua estrutura,  
2970 mas um grupo representativo da sociedade e dos poderes públicos para resolver o  
2971 problema, porque se a gente for esperar resolver somente com a instauração do  
2972 Comitê, talvez fique tarde demais. Então, são essas questões que nós estamos  
2973 tentando responder; claro que não temos resposta para tudo, tanto que eu disse  
2974 aqui, a gente tem vinte propostas elaboradas, um texto com identificação do  
2975 problema, com proposta de Lei, de PEC, de tudo. Mas, restaram situações em que  
2976 nós não temos como resolver ainda, não temos maturidade para resolver, e nesse  
2977 sentido a gente tem treze propostas para o futuro para serem desenvolvidas no  
2978 futuro. Esse quadro que estou mostrando aí, é um quadro que também está  
2979 disponível na nossa página na Internet, que faz a relação da norma ou do texto  
2980 legal da Constituição, com as propostas apresentadas pelo Legado. E, aí, por fim,  
2981 mas é o fim mesmo, o Maurício fez uma condensação. Dentre essas treze

2982 proposta que necessitam, só para dar um exemplo, como eu já dei, de solução,  
2983 nós temos, por exemplo, as áreas indígenas, nós não temos ainda um  
2984 disciplinamento sobre o uso da água em áreas indígenas, e precisamos definir  
2985 isso, e não apenas nas áreas indígenas, nas quilombolas também, das  
2986 comunidades tradicionais, e tudo mais. Quando... Eu estou na ANA há treze anos,  
2987 quando eu cheguei lá os problemas eram muitos, e acreditem, os Senhores, o  
2988 grau de complexidade desses treze anos aumentou substancialmente, porque  
2989 agora a gente tem problemas que há treze anos nós não tínhamos, nós tivemos as  
2990 crise hídricas, tanto a de São Paulo, de governança, como a crise por escassez no  
2991 Nordeste, e essas questões nós precisamos discutir e precisamos dar respostas  
2992 para elas. Eu tentei condensar o máximo que eu pude, todas essas informações  
2993 estão na nossa página, na rede mundial de computadores, os números também  
2994 sobre acesso, nós tivemos cerca de cinquenta mil acessos a essa proposta,  
2995 fizemos N reuniões, e estamos disponíveis para os esclarecimentos que se façam  
2996 necessários. Obrigada.

2997

2998

2999 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,  
3000 Socorro. Obrigado, Companheira. A Lisiane, por gentileza.

3001

3002

3003 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – É mais uma contribuição. Eu  
3004 participei também do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, há uns anos atrás,  
3005 e passa uns anos, e passa o tempo, e continuo vendo que nós não avançamos,  
3006 porque acho nobre a proposta, mas o nosso legado, no Brasil, em relação água,  
3007 está diretamente ligado ao parte terrestre. E nessa parte terrestre, o que nós  
3008 notamos é que nós temos esse esforço na agilização do licenciamento ambiental,  
3009 nós temos uma flexibilização na fiscalização, nós temos uma impunidade geral na  
3010 execução dos infratores, e, aí, nós temos um País que tem um clima onde a  
3011 principal fonte que mantém a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos é a  
3012 fauna, e na fauna, ninguém se lembra, cortou uma árvore planta quinze, aquela  
3013 árvore que tinha todo um sistema nela foi. Aí, eu também a questão de CEPAS,  
3014 faz o licenciamento, destrói, corta, faz um desvio de curso d'água, altera todo o  
3015 ambiente, influencia na concepção desse manancial hídrico, altera todo um  
3016 biótopo, e, aí, nós estamos pensando na água, eu acho que até foi muito correto  
3017 de ter trazido essa questão para o CONAMA, porque nós não temos que ficar só  
3018 em cima da Resolução da classificação da qualidade da água, até tenho medo,  
3019 porque daqui a pouco a Classe 1 vai aumentar os parâmetros para ser mais, a  
3020 gente nunca sabe. Então a Classe 1 usa os parâmetros de análise, e são bem  
3021 baixos, porque é uma (...) especial, então eu tenho medo até de que se mude  
3022 alguma coisa, e depois querer aumentar os parâmetros para torná-la mais... A  
3023 Classe 1 vai virar Classe 2, na verdade, então tem que tomar cuidado. Então, essa  
3024 é a minha contribuição, a gente não pode ser cartesiano nessa questão, nós  
3025 temos que sempre ver todas as implicações, o que facilidade de um lado, na  
3026 verdade, está piorando o outro lado. Então, eu acho que a sociedade civil tem  
3027 grandes nessa área, e a nossa entidade se coloca à disposição, no que puder

3028 ajudar, que não podemos falar pelos outros, podemos apenas falar por nós  
3029 mesmos. Então, é realmente bastante preocupante a questão da água, mas ela  
3030 não é uma questão isolada e não se atrela só a água, tem todo um conjunto de  
3031 fatores que nós não estamos, nem freando, nós estamos avançando sinais, e  
3032 realmente não vai ter proposta que ajude.

3033

3034

3035 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,  
3036 Lisiane. Francisco Soares, FURPA.

3037

3038

3039 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Francisco Soares,  
3040 Fundação Rio Parnaíba. Bom, a Fundação Rio Parnaíba foi criada exatamente  
3041 para trabalhara na defesa das águas no Parnaíba e sua bacia, há dez anos, como  
3042 foi falado, a gente pede o Comitê da Bacia, há muito tempo a gente cobra da ANA  
3043 mais providência, mais agilidade, porque esses comitês são fundamentais para as  
3044 políticas de água no País, e nós, no Estado do Piauí, Maranhão e Ceará, que  
3045 dependemos dessa bacia do Parnaíba, estamos ainda dependendo, ainda bem  
3046 que o Ministro conseguiu o pacto dos três estados agora, pedir a ANA que se  
3047 esforce para que esse Decreto do presidente saia, até a presença do Ministro, até  
3048 o final do mês de março, para que possa ser instalado e comece a trabalhar na  
3049 água naquela região, onde estamos em uma região do semiárido onde a água é o  
3050 líquido mais precioso da nossa região. Por outro lado, nós, além de falarmos  
3051 nisso, nós tentamos várias vezes uma mudança no Regimento Interno do  
3052 CONAMA para que tivesse nesse plenário um representante dos comitês de  
3053 bacias hidrográficas do Brasil, mas até hoje não foi possível fazer a mudança no  
3054 Regimento, porque nós queríamos que tivesse um representante dos movimentos  
3055 atingidos por barragem, mas tivesse também um representante dos comitês de  
3056 bacias hidrográficas nesse plenário, ainda não foi possível, a gente tem tentado  
3057 melhorar, para que haja modificação e colocar esses dois atores, trabalhar as  
3058 águas, como também sempre reclamam que a ANA, ela não tem capilaridade, ela  
3059 não tem representação nos Estados, teria que ter representação nos Estados para  
3060 que essas coisas andassem com mais agilidade, e não tem, e dizer que a  
3061 Fundação Rio Parnaíba e os ambientalistas do CNEA e do CONAMA fizeram um  
3062 pedido das entidades ao Ministro, que colocasse representantes da sociedade,  
3063 Deusdará, para você lembrar o Ministro, como observadores do Fórum Mundial da  
3064 Água, porque se nós trabalhamos com todas as políticas, e não estar presente em  
3065 uma política forte da água. Então, nós vamos fazer a festa para os outros dançar.  
3066 Está certo? Então, nós precisamos estar presentes no CONAMA, pedir as  
3067 entidades do CNEA, fale para a Adriana, para o Deusdará conversar com o  
3068 Ministro, que as entidades da região todas, umas dez, doze, pedem, solicita, estar  
3069 como observador nessa Conferência da Água, que vai acontecer aqui em Brasília.  
3070 Obrigado.

3071

3072

3073 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Não  
3074 havendo mais nenhuma inscrição, eu gostaria de declarar encerrada essa reunião,  
3075 e agradecer, mais uma vez, a forma colaborativa, solidária que vocês tem com a  
3076 mesa, na condução dos trabalhos do CONAMA. Obrigado. Quem for viajar boa  
3077 viagem. Que Deus abençoe a todos.